



Tiago Luís Rodrigues de Castro Soares

**DESAFIOS À PAZ NA GUINÉ BISSAU:
O papel da etnicidade na Reforma do Setor de
Segurança**



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Tiago Luís Rodrigues de Castro Soares

Desafios à paz na Guiné Bissau: O papel da etnicidade na Reforma do Setor de segurança

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de
Estudos da Paz e dos Conflitos apresentada à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutora Licinia Simão

Coimbra, 2013

Ao povo da Guiné Bissau, a reserva e a força consciente da sua realização.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi elaborado em nome dos sonhos do meu pai, que partiu para oriente eterno e deixou a meio a sua viagem de transformação da pátria que o viu nascer.

À minha mãe pelo apoio incondicional que sempre me deu, e pela força inextinguível com que enfrentou sempre as adversidades.

Ao meu avô que partiu.

À minha esposa e filha, pelo amor, paciência e estímulo que sempre me deram nesta empreitada.

À minha orientadora Professora Doutora Licínia Simão, que esteve sempre presente, com dedicação, exigência e amizade.

À Vanda e à Amália, pela amizade, pelo carinho, pela ajuda e pela motivação que me deram nesta caminhada.

Ninguém nasce a odiar outra pessoa pela cor da sua pele, origem ou religião. Para odiar as pessoas precisam de aprender e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.

Nelson Mandela

*Os que estão mortos nunca se foram,
Eles estão na sombra que se aclara, e na sombra que se espessa.
Os mortos não estão sob a terra;
eles estão na árvore que se agita,
eles estão no tronco que geme,
eles estão na água que corre,
eles estão na água que dorme, eles estão na cabana, estão na multidão;
os mortos não estão mortos*

Birago Diop

RESUMO

A Guiné Bissau tem sido assolada anos a fio por uma instabilidade económica social e política. O colonialismo utilizou uma política baseada na etnicidade através da divisão entre diferentes grupos étnicos para estabelecer o seu domínio. Nesta dissertação partimos do princípio que a realidade social é construída, nessa perspetiva as diferenças étnicas são uma construção social na medida em que são utilizadas por quem as categoriza. O colonialismo fez dessa categorização a sua forma de assunção do poder. A luta de libertação conseguiu diluir essas diferenças e conseguiu unir a sociedade no processo de independência. No período pós-independência sucederam-se vários golpes de estado associados à progressiva degradação da situação económica do país, criando instabilidade política e reavivando as questões da etnicidade na sociedade guineense. A intervenção da comunidade internacional foi alicerçada em intervenções para a construção da paz, que deram origem à criação de enquadramentos políticos, cujo objetivo principal residia na reforma do Estado, em especial a reforma do setor de defesa e de segurança. Esta dissertação tem como principal objetivo analisar como é que as organizações internacionais, em especial a União Europeia e as Nações Unidas tratam as questões da etnicidade nos seus mandatos e nas suas ações no âmbito da reforma do setor de segurança. Neste sentido, as perceções, as construções discursivas e a análise das ações concretas serão avaliadas a partir da análise de documentos da União Europeia, das Nações Unidas e do Governo da Guiné. Nesta dissertação concluímos que a dimensão étnica está genericamente ausente do processo concetual da intervenção destas organizações. As divisões étnicas tornam-se politicamente relevantes em tempos de instabilidade económica, política e social e são o resultado da degradação das condições de vida do país, da luta pelo poder e pelas economias de guerra associadas ao tráfico de droga e à luta pelo controle e pela manutenção do poder na Guiné Bissau.

Palavras-chave: Reforma do Setor de Segurança; Etnicidade; Guiné Bissau, Nações Unidas, União Europeia

ABSTRACT

Guinea Bissau has lived in a continuous context of political, economic and social instability. The colonial powers used a policy based on ethnicity, deepening ethnic cleavages to establish its rule. In this dissertation we take the constructivist approach that sees reality as socially constructed and in that regard, ethnic differences are a social construction, instrumentalised by those creating them. Colonialism used these categories as a basis to gain power. The fight for freedom managed to dilute these differences and unite the society in the process of Independence. In the post-independence period there was severe political instability due to several *coup d'état* and the progressive economic degradation of the country, reinforcing the issue of ethnicity in the society in Guinea. The intervention of the international community was structured in peacebuilding interventions, aimed at establishing the political frameworks for the reform of the state, especially the Security Sector Reform. In this dissertation, our main goal was to analyze how the international organizations, especially the European Union and the United Nations, addressed the issue of ethnicity in their mandates and their actions in the reform of the security sector in Guinea Bissau. The analysis of the perceptions, discursive constructions and concrete actions is based on official documents from the European Union, the United Nations and the Government of Guinea Bissau. This work concludes that the ethnic dimension is generically absent from the conceptual process of intervention by these organizations. The ethnic divisions become politically relevant in times of economic, political and social instability and are the result of the degradation of the living conditions in the country, of the struggle for power and control over the war economies linked to the drug trafficking and the struggle for the maintenance of power in Guinea Bissau

Key words: Security Sector Reform; Ethnicity; Guinea Bissau, United Nations, European Union

LISTA DE ACRÓNIMOS

ACP- África, Caraíbas e Pacífico

AQMI- Al-Qaeda do Magreb Islâmico

ANP-Assembleia Nacional Popular

ASEAN- Associação de Nações do Sudeste Asiático

BM-Banco Mundial

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CEMGFA- Chefe de Estado-maior General das Forças Armadas

CNU-Carta das Nações Unidas

CSONU-Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

CPLP- Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CFA- Franco da África Ocidental

DERMSDN- Documento de Estratégia para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa Nacional

DDR-Desarmamento, desmobilização, reintegração

ECOWAS- West Africa Economic Commission

ECOMOG- Economic Community of West African States Monitoring Group

EES- Estratégia Europeia de Segurança

EP- Exército Nacional Popular

EUSSR Guiné Bissau- Missão da União Europeia de Reforma do Sector de Segurança

FA-Forças Armadas

FAL-Forças Armadas Locais

FARC- Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FARP - Forças Armadas Revolucionárias do Povo

FLGPCV- Frente de Libertação da Guiné Portuguesa e Cabo Verde

FLING- Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné

FMI-Fundo Monetário Internacional

FULGCV- Frente Unida de Libertação da Guiné e Cabo Verde

INTERPOL-International Police

MDG-Millennium Development Goals

MP- Marinha Nacional Popular

MLG- Movimento de Libertação da Guiné

MLGPCV- Movimento de Libertação da Guiné Portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde

OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONG-Organizações não Governamentais

ONU-Organização das Nações Unidas

OTAN-Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAIGC-Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-verde

PESC-Politica Externa e de Segurança Comum

PCSD- Politica Comum de Segurança e Defesa

PIB-Produto Interno Bruto

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRS-Partido da Renovação Social

RGB-Resistência da Guiné Bissau-Movimento Bafatá

RSS-Reforma do Sector de Defesa e Segurança

SSR-Security System Reform

UA-União Africana

UE-União Europeia

UNGP- União dos Naturais da Guiné Portuguesa

UNOGBIS- Gabinete das Nações Unidas para a Construção da Paz na Guiné-Bissau

UNIOGBIS - Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Construção da Paz na Guiné-Bissau

USD-United States Dollars

WB-World Bank

LISTA DE FIGURAS, MAPAS E TABELAS

Figura 1. Tipologias e incidência de conflitos estatais armados, 1946-2006.....	14
Figura 2. Conceito de peace web.....	27
Mapa 1. Distribuição dos diferentes grupos étnicos no território guineense	32
Tabela 1. Diferentes níveis de ação numa missão de paz.....	26
Tabela 2. Composição demográfica das Forças Armadas da Guiné Bissau, 2013.....	61

SUMÁRIO

Lista de acrónimos	vi
Lista de Figuras, Mapas e Tabelas.....	vii
Introdução	1
Capítulo I. Enquadramento teórico	7
1.1. Perspetivas sobre a segurança internacional	8
1.2. Os estudos críticos de segurança	11
1.3. O caso da Guiné-Bissau: etnicidade e segurança	16
1.4. O sistema internacional e a ação em contexto de conflito: a RSS	22
1.4.1. <i>Peace web</i> : para uma abordagem holística	25
1.5. Notas conclusivas	27
Capítulo II. Contextualização histórica: a etnicidade e as Forças Armadas na Guiné Bissau	29
2.1. A abordagem histórica do nacionalismo guineense	29
2.2. As etnias guineenses	31
2.2.1. Os Balantas	33
2.2.2. Os Fulas	34
2.2.3. Os Manjacos, Pepeis, Djolas, Felupes	35
2.2.4. Os Mandingas	36
2.3. O colonialismo, etnicidade, clivagens étnicas e anatomia das resistências	36
2.3.1. A génese do nacionalismo guineense	36
2.3.2. Nacionalismo, Classes e Mobilização Revolucionária	42
2.4. O aparelho militar do PAIGC, organização e estrutura	47
2.5. A Guiné Bissau independente	49
2.6. As Forças Armadas guineenses e os Estudos Críticos de Segurança	60
Capítulo III. As Missões de Reforma do Setor de Segurança na Guiné Bissau	66
3.1. Organizações Internacionais e a dimensão étnica na RSS	67
3.2. A Visão Estratégica guineense para a RSS.....	69
3.3. A Organização das Nações Unidas	74
3.3.1. Análise crítica da abordagem da ONU à RSS na Guiné Bissau	77
3.4. A União Europeia	81
3.4.1. Análise crítica da abordagem da UE à RSS na Guiné Bissau	89
3.5. Notas conclusivas	97

Conclusão	100
Referências Bibliográficas	108
Anexos.....	118
Anexo 1. Grupos e Subgrupos Étnicos da Guiné Bissau	118
Anexo 2. Governadores, Expedições e Guerras no final da Monarquia Constitucional e no início da Primeira República	120
Anexo 3. Mudanças e Transições Políticas e Económicas entre 1974-2012.....	123
Anexo 4. Declarações do General Indjai	129
Anexo 5. Reforma das Forças Armadas da Guiné Bissau. Documento Nacional de Estratégia.....	137
Anexo 6. Mandatos UNIOGBIS e Enquadramento Estratégico para a Construção da Paz na Guiné Bissau.....	146
Anexo 7. Enquadramento Missão EUSSR Guiné Bissau	153

INTRODUÇÃO

A República da Guiné Bissau é um Estado da África Ocidental, independente desde 1975, que enfrentou ao longo da sua curta história situações de grande instabilidade política e social e uma guerra civil de grande escala, com enorme destruição. A situação política e militar na Guiné Bissau coloca desafios muito interessantes ao estudo das Relações Internacionais. Tratando-se de um país relativamente recente no concerto das nações, pode-se hoje afirmar que, a partir da avaliação das correntes teóricas dominantes, a Guiné Bissau é um Estado falhado (Fund for Peace, 2013; Rotberg 2003; Patrick 2007). Ou seja, as estruturas políticas do Estado guineense não representam hoje a sede do poder oficial da nação e são constantemente desafiadas por elementos que põem em causa a ordem política constitucional do país. A instabilidade política tem tido, na maioria das vezes a implicação direta dos militares. Verificamos também um permanente declínio da situação económica e social, propícia a uma desagregação do Estado que não consegue cumprir as suas funções, assistindo-se, desta forma, ao declínio das suas instituições. A situação económica, social e política, tem favorecido o crescimento do tráfico de droga e de armas no país, o que condiciona o desenvolvimento de uma paz duradoura e de um processo de desenvolvimento sustentável. Todos estes elementos afetam e são afetados pelas dinâmicas de Reforma do Sector de Segurança (RSS), que aqui tratamos.

Os principais objetivos desta dissertação visam sistematizar um quadro conceptual que analise a situação política da Guiné Bissau, o papel dos diferentes actores no conflito e a forma como a dimensão étnica é abordada pelos mesmos, em particular no contexto da RSS. Em primeiro lugar, reflectiremos em torno da construção da etnicidade, para perceber em que medida corresponde a uma realidade construída, de acordo com quem a constrói e sobretudo por quem a utiliza (cf. Guibernau e Lex 2010). Neste sentido, partimos desde já dos pressupostos que os debates teóricos construtivistas assumem, de que a realidade é socialmente construída. Estes debates foram sustentados por teóricos que, de forma sintética correspondem às seguintes abordagens, enunciadas por Coe (2000: 223-225): i) transnacionalista, de acordo com Frederik Barth, em que os grupos étnicos são formados e persistem através da interacção; ii) instrumentalista, de acordo com Abner Cohen e Robert Bates, em que os grupos étnicos unem-se enquanto grupos movidos pelos mesmos interesses económicos; iii) “invenção da tradição”, de acordo com Eric Hobsbawm e Terence Ranger, em que a

ideologia étnica foi inventada e apoiada durante os períodos coloniais como um instrumento ideológico para a administração e controlo social; e iv) “etnicidade moral”, de acordo com John Lonsdale e Steven Feierman, em que a linguagem da etnicidade e a tradição são usadas como debate moral sobre a natureza da comunidade política.

Concluimos, à partida, que o tema é variado e sujeito a diferentes interpretações e utilizações políticas. Utilizaremos algumas destas abordagens como centrais na conceptualização da etnicidade. No entendimento desta dissertação alinharemos principalmente pela abordagem de Eric Hobsbawm (Hobsbawm e Kertzer 1992), na perspetiva em que a etnicidade foi inventada para satisfazer as necessidades ideológicas do colonialismo, e serve os interesses das estruturas com maior capacidade de dominação económica, na linha marxista da teoria das superestruturas, onde a superestrutura económica define a estrutura política, cultural e social. Finalmente, na linha de Frederik Barth (1969), assumimos que os grupos étnicos são formados e persistem na interação com outros grupos. Queremos também saber como se sustentam as raízes da etnicidade, na Guiné Bissau pós-colonial, partindo da transformação operada no processo de independência.

Seguindo esta lógica, tentaremos, a partir do confronto entre diferentes quadros normativos que conceptualizam a intervenção de diferentes atores, identificar os factores que reforçam ou constroem a influência da perspectiva étnica em relação aos diferentes quadros teóricos. Também aprofundaremos a reflexão sobre a etnicidade, em especial sobre a forma como esta dimensão é construída.

A dissertação terá como principal ambição descodificar a forma como os atores internacionais incorporam nas suas políticas de intervenção uma dimensão – as questões étnicas – que, à partida e face a uma análise histórica, tem sido considerada um dos factores determinantes para a ineficácia do alcance da paz duradoira e do desenvolvimento (Adebajo, 2002; Temudo, 2008). Isso será feito relacionando esta dimensão com a forma como os diferentes actores políticos a incorporam no seu discurso e na sua acção. Por outro lado, a reflexão visa, entre outros objectivos, perceber como é que as organizações internacionais funcionam de forma padronizada nos diferentes países e a sua relação e operacionalidade face às realidades particulares dos países, mutáveis em permanência. Assim, este trabalho tem como objectivos interpretar esta relação, trabalhada através da análise do quadro particular da reforma do setor de

defesa e de segurança, refletir para o geral esta realidade e encaixá-la num quadro teórico de estudos críticos de segurança, de abordagem construtivista.

A dissertação vai usar um enquadramento teórico dos estudos críticos de segurança, com enfoque na perspectiva construtivista (Fierke, 2007; Booth, 2005). Ou seja, a dissertação procurará demonstrar que existe uma noção específica de segurança que é promovida pelos actores internacionais, que se baseia num conjunto de pressupostos exógenos à realidade local. O caso da RSS da Guiné Bissau é ilustrativo desta dinâmica e dos impactos que estas abordagens facilitam.

Para os construtivistas, a realidade social não é um dado adquirido e imutável, mas o resultado de processos dinâmicos em constante ajuste. Ou seja, a realidade que conhecemos hoje pode ser desconstruída, explicando os processos que subjazem à sua construção. Assim, o processo que construiu uma determinada conceção da realidade pode ser ultrapassado por processos competitivos desenvolvendo outras realidades. No âmbito das questões de segurança, a definição de ameaças ou de áreas prioritárias de ação política depende também desses processos de construção social. Nesse sentido, as questões étnicas podem ser vistas como um fator específico da segurança da Guiné que é incluído ou excluído da construção feita pelos atores internacionais no contexto securitário da Guiné. Por outro lado, a atuação das organizações internacionais no processo de Reforma do Sector de Segurança (RSS), assenta no princípio da apropriação local pela entidade parceira (*local ownership*). Sobre este ponto, verificaremos se existe algum desfasamento entre as perspetivas nacional e internacional.

Ao longo deste trabalho veremos como a linguagem oficial dos vários atores é muitas vezes desfasada da real situação no terreno. Ao mesmo tempo que existe também um desfasamento entre o discurso e a prática nacional e internacional, que condiciona a eficiente intervenção sobre a realidade. Assim, o quadro construtivista aplicado aos estudos críticos de segurança permite responder de que forma é que a segurança da Guiné Bissau é entendida pelos atores internacionais envolvidos nas questões de segurança, como esse entendimento é desenvolvido tendo em conta os constrangimentos internos às instituições internacionais e do país intervencionado, bem como se há uma narrativa ou narrativas que competem entre si, influenciando o alcance dos processos de reforma e conseqüentemente a estabilidade da Guiné Bissau. Estes processos podem ser vistos como elementos na construção de uma imagem internacional do contexto local,

que determina a natureza e a dimensão da ação política. Tentar encontrar uma resposta científica que permita analisar a expressão política deste desfasamento e perceber um quadro inovador da realidade sistémica a partir da desconstrução do quadro normativo da ação das organizações internacionais e dos atores locais no conflito e apontar caminhos e respostas a partir das evidências em confronto, constituem o ponto de partida teórico desta dissertação.

De modo a desenvolver a nossa dissertação, iremos recolher aqueles que são os principais debates teóricos sobre a RSS, as abordagens críticas de segurança e a leitura concetual e política da etnicidade na conflitualidade internacional. Iremos também centrar-nos na análise histórica da conflitualidade na Guiné Bissau – considerando as questões étnicas em diferentes momentos da conflitualidade. Por fim, analisaremos a RSS na Guiné Bissau, nomeadamente através das intervenções da Organização das Nações Unidas (ONU) e da União Europeia (UE). Seguiremos assim um modelo dedutivo, que procura ilustrar as capacidades explicativas dos quadros teóricos, com recurso a um estudo de caso aprofundado. A bibliografia relevante incluirá bibliografia primária e secundária, combinando uma análise teórica e concetual com a leitura e análise crítica de documentos produzidos pelas organizações internacionais e suas abordagens às RSS na Guiné Bissau. Através desta análise, criar-se-á um quadro-síntese sobre a dimensão da RSS na Guiné Bissau, que incluirá perceções, construções discursivas e análise de ações concretas

Para além desta dimensão centrada nas organizações e atores internacionais promotores destas reformas, a dissertação incluirá também uma análise das perceções dos atores locais na Guiné. Esta análise versará sobre as propostas nacionais para a reforma deste importante sector. Ou seja, procurar-se-á identificar também a forma como os atores locais percebem esta ação internacional e o lugar que a questão étnica tem nas suas abordagens. Iremos procurar respostas sobre a existência de linhas de diálogo entre estes atores internacionais e estas elites locais; bem como sobre que papéis conseguem ter os atores locais no processo de construção desta abordagem de segurança promovida pelos atores internacionais. Estas são algumas das repostas que a dissertação procurará alcançar, permitindo a junção da análise sobre os atores internacionais com as realidades empíricas no estudo de caso.

No primeiro capítulo faremos um enquadramento teórico, desde logo recorrendo sobre os estudos críticos de segurança e sobre o nexu entre etnicidade e

segurança. A sustentabilidade do processo político na Guiné Bissau representa um desafio político importante para a estabilidade regional na África Ocidental e também para o sistema internacional – considerando que os Estados frágeis constituem uma ameaça à paz e segurança globais. Esta perspetiva é defendida pela UE na sua Estratégia Europeia de Segurança (EES), que destaca a questão dos Estados frágeis, falhados ou colapsados como potenciais fontes de insegurança para a própria União, pela forma como as debilidades presentes nestes estados podem ter repercussões na no seu território e para os seus cidadãos – que podem dizer respeito às dimensões do terrorismo; conflitos regionais; fracasso dos Estados; criminalidade organizada (Conselho Europeu, 2003)

As implicações para a segurança internacional, assim como, os recentes conflitos nos países vizinhos têm acelerado a necessidade de aprofundamento do estudo sobre a situação política da Guiné Bissau, os seus efeitos na região e a necessidade de criar soluções para uma efetiva promoção da paz e da segurança. A intervenção da comunidade internacional tem sido analisada sob vários ângulos (Bendix e Stanley, 2008; Roque, 2009), no entanto, a visão sobre a sua eficácia carece de um olhar sobre determinadas realidades invisibilizadas no discurso e na intervenção das organizações internacionais no terreno – nomeadamente no que concerne a influência das dimensões culturais, sociais e étnicas no quadro do sector de segurança.

Ao longo dos anos, o tratamento das questões da etnicidade na análise da história da Guiné Bissau tem sido visto sob diversas perspetivas. O segundo capítulo desta dissertação fará uma análise histórica dos processos políticos na Guiné Bissau, desde o final do Séc. XIX até aos nossos dias, tendo como enquadramento as questões da etnicidade nos vários momentos políticos do país. Pareceu-nos necessário partir da análise das questões da etnicidade. No entanto, verificaremos se as abordagens de partida revelam se a etnicidade é uma questão de partida relevante para a análise da situação política local; se a etnicidade faz parte de uma construção discursiva e política com vista à manutenção do *status quo* e das vantagens para um sistema económico e político local alimentado, entre outras coisas/de forma muito significativa pelo tráfico de droga (O’Reagen,2013); ou se efectivamente existem condições para clivagens étnicas insanáveis.

O terceiro capítulo incidirá sobre a forma como as organizações internacionais e outros atores internacionais relevantes se posicionam face às questões étnicas no

processo da RSS na Guiné Bissau, enquanto dimensão fundamental para a consolidação de um estado viável (Observatoire de l’Afrique, 2008). A eficácia ou o fracasso da reforma deste sector parecem ligadas à capacidade de os atores internacionais fazerem uma correta interpretação da realidade, tendo em conta todos os fatores que contribuem para a instabilidade permanente no país.

No âmbito desta dissertação quisemos olhar para a forma como a UE e a ONU concebem os seus planos de RSS e aferir a visão dos seus mandatos, dos seus objetivos e da sua eficácia na transformação da realidade política da Guiné Bissau. Neste pressuposto, o terceiro capítulo desta dissertação analisará os diferentes quadros normativos da intervenção destes atores, principalmente os seus entendimentos de segurança e os fatores que moldam esses entendimentos. Nesse sentido, esta dissertação visa contribuir para a desconstrução crítica da segurança da Guiné Bissau, olhando para este setor chave e para as questões étnicas como possíveis fatores estruturantes do contexto social, político e económico da Guiné, como passos fundamentais para entender de forma mais aprofundada o conflito e a paz guineense e na procura de respostas viáveis à instabilidade crónica da Guiné Bissau.

CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Esta dissertação usa um enquadramento teórico dos estudos críticos de segurança, com enfoque na perspetiva construtivista (Fierke, 2007; Booth, 2005), realçando os processos de construção de determinadas conceções de segurança e questionando os interesses que subjazem esse processo e os objetivos que procura alcançar. Desta forma a dissertação procurará demonstrar que existe uma noção específica de segurança que é promovida pelos atores internacionais e que se baseia num conjunto de pressupostos exógenos à realidade local. O caso da RSS da Guiné Bissau e o papel que as questões étnicas aí têm é ilustrativo desta dinâmica e dos impactos que estas abordagens facilitam.

Para os construtivistas a realidade social não é um dado adquirido e imutável, mas o resultado de processos dinâmicos em constante ajuste. Isto é, a realidade que hoje conhecemos pode ser compreendida, de forma a explicar os processos que subjazem à sua elaboração. Assim, o processo que edificou uma determinada conceção da realidade pode ser ultrapassado por processos competitivos dando origem ao desenvolvimento de outras realidades. No âmbito das questões de segurança, a definição de ameaças ou de áreas prioritárias de ação política depende também desses processos de construção social. Nesse sentido, as questões étnicas podem ser vistas como um fator específico da segurança da República da Guiné Bissau, que é incluído ou excluído da análise e da prática feita pelos atores internacionais no contexto securitário deste país.

A linguagem oficial dos vários atores é muitas vezes desfasada da real situação no terreno. De facto, o desfasamento entre o discurso e a prática condiciona por isso a intervenção sobre a realidade e os seus efeitos práticos. O quadro construtivista aplicado aos estudos críticos de segurança permite dar resposta a questões sobre a forma como a segurança da República da Guiné Bissau é entendida pelos atores internacionais envolvidos nas questões de segurança; sobre a existência de uma narrativa ou de várias que competem entre si. Estes processos podem ser vistos como elementos na construção de uma imagem internacional do contexto local que, por sua vez, determina a natureza e a dimensão da ação política. A realização de medidas efetivas de promoção da paz e da segurança exige por parte de todos os atores envolvidos uma abordagem ampla, coerente e integrada na definição, conceção e aplicação das missões no terreno.

O ponto de partida teórico desta dissertação passa por encontrar uma resposta científica que permita analisar a expressão política deste desfasamento, perceber um quadro inovador da realidade sistémica, a partir da desconstrução do quadro normativo da ação das organizações internacionais e dos atores locais no conflito, assim como apontar caminhos e respostas a partir das evidências em confronto. Analisar a possível contribuição do construtivismo para uma leitura crítica dos estudos de segurança internacional, em particular a partir da análise do estudo de caso sobre as dimensões étnicas na reforma do sector de defesa e de segurança na República da Guiné Bissau em concreto pode representar um possível ponto de partida para a descodificação das incógnitas suscitadas pelo objeto em estudo.

1.1. Perspetivas sobre a segurança internacional

Antes de nos debruçarmos sobre os objetivos da dissertação importa refletir em torno da evolução dos conceitos de segurança, da transformação das suas perspetivas ao longo do século XX e relacioná-los com o objeto de análise da dissertação. Seguidamente, elaboraremos um quadro analítico dos modelos de intervenção das organizações internacionais em relação ao tema central desta dissertação, tendo como ponto de partida o seu enquadramento conceptual o seu planeamento, elaboração e execução.

As questões que se colocam nas diferentes noções de segurança residem sobretudo no ‘Quem segura quem e o quê?’; ‘Quais são os objetos a segurar?’; ‘Quem tem o domínio das funções de segurança?’; ‘Quais as relações entre indivíduos, Estados, comunidades e a comunidade internacional?’. Estas, entre outras questões, fundamentam as bases de análise dos discursos teóricos em torno da segurança, na perspetiva micro/macro, sendo que o ponto de partida destas questões é profundamente político (Fierke, 2007: 13), na medida que envolve escolhas de quem, de como e do quê. Considerando que a presente dissertação se propõe estudar a RSS da Guiné Bissau, refletiremos sobre a construção teórica e normativa da segurança e estabeleceremos o papel dos principais atores responsáveis pelo exercício da soberania, as funções de segurança e o papel do Estado neste exercício.

O monopólio do uso legítimo da força constitui uma das atribuições do Estado moderno tal como definido por Max Weber. A segurança representa, neste sentido, uma visão centrada no exercício público de defesa dos cidadãos relativamente a ameaças

internas e externas (Sachs, 2003). Nas palavras do Presidente Woodrow Wilson, entendemos por Estado a “um povo organizado através da lei dentro de um território definido” (Shya, 2012) – definição que destaca a dimensão territorial, o exercício da lei e a organização da população. As funções atribuídas ao Estado residem na soberania, no monopólio do uso da força, na definição da sua ordem constitucional, ou seja, na sua relação com os seus cidadãos. A construção dos conceitos da segurança nacional tem estado sempre alicerçada no Estado, como exercício primário das suas funções de soberania. Contudo, o entendimento de soberania encerra também uma dimensão externa que acarreta responsabilidades internacionais para os Estados soberanos, na manutenção e promoção da segurança internacional. Assim, quer na dimensão interna, quer na dimensão internacional, desde a sua génese, os estudos políticos de segurança assumiram a questão da guerra e da paz como um pilar essencial do seu objeto de estudo (Fierke,2007).

Segundo Heselhaus (2002), os teólogos medievais assumiam a ideia da guerra justa (*justum bellum*) como central na definição do estabelecimento das condições da declaração da guerra, ou seja, para haver guerra esta tinha de ter como pilar principal a ideia da justiça das causas (*jus ad belum*) este princípio veio a alargar-se com as conferências de Haia entre 1899 e 1907 que estabeleceram os princípios mais elementares do humanismo (*jus in bellum*), procurando humanizar e estabelecer regras para o exercício da guerra. Para além disso, a criação da Sociedade das Nações e o estabelecimento do primeiro sistema internacional de segurança colectiva, criou outro precedente central ao atual entendimento das questões de segurança. No centro destas dinâmicas encontra-se a ONU e os princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas. No pós-II Guerra Mundial, este documento aludiu a um conjunto de preceitos que passaram a constituir a base do funcionamento da sociedade internacional. Assume a soberania e a igualdade entre os Estados como princípio basilar; interdita o uso da força entre Estados; e apenas permite a sua utilização mediante resolução adotada pelo Conselho de Segurança da ONU, conforme o seu capítulo VII, artigo 42º, isto é, no caso de estar em causa a paz no sistema internacional. Esta evolução permite-nos aferir que vigora, nos códigos internacionais, a interdição do uso da força, exceto quando deliberado pelo Conselho de Segurança da ONU – num claro contraste ao conceito de ‘guerra justa’.

O período da Guerra Fria inaugurou uma nova realidade no estudo das questões da paz e da segurança, sendo que as questões da guerra e da paz assumiram contornos diferenciados. Um dos principais acontecimentos que marcou este período foi a eclosão das bombas nucleares de Hiroxima e Nagasaki; o seu potencial destruidor alterou as relações internacionais no pós-II Guerra Mundial. Estas transformações refletiram-se naturalmente nos debates teóricos em Relações Internacionais ao longo do último século. A evolução dos estudos da segurança no contexto da Guerra Fria foi alimentada pelas escolas predominantemente realistas (Waltz, 1959; Mearsheimer, 1990) e concentrou-se muito na ideia da construção da ameaça soviética nos Estados Unidos da América (Krause, 1998:307). Neste período os estudos de segurança eram constituídos pelos estudos da guerra, resolução de conflitos, estudos estratégicos, estudos de defesa e estudos internacionais de segurança. Apesar do objetivo comum de definir áreas particulares do estudo das questões de segurança, havia diferentes escolas.

Para Neta Crawford (1991:287), os estudos de segurança compreendem três conceptualizações diferentes: a primeira é focada na dimensão militar; a segunda vai além da dimensão militar e compreende os princípios da grande estratégia; a terceira refere-se aos estudos internacionais de segurança que compreendem os estudos militares e não militares, e as causas da guerra e do conflito. A perspectiva realista baseada na generalização dos princípios defendidos por Sun Tzu, Hobbes, Maquiavel e Clausewitz, resume o estudo das relações internacionais ao estudo das questões estratégicas, da guerra e do uso da força no sistema internacional. Hans Morghentau (1979: 186), um dos expoentes máximos do realismo clássico, define o sistema internacional como a luta pelo poder. Esta perspectiva é estatocêntrica e baseada na anarquia do sistema internacional, onde cada Estado deve exercer a política com base nos seus interesses. Efetivamente, na conceção realista não existe uma governação mundial que possa estabelecer regras, leis e ordens, deixando, assim, os Estados à sua sorte na luta pelos seus interesses. De acordo com esta lógica, os Estados são impelidos a criar as condições para se defenderem das ameaças externas, ponto essencial da análise política do sistema internacional.

Deste modo, e tendo como pano de fundo a Guerra Fria, as questões do estudo do uso da força aliadas à questão da proliferação nuclear constituíram o foco principal dos estudos de segurança, alicerçados nos estudos das questões militares como base quase única dos estudos de segurança neste período. No entanto, convém relevar dois

aspectos importantes. Por um lado a diversificação de perspectivas sobre a segurança, a partir de diferentes pontos geográficos e lógicas políticas, incluindo as perspectivas de segurança a partir dos Estados Unidos da América e do mundo ocidental, assente na ação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Fierke, 2007: 20), mas também a análise da segurança a partir dos países do Pacto de Varsóvia, a construção Europeia e a construção da segurança no chamado então Terceiro Mundo, com especial ênfase na Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e nos países recém-descolonizados de África (Fierke, 2007: 40).

Por outro lado, no ano de 1973 a crise do petróleo trouxe novas preocupações ao estudo das relações internacionais (Krause, 1998: 20). As ameaças já não eram vistas apenas na perspectiva militar e englobavam agora as dimensões sociais e ambientais. De atentar que as independências dos países do chamado Terceiro Mundo, que começaram no período final dos anos 1940, tem nos anos 1970 mais uma fase da sua concretização com o início das independências dos países de expressão portuguesa em África e na Oceânia. A guerra do Vietname, do Afeganistão e os adventos na América Latina, em especial a guerra da Nicarágua, confirmaram a lógica dos conflitos por delegação entre as duas grandes superpotências, relegando para segundo plano as questões da guerra nuclear, uma vez que a *détente* provocou um equilíbrio entre as duas superpotências.

1.2. Os estudos críticos de segurança

Segundo Fierke (2007: 1), “na década que antecedeu o fim da Guerra Fria o conceito de segurança foi politizado”. A autora elabora uma recensão sobre a forma como o conceito de segurança adquiriu contornos diferenciados no final da Guerra Fria. O conceito de segurança sofreu um forte alargamento nas suas definições e deixou de ser visto apenas como o uso da força pelos Estados em resposta às ameaças, tendo abarcado outros aspetos relacionados com novos objetos de análise e novas ameaças, conforme já identificado anteriormente. Segundo a autora, no debate sobre a relação política e segurança, podemos identificar três conceitos relevantes (Fierke, 2007:4). O primeiro diz respeito à relação entre as perspectivas interna e externa dos Estados, provando que, claramente, a segurança é assumida como propriedade dos Estados, distinguindo-se ainda segurança de política. Segundo, identificamos uma abordagem que assume a guerra como a continuação da política por outros meios, relacionando assim, política e segurança, de forma neutral (Fierke, 2007). No terceiro, assume-se que

a forma como o objeto de segurança é construído não é dissociável do discurso da ameaça (Krause 1998: 309).

Krause critica a perspectiva neorrealista da segurança considerando que “o objeto da segurança é o Estado e a segurança nacional”. De acordo com esta perspectiva, os indivíduos são posicionados de forma autónoma como atores racionais em ‘estado de natureza’, com os demais indivíduos a representar a fonte de insegurança (*ibidem*). Para o autor, nesta perspectiva (realista) não poderá existir segurança na ausência de autoridade e de obrigações, sendo que a segurança dos cidadãos é garantida pelo Estado e aqueles que estão fora da esfera do Estado representam potenciais ameaças (*ibidem*). Verificamos que o realismo assume que as relações entre Estados são apenas contratuais (baseando-se em Rousseau), ao mesmo tempo que se desenvolvem num ambiente anárquico (conforme defendido por Hobbes). Sobre a exclusão de temas relacionados com o ambiente, os assuntos económicos, o bem-estar das populações, assuntos migratórios, entre outros, Krause (1998:310) afirma que esta é uma opção marcadamente política, bem como o debate em torno das definições sobre o que conta como ameaça à segurança.

Este debate conceptual suscita um conjunto de questões relevantes: será a noção de segurança construída ou será a definição de segurança justificada na aceção de que o homem vive em estado natureza, ou de que tudo gira em função dos interesses e a colisão dos mesmos é o terreno garantido para a guerra? Será apenas justificada a ausência de guerra quando estamos perante uma *détente* que obriga a que ninguém dispare o primeiro tiro como meio de resposta ou a realidade global é mais ampla na sua análise? Serão apenas a guerra e a paz suficientes para explicar os conflitos e a realidade política internacional ou existem outros fatores que pretendem explicar a realidade internacional que não são tidos em conta nos processos de conceção de segurança? Serão estes processos norteados pela escolha, pela opção política ou apenas se quer olhar para um lado da realidade?

A reflexão sobre estas questões centrou-se ao longo dos anos no debate entre as escolas realistas, inspiradas pela doutrina de Kenneth Waltz, e por construtivistas. Copeland (2006: 1) afirma que nesta ‘batalha teórica’ os construtivistas acusam os realistas de terem lacunas na sua análise teórica, uma vez que esta não tem em conta a intersubjetividade da troca de ideias que molda os comportamentos e constitui as identidades e os interesses dos atores. Segundo Alexander Wendt, é função de um

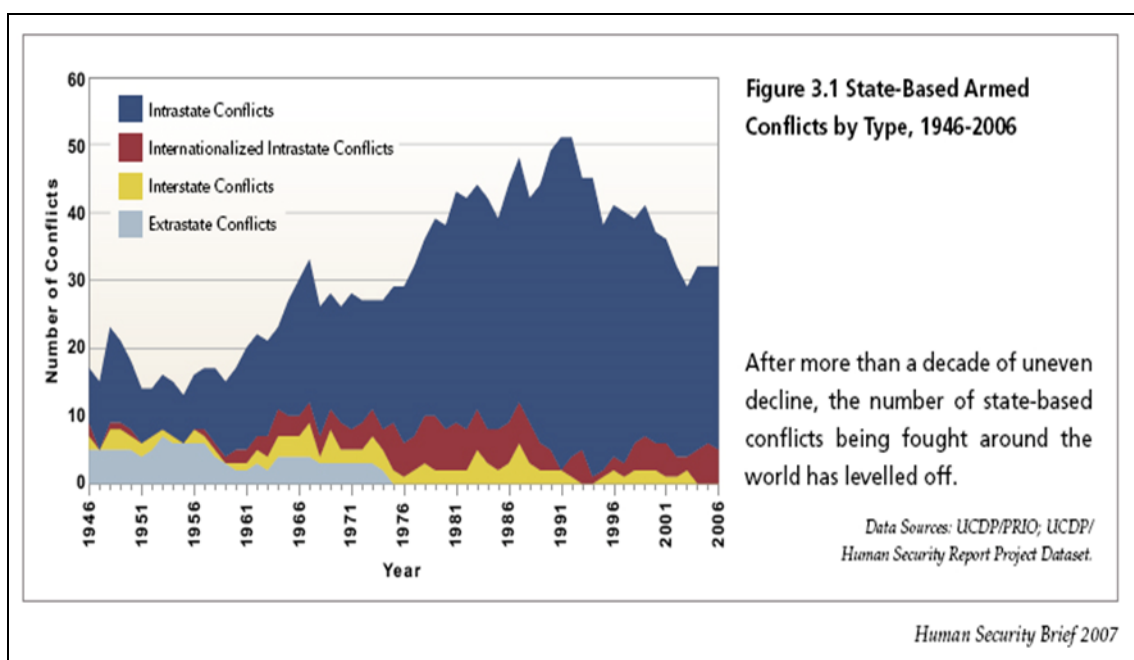
sistema poder ser conflitual ou pacífico e não uma anarquia ou poder. Para ele o sistema internacional consiste na partilha de uma cultura criada através de um discurso e de uma prática cultural. A teoria social de Alexander Wendt (1999), no seu livro *Social Theory of International Politics* apresentou uma nova forma de tornar mais holística a análise das relações entre Estados. Apesar de não contrariar de todo as teorias realistas, acrescenta o facto de que talvez as variáveis construtivistas, em algumas condições, possam moderar o nível de incertezas sobre as intenções dos outros.

Consideramos que existem outras perspetivas de reflexão, para além das avançadas pelas teorias realistas, para a análise das questões de segurança, assentes numa alteração substancial do mecanismo da guerra e da paz na complexidade crescente do sistema internacional. Destacamos o predomínio dos conflitos intraestatais, por oposição aos conflitos interestatais, que estavam na base dos principais conflitos durante a Guerra Fria. Segundo Moura (2005: 1)

As guerras de 80 e 90 ficaram marcadas por profundas alterações nas referências de análise da conflitualidade internacional. As chamadas *novas guerras* ou guerras da pós-modernidade, que ocorrem com maior incidência em Estados colapsados vêm contrastar com um tipo de conflitualidade de matriz vestefaliana, que correspondeu sobretudo à matriz do estado moderno, territorial, centralizado e hierarquicamente ordenado

Através da análise da figura 1, podemos verificar o incremento significativo dos conflitos intraestatais no período que precede a Guerra Fria. Segundo Pureza (2005: 3-4), “é comum situar estas realidades no momento do fim da Guerra Fria, enquadradas no fenómeno da globalização e da erosão da soberania estatal, e remetendo o fenómeno para zonas geográficas bem delimitadas a saber, o antigo *segundo mundo* e o oscilante *terceiro mundo*”. Mas há também quem situe a emergência das realidades dos Estados falhados, frágeis ou colapsados no domínio da descolonização (Claphamb, 2000 *apud* Pureza, 2005: 4), na medida em que esta marca o “início da universalização do modelo do Estado, mas não o Estado de facto”.

Figura 1. Tipologias e incidência de conflitos estatais armados, 1946-2006



Fonte: Human Security Report Project (2007).

De acordo com Fierke (2007:43), “no Terceiro Mundo o falhanço do Estado em proporcionar bens ou de garantir a proteção da sua população significa que a noção ocidental do contrato social e os indivíduos ficam deixados à sua sorte”. Para a autora faz sentido que o indivíduo seja o referencial e o objeto da segurança. Neste sentido, a incapacidade dos Estados proporcionarem a segurança aos indivíduos faz com que os próprios sejam uma fonte de insegurança. Esta vulnerabilidade faz com que a comunidade internacional seja, por vezes, obrigada a intervir para proporcionar segurança aos cidadãos. Este fenómeno colocou o debate entre a perspectiva estatal da segurança e a perspectiva individual da segurança. Neste particular, o enfoque na lógica da intervenção humanitária, na medida em que as vulnerabilidades individuais e a conflitualidade intraestatal podem ter repercussões nos países vizinhos e, deste modo, pôr em causa a segurança internacional, colocou novos desafios ao estudo da segurança.

Outros teóricos, como Buzan (1983: 45), assumem que o Estado continua a ser o principal referente da segurança, uma vez que é o ator principal sobre os diferentes sujeitos; é considerado o primeiro fator de alívio da insegurança e é o principal ator dominante do sistema internacional. No entanto, para além da tradicional ênfase na perspectiva militar, o autor alarga a perspectiva de segurança a outros sectores: político, económico, societal e ecológico. O debate entre Buzan e Booth reavivou, uma vez mais,

a refrega entre a perspectiva estatocêntrica da segurança e a perspectiva individual da segurança, na crítica ao livro de Buzan (1983) *People, States and fear*. Segundo Fierke (2007:45), neste debate, Booth utiliza três argumentos principais, admitindo que alguns Estados não são de confiança, uma vez que estão envolvidos no “negócio” da segurança, ou seja são agentes ativos nos rendimentos provenientes do “complexo político/militar; pelo facto de alguns Estados, mesmo os que produzem a segurança, darem ênfase aos meios em detrimento dos fins; e por fim, a diversidade dos Estados, que faz com que a formulação de uma teoria da segurança seja muito difícil.

Em suma, há que atentar a três eixos relacionais no que se refere à segurança internacional: o debate entre a perspectiva estatal e a perspectiva individual da segurança; a relação entre o sistema internacional, fundado no princípio da soberania dos Estados, e os Estados falhados, frágeis ou colapsados, que não conseguem garantir a segurança dos cidadãos; e a forma como a comunidade internacional pode, ou não, exercer a intervenção humanitária quando está posta em causa a segurança internacional.

Finalmente, o debate central entre os teóricos realistas que definem a perspectiva estrita da segurança, onde cabem os estados como eixo central, e as abordagens críticas que pretendem o seu alargamento a outros aspetos que não apenas os militares e que, indo mais longe, procuram questionar estas construções da segurança, expondo as agendas que as mantêm e que ocultam outras formas de insegurança. Estas abordagens pugnam por uma análise mais aprofundada e veem as funções do Estado, mas também o desenvolvimento e as dimensões culturais económicas e sociais como essenciais na análise da produção de vulnerabilidades, inseguranças ou ameaças à estabilidade internacional. Recorrendo à diversidade de perspectivas oferecidas pela teoria social crítica, desde o enfoque discursivo, aos estudos feministas ou à crítica marxista, os estudos de segurança têm beneficiado extensivamente deste alargamento e autoreflexão sobre os significado da segurança (Huysmans, 1998), a recorrência da conflitualidade (Mitzen, 2006) ou os próprios limites da abordagem crítica, quando desfasada de conceitos como realidade e poder (Nunes, 2012).

Esta abordagem confere uma maior garantia de amplitude no que se refere ao enquadramento teórico do tema em estudo nesta dissertação. As características da Guiné Bissau apontam no sentido de que a abordagem crítica de estudos de segurança seja o melhor ângulo de análise no que se refere ao estudo RSS e a forma como as organizações internacionais, em especial a ONU e a UE observam esta questão.

Paralelamente, os estudos críticos ajudam a interpretar de forma mais abrangente o nosso objeto de análise, uma vez que a formulação de uma resposta à pergunta de partida tem cabimento na análise multidimensional que estes estudos observam nas suas premissas.

1.3. O caso da Guiné-Bissau: etnicidade e segurança

Com base nos estudos críticos de segurança, procuramos enquadrar teoricamente o caso da Guiné-Bissau, no que se refere o conceito de Estado falhado; a construção do conceito de segurança; os principais debates que sustentam as escolhas políticas; bem como a dimensão que o fenómeno da etnicidade assume nas questões de segurança. Conforme previamente enunciado, iremos defender que a Guiné Bissau apresenta as características de um Estado à beira do colapso. No entanto, alguns pontos de partida são essenciais na definição desta questão. Segundo Pureza (2005: 13) “a pluralidade de conceitos corresponde à complexidade das situações que se podem encontrar como Estados falhados, frágeis e colapsados”. O autor refere que se podem encontrar diferentes situações concretas: o colapso da autoridade central; a baixa capacidade administrativa e burocrática; a instabilidade política; as políticas neopatrimoniais; a existência de conflito armado; as políticas repressivas e os regimes autoritários (*Ibidem*).

Rotberg (2002 *apud* Pureza 2005:15) remete “os estados falhados para as situações em que se verifica uma perda de efetividade na garantia de bens públicos, incluindo lei e ordem, e de legitimidade face às populações”. Este autor estabelece algumas distinções entre Estados frágeis, falhados e em colapso, baseando-se na análise das capacidades de governação, sobretudo dos bens públicos mais cruciais. Estes bens públicos consistem nas expectativas, apelos e obrigações que os cidadãos esperam que o Estado satisfaça, sendo intangíveis e difíceis de quantificar, e dão conteúdo ao contrato social entre governantes e governados. Existe uma hierarquia de bens políticos, sendo a segurança o mais crucial, nomeadamente a segurança humana.¹ A função principal do

¹ O conceito de *segurança humana* ganhou impulso com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1994, elaborado pelo PNUD. Ele transcende o conceito de segurança nacional, relativo às garantias territoriais e políticas dos Estados, ao assegurar a segurança individual e comunitária das pessoas e das sociedades, em diferentes escalas. O PNUD destacou sete grupos de segurança humana: a) a económica, ou de garantia de um rendimento básico; b) a alimentar, suporte à nutrição adequada de todos; c) a da saúde, ou de proteção contra doenças e existências não saudáveis; d) a ambiental, propiciando um meio ambiente não prejudicial a ninguém; e) a pessoal, contra violências físicas e psíquicas; f) a comunitária,

Estado é prevenir invasões e infiltrações externas ao território; eliminar ameaças internas à ordem nacional e estrutura social; prevenir o crime e outros perigos à segurança interna; permitir aos cidadãos resolver as suas disputas com o Estado e seus habitantes sem recorrer a armas e outras formas de coação física. A definição do autor é particularmente relevante no que concerne ao tema em estudo, uma vez que a maioria dos pressupostos são facilmente identificáveis na situação política da Guiné Bissau. Acresce ainda dizer que é estabelecida uma ligação entre a existência do Estado e as suas vulnerabilidades, incapacidades ou problemas na execução das suas funções primordiais.

As causas dos Estados falhados, frágeis ou colapsados encontram-se também ligadas aos fenómenos de violência moderna, ou seja, a noção de que o fenómeno da globalização capitalista provoca a emergência de economias de guerra violentas e não estruturas de mercado pacíficas, e que levam ao colapso dos Estados (Duffield, 1999; Kaldor, 1999). Para Jung (2004: 10), a evolução do mercado não leva necessariamente a relações pacíficas, pelo contrário, tem vindo a gerar uma economia informal dominada pela corrupção e por atores e atividades ilegais, e por vezes, criminosos, alimentada por rendimentos de guerra e pela relação promíscua entre atores económicos locais e mercados liberais, geradores de empresários de guerra. Segundo Pureza (2005:21), esta abordagem sobre as dimensões económicas dos Estados falhados, frágeis ou colapsados leva-nos a repensar a natureza dos conflitos, por vezes tratados como fundamentalmente étnicos ou mero fruto da corrupção e irracionalidade dos líderes. Para o autor, os conflitos intraestatais não são apenas conflitos religiosos, étnicos ou políticos, como muitas vezes se afirma. Os conflitos são essencialmente económicos. Mbembe (2004: 37 *apud* Pureza 2005:21) refere que no caso africano “a maioria das disputas têm origem, não no desejo de fazer coincidir o espaço etnocultural com as fronteiras do Estado, mas sim na luta pelo controlo dos recursos considerados vitais, como por exemplo a distribuição da água”.

Estas descrições sobre as conceções do Estado falhado levam-nos a refletir sobre dois sujeitos maiores em análise na presente dissertação e abrem espaço para outra reflexão recorrente no estudo das questões da segurança nas relações internacionais. Primeiramente, a questão da violência capitalista e os efeitos perversos da globalização

protegendo as práticas e os valores pacíficos de qualquer grupo, contra o arbítrio discriminatório; g) a política, que assegura o exercício da cidadania (PNUD,1994).

nos Estados. Em segundo lugar, as desigualdades económicas como ponto essencial na fragilização do Estado. Para além disso, a sobreposição da visão económica a outras formas de manipulação em contexto de conflitos, nomeadamente da questão étnica e política, parece-nos relevante para o nosso trabalho, já que permite qualificar o argumento étnico na explicação da conflitualidade e insegurança e dos fracos resultados na RSS na Guiné Bissau.

Paul Collier (1999: 1-15) sustenta que os conflitos são causados por agendas económicas de alguns atores, que identificam oportunidades/vantagens no conflito, ainda que este destrua oportunidades para uma grande maioria. Esta aferição é suportada pela constatação de que existem grupos que ganham com uma guerra civil, ainda que esta promova um declínio económico de 2,2% por ano.² Estes grupos adquirem uma capacidade de influência muito grande e põem em causa as tentativas de restauração de paz, uma vez que perdem o seu poder económico e de influência. Com a finalidade de promover estratégias para intervenções concertadas da comunidade internacional em casos de guerras civis, Collier (1999: 1) distingue claramente dois tipos de motivação. O primeiro relaciona-se com a *ganância*, e norteia a ação de grupos rebeldes que ambicionam o acesso à riqueza pela exploração extra legal aos recursos. O segundo diz respeito ao *sentimento partilhado de injustiça (grievance)*, que impele à rebelião para libertar a nação ou o grupo a que pertencem de um regime injusto.

Sendo que as duas motivações exigem respostas diferentes, é essencial que se perceba claramente as reivindicações de grupos rebeldes, quer a nível nacional, quer internacional. Contudo, tal exercício é tão mais difícil quanto melhor forem as estratégias de comunicação pública ou propaganda dos grupos rebeldes. Ou seja, dificilmente um grupo rebelde assenta as suas reivindicações com base na ganância. A justificação da

² Segundo o autor, as atividades que ganham com os períodos de guerra civil são: i) negócios oportunistas – dado que a sociedade aceita melhor relações de comércio circunstancialmente oportunistas, em vez de projetar essas relações no futuro incerto; ii) roubo – a criminalidade tende a aumentar numa sociedade em guerra civil, uma vez que há uma diminuição na despesa com a segurança pública e um aumento na defesa, levando a uma noção de maior impunidade; iii) comércio desregrado, com tendência monopolista – baseado no controlo de informação privilegiada para o aumento das margens de venda, ainda que com menor volume de negócios; iv) compensações predatórias – impostas com recurso à coerção pela violência por grupos rebeldes e funcionários públicos, cujas ações se tornam menos escrutinadas pela sociedade; este tipo de ganho que tem maior êxito e longevidade quanto maior for o monopólio da sua execução, sendo que a situação mais bem-sucedida é a substituição do governo no monopólio da violência ou da geração de um duopólio da violência entre um grupo rebelde e o governo (colier, 1999: 1-15).

luta armada, com base numa narrativa de sentimento de injustiça partilhado, é melhor recebida pela comunidade internacional e permite o recrutamento interno de combatentes e o apoio do grupo ou nação. Para o autor (Collier, 1999: 3-4), esta narrativa pode assentar em a) ódios étnicos primários que remontam a períodos longínquos (quando a sociedade é bastante fraturada étnica e religiosamente); b) desigualdade económica, relacionada com desigualdade de rendimento ou com a posse desigual das terras; c) ausência de direitos políticos, em regimes autocráticos e repressivos; d) incompetência económica dos governos, que causa um desespero generalizado pela incapacidade sucessiva na gestão do Produto Interno Bruto (PIB). O autor sustenta ainda que, este último (declínio económico) é, sem dúvida, o único fator que pode justificar o sentimento de injustiça, ainda que, combinados, estabeleçam uma narrativa consistente.

Efectivamente, o autor (Collier, 1999: 9) infere ainda uma explanação essencial para a avaliação da questão da Guiné Bissau no que se refere à alusão a ódios étnicos primários. O estudo demonstrou que “tanto as sociedades homogéneas como as altamente fragmentadas etnicamente têm conflitos mais curtos e menor propensão para a guerra civil”.

Collier (1999) investigou sobre as verdadeiras motivações de grupos rebeldes através da análise da performance económica de países em desenvolvimento, nomeadamente no que concerne a exportação de matérias-primas. Estes recursos são extremamente lucrativos, uma vez que não implicam uma exploração complexa e são facilmente taxados (quer pela ação de governos, quer de grupos rebeldes ao interromperem as rotas de transporte). Um outro fator económico importante para sustentar um grupo rebelde está ligado à sua capacidade de recrutamento de jovens rapazes (entre 15 e 24 anos). Estes jovens estarão mais dispostos a integrar as fileiras de um grupo rebelde armado quanto menores forem as duas oportunidades, nomeadamente de educação (que se torna o terceiro fator na análise do autor) e de rendimento.

Os resultados do estudo (*ibidem*: 8) sustentam que “a verdadeira causa da guerra civil não é o ruidoso discurso do sentimento partilhado de injustiça, mas a força silenciosa da ganância” e demonstraram uma forte relação entre a existência de matérias-primas e a eclosão de guerras civis. Na verdade, o risco para uma guerra civil é maior quando há uma dependência das exportações de uma determinada matéria-prima e quando há uma predominância de jovens do sexo masculino sem oportunidades de

educação. Michael Klare (2001) sublinha essa mesma ligação entre a existência de recursos e uma nova geografia da conflitualidade internacional.

A política internacional pode agir de modo a reduzir os incentivos para o conflito, nomeadamente através da pressão exercida através dos mercados de importação de matérias-primas. O *processo Kimberly* reflecte a capacidade de se concertar uma acção estruturada de pressão sobre os canais de comercialização do produto, para dirimir o incentivo ao conflito na Serra Leoa. No entanto, no que concerne ao narcotráfico, por não haver um mercado legal para a comercialização do produto, dificilmente se pode pressionar os canais de promovem a oferta. Ainda através da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, a comunidade internacional pode também incentivar à diversificação das economias baseadas em matérias-primas. A melhoria do sistema judicial deve ser também procurada, de modo a dotar os tribunais e as polícias de um enquadramento que possa gerar um clima ordem pública generalizado. Também a desmobilização das Forças Armadas (FA) é importante, de modo a reduzir uma corporação que se encontra muitas vezes uma alternativa a baixos salários na perpetuação de crimes e atividades predatórias.

Existe um debate a relevar sobre as questões étnicas na política internacional. De acordo com Gilley (2004: 1115), “não devemos ignorar dimensões étnicas ou de identidade na análise política quando ela está em evidência, uma vez que a diversidade étnica tem claras consequências económicas, políticas e sociais”. No entanto, para o autor, raramente o enquadramento étnico é a melhor maneira de se estudar política. No seguimento do que foi descrito no estudo dos Estados falhados, o autor corrobora o argumento de Pureza (2005:21). No entanto, será que esta abordagem permite descodificar a realidade política e intervir sobre ela? E quando o discurso étnico passa a ser central no argumentário, na etnicização da vida política e se torna um fator decisivo na conflitualidade? Que abordagem se pode elaborar sobre este tema?

Importa analisar as restantes estruturas argumentativas do autor. Gilley (2004: 1158) coloca dúvidas empíricas e conceptuais relativamente à dimensão dos conflitos étnicos. Na sua abordagem, o autor descreve etnicidade enquanto

[u]sualmente definida como uma parte da identidade de uma pessoa que tem mais do que uma marca idêntica, tais como, raça, religião, partilha da história, região, símbolos sociais ou linguagem. Existe contudo outra parte da identidade da pessoa que advém da sua doutrina moral pessoal, do seu estatuto económico, das suas filiações cívicas ou da sua história pessoal. Como ponto de partida, a existência de marcas étnicas não pode ser a base dos chamados *conflitos étnicos*.

Contudo, alguns fenómenos políticos obrigam-nos a olhar para a etnicidade como um dos elementos a ter em conta na construção da paz e do desenvolvimento. Segundo os teóricos construtivistas, o mundo é assumido como um fenómeno subjetivo que deve ser descoberto através da observação empírica (Fierke, 2007:56). Para Onuf (1989) o mundo não é um dado adquirido, mas antes continuamente feito e refeito por atores humanos através das interações com os seus semelhantes. Partindo do pressuposto de que a realidade é construída, a dimensão étnica faz parte de um processo de construção social da conflitualidade internacional. Sendo esta realidade construída, faz sentido abordá-la quando nos referimos às suas implicações na RSS na Guiné Bissau, uma vez que pode ser um fator para a transformação positiva da realidade local.

A Guiné Bissau é um Estado multiétnico. Segundo Gomes (2009: 23) “[n]uma área equivalente a um terço do território português coabitam mais de vinte etnias” – entre elas: Balantas, Fula, Mandinga, Manjaco, Papel, e Mancanha. As suas crenças religiosas distribuem-se pelo animismo (50%), pelo islamismo (45%) e pelo cristianismo (5%). As dimensões étnicas tiveram um papel essencial na luta pela libertação nacional do jugo do colonialismo e representaram também importantes fragilidades na construção da sociedade pós-colonial. Determinados grupos foram acusados de ligação com o colonialismo, outros com os movimentos de libertação, uns foram tidos como revolucionários, outros como colaboracionistas, com severas consequências na estabilidade social da Guiné Bissau. A construção material da história é feita pelos historiadores e, apesar dos instrumentos metodológicos que lhes permitem analisar a história à luz de preceitos científicos, existe uma história popular, suportada na tradição oral e que cultiva as diferenças em nome de uma identidade de um povo, de uma superioridade ou de uma inferioridade. Estes aspetos tornam-se mais evidentes quando o clima social é frágil e a falta de crescimento económico é endémica, e podem ser determinantes nas escolhas de resolução dos conflitos, sendo condicionantes sérios à estabilidade e ao desenvolvimento.

Roque (2009: 3-8) chama a atenção para as causas e consequências da violência política e militar na Guiné Bissau. Neste particular, a autora aponta para uma possível etnicização das posições políticas e militares desde o ano de 2000. Na sua análise provável de cenários políticos, a autora associa a instabilidade política a dois líderes que pertencem ao mesmo grupo étnico. Na dimensão militar, a autora foca a permanente instabilidade no setor militar, em especial no que diz respeito à esfera política e às

constantes tensões entre militares e políticos que têm manipulado as rivalidades, em especial as étnicas, e as lutas permanentes pelo acesso a recursos legais e ilegais. A mesma autora refere ainda que um grupo de militares com base em lealdades étnicas está a ganhar poder no governo.

Esta descrição coloca-nos, novamente, perante a reflexão sobre as questões da etnicidade, nomeadamente sobre quem e como fomenta o fenómeno das rivalidades no que concerne a instabilidade política; qual o grau de enraizamento e dispersão do fenómeno; e qual o papel a ser desempenhado pelas organizações internacionais parceiras do Estado guineense. Parece-nos que as considerações relativas às dimensões económica, social e cultural devem juntar-se às dimensões tradicionalmente estudadas quando se trata a reforma de segurança. Nesse sentido, a própria conceptualização sobre quais as ameaças à segurança guineense – a construção de uma narrativa securitária – pode ocultar elementos importantes à consolidação de uma paz mais estável, e onde a RSS em colaboração estreita com os atores internacionais é central.

Os processos de construção da paz geridos pelas Nações Unidas e pelas organizações internacionais são, na maioria das vezes, elaborados de forma padronizada, pondo em causa, à partida, a sua eficácia. As dinâmicas particulares dos processos obrigam muitas vezes a uma análise mais profunda e detalhada sobre os conflitos. Torna-se relevante proceder a uma análise sobre os princípios, os objetivos, os mandatos e as ações que promovem as organizações internacionais nestes processos e perceber a sua adequação ao contexto local não só na perspetiva do seu enquadramento político e ideológico mas também sobre a forma como a sua intervenção se adequa às particularidades locais, através da análise da sua eficiência e capacidade de transformação. Neste sentido passaremos à reflexão sobre a metodologia conceptual das organizações que nos propomos a estudar, tendo em conta o objeto de análise desta dissertação.

1.4. O sistema internacional e a ação em contexto de conflito: a RSS

Num contexto de intervenção num estado frágil, o sector securitário apresenta novas ameaças e riscos, tais como: o crime organizado, os fluxos migratórios desregulados, os crimes ambientais, o tráfico de pessoas, armas e estupefacientes e a pirataria em alto-mar. Lidar com estas questões é fundamental num contexto de construção da paz (pós-conflito ou de forma preventiva), e a RSS é, neste contexto

fundamental. A RSS deve ser “inserida num quadro geral de intervenção, com o objetivo de criar ou devolver, a um país, um quadro de estabilidade global que lhe permita o desenvolvimento dos seus diversificados e múltiplos sectores de actividade” (Feliciano, s/d: 17).

Para Feliciano (*Ibidem*: 18-20), uma primeira fase diz respeito à “reedificação do aparelho de estado e da reconstrução de um sistema político democrático e de boa governação, desejavelmente representativo, assente numa dinâmica de divisão e separação dos poderes, legislativo, executivo e judicial, em que o primado de lei constitua o suporte de toda a estrutura do Estado”. A vertente político-institucional assenta sobretudo na legitimação do poder, através da realização de eleições. Para que não haja uma ação impositiva, a intervenção deve atender sempre às especificidades da “língua, [d]a história, [d]a cultura e [d]as condições socioeconómicas [...] para o entendimento dos procedimentos e do tempo necessário para a criação da necessária estabilidade que possa levar à realização de actos eleitorais”. Esta fase reflete ainda, um “processo dinâmico de reconciliações sociais, de união de sociedades divididas e espartilhadas, de ódios passados e vinganças presentes”. No que concerne à vertente da edificação da sociedade civil, com vista ao desenvolvimento económico, a intervenção através de planos de ajuda estruturais deve ser posterior à salvaguarda das condições mínimas exigidas pela vida humana.

Posteriormente, os atores internacionais – dos quais distinguimos o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) ou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mas sobretudo, nos designados Estados doadores e nas organizações internacionais, tais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – vão promover uma ação em prol da reconstrução do aparelho de saúde pública, do ensino e de infraestruturas de mobilidade. A vertente mais complexa de intervenção concerne à vertente psicossocial, ou seja à “recuperação do indivíduo, [...] a superação dos traumas provocados pelo conflito, e [à] reconstrução do próprio tecido social”, envolvendo um investimento muito grande na reconciliação e na alteração do *status quo* anterior ao conflito. Devido à sua complexidade, é usualmente subalternizada, por carência de recursos económicos e técnicos que preconiza.

O Manual para a RSS, da OCDE (2007) codifica o planeamento das intervenções no âmbito da RSS. Os princípios da RSS são: i) centrados na segurança da

pessoa humana, elaborada localmente (“apropriação”) e baseada em normas democráticas, nos direitos humanos e na justiça; ii) entendidos como um quadro teórico que permita responder aos desafios da segurança através de políticas integradas de desenvolvimento e segurança e de um maior envolvimento da sociedade civil; iii) baseados em atividades envolvendo múltiplos sectores, planeadas em função de análise profunda do leque de necessidades em termos de segurança do homem e do estado; iv) baseados nos conceitos que orientam a reforma da administração pública, como a transparência e a responsabilidade; v) baseados em processos e políticas que visam aumentar a capacidade institucional e humana que permita o bom funcionamento de uma política de segurança (OCDE, 2007: 21). Neste sentido, a ação internacional deve visar 4 objetivos centrais: a) estabelecimento de boa governação, mecanismos de supervisão e fiscalização e responsabilidade no sistema de segurança; b) melhorar a prestação dos serviços de segurança e da justiça; c) estimular a liderança e apropriação nacionais (Ibidem).

Garrido Gomes (2009: 27-30) discorre sobre as dificuldades em se atuar para a implementação da RSS na Guiné Bissau. A fragilidade do Estado, desde logo, assume-se como um entrave à reforma, um processo de cariz político, pois implica a tomada de decisões sobre as forças de segurança e uma estratégia de longo prazo. A instabilidade política na Guiné Bissau agrava-se pelas ligações entre a dimensão política e a militar, que não permitem identificar o centro do poder e, por conseguinte, a verdadeira vontade política nas diferentes estruturas do Estado (há uma perceção de possibilidade de perda de poder perante uma efetiva reforma por parte de muitos grupos). A influência do narcotráfico junto do aparelho de Estado é também um fator largamente desestabilizador, assim como a ausência de um tecido económico capaz de atrair tropas desmobilizadas, sendo o Estado o maior empregador.

A estas dimensões alia-se a incapacidade técnica, administrativa e financeira da administração pública, que dificulta toda a implementação da RSS. Ao nível do projeto de reforma, os grandes entraves situam-se no facto de haver uma estratégia de RSS obsoleta (datada de 2006), na falta de coordenação dos doadores internacionais, bem como falta de apoio financeiro para a execução orçamental da RSS (associada à má gestão desses fundos). Gomes (2009) reflete ainda sobre a adequação destas intervenções, destacando, desde logo, a falta de apropriação. Este princípio básico para que a agenda de RSS possa ser reconhecida pela sociedade no seu todo é posto em causa

pelo desenho das estratégias, que se baseiam numa perspetiva dos doadores (exógena) e sem atender às idiossincrasias locais e regionais. Por sua vez, este conceito está diretamente ligado à vontade política para a RSS. À complexidade do conceito de RSS e da sua implementação ao nível local soma-se também uma falta de conhecimento por parte da comunidade internacional sobre a realidade da Guiné Bissau – que pode promover políticas desadequadas ao país. Uma alternativa de sucesso para a implementação da RSS passa, assim, por um conhecimento aprofundado sobre as configurações de poder no país, que identifique claramente o xadrez de ganhos e perdas perante as diferentes medidas preconizadas; da mesma forma atender à especificidade da imagem e impacto das medidas sobre os antigos combatentes, geralmente detentores de um reconhecimento social elevado e generalizado.

1.4.1. Peace web: para uma abordagem holística

À luz de Freire e Lopes (2008; 2009; 2010), vamos analisar o conceito inovador de *peace web* como promotor de uma abordagem holística, capaz de dar uma resposta pacífica e eficaz à gestão do conflito e à mitigação (e possível eliminação) da violência. A produção teórica destas autoras dá-nos conta do verdadeiro alcance da dimensão investigação-ação dos estudos para a paz. Para as autoras, a definição de conceitos chave como “paz” e “conflito” lançam imediatamente luz sobre as possibilidades de ação, já que ambos se inserem numa tradição holística e multifacetada. Assim, Para uma clara recusa da dicotomia guerra/paz, as autoras identificam o conceito de *continuum* de paz e violência, o que explica uma escolha pela violência/paz com diferentes intensidades. Tal significa que, quanto mais as condições estruturais básicas estiverem preenchidas, maior tendência haverá para se recorrer a métodos pacíficos para a gestão dos conflitos. Para além disso, consideram o termo ‘culturas de paz’ como sendo mais esclarecedor de uma realidade onde existem diferentes contextos e diferentes intensidades ao longo do *continuum* de paz e de violência, inclusivamente em contextos de paz formal.

A crítica das autoras é pois centrada na narrativa tradicional orientada para o conflito e assente num ciclo de prevenção do conflito; gestão do conflito; resolução do conflito e reconstrução pós-conflito, confunde precisamente os conceitos de conflito e violência, direcionando a ação para a paz na dimensão do conflito – tal como desenvolvido e praticado no contexto da ONU. Desta forma, não consegue responder às

dinâmicas subjacentes à violência, uma vez que visa uma resposta sequencial e faseada que pressupõe uma resposta estrutural, após as dimensões de segurança estarem asseguradas e que não considera o conceito holístico da paz (duradoura e estável). Procurando dar resposta a estas limitações, foram adotados, nas ações de manutenção da paz, os conceitos de segurança humana, consolidação de confiança, acordos de partilha do poder, apoio eleitoral e desenvolvimento socioeconómico (Freire, Lopes, 2008:11). Juntaram-se polícia e sociedade civil às forças militares e criou-se um quadro paralelo de ação de *peacekeeping* e de *peacebuilding*, por oposição a uma ação sequencial e faseada, capaz de responder às emergências humanitárias e cujo objetivo final do alcance de uma cultura de paz e não somente do fim da violência.

Desta forma, parte-se do princípio de que as missões de paz devem ter um carácter multidimensional, nas quais diferentes atores asseguram uma ação concertada para o mesmo objetivo final. A tabela n.º 1 explica os diferentes níveis de ação. Constatamos que, apesar de as missões de paz serem construídas numa base multidimensional e com múltiplos atores, a ação privilegia ainda os instrumentos militares e não há uma verdadeira integração do conceito de *continuum* de paz e violência.

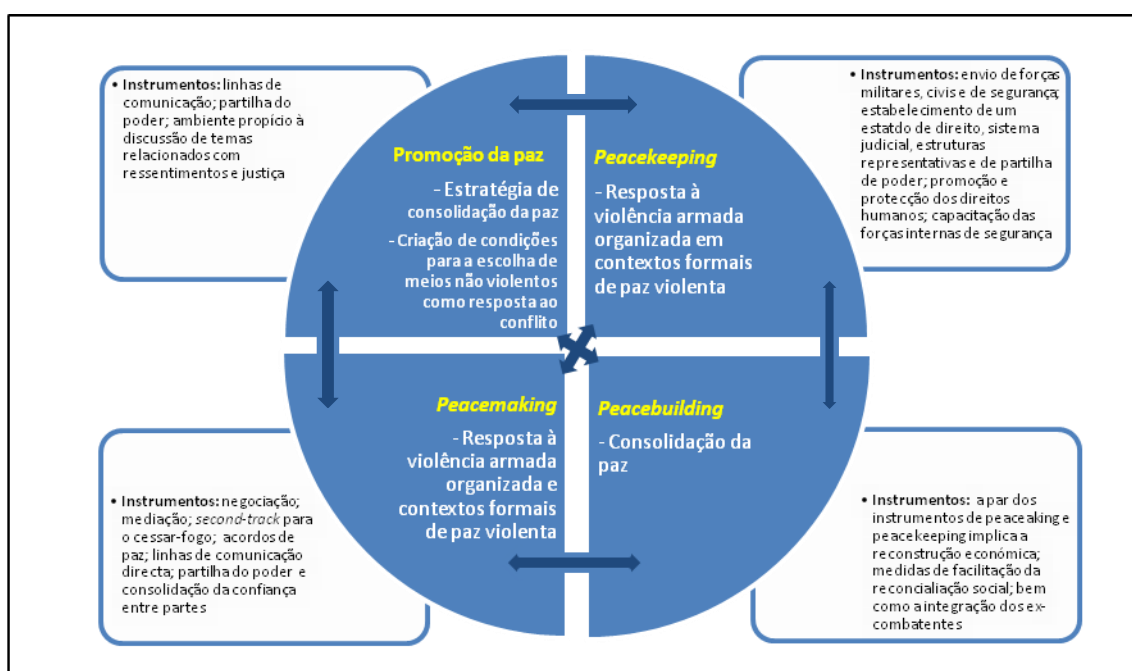
Tabela 1. Diferentes níveis de ação numa missão de paz

Dimensão	Ação	Actores
Segurança	Garantir a ausência de violência.	Forças militares.
Institucional	Ação no quadro dos regimes e sistemas políticos para a criação de um sistema pacífico de gestão dos conflitos.	Sistema judicial, partidos políticos e governação multinível.
Económica	Criação de uma economia de mercado liberal, capaz de atrair investimento e focada no crescimento económico.	Sociedade civil, com particular atenção aos ex-combatentes.
Psicossocial	Promover a reconciliação social.	Todas as partes envolvidas.

Fonte: Freire e Lopes (2008: 11).

O conceito de *peace web*, preconizado por Raquel Freire e Paula Duarte Lopes (2008, 12) opõe-se à tradicional abordagem faseada no que concerne à consolidação da paz, conferindo bi-direcionalidade entre as diferentes componentes deste processo: promoção da paz; *peacemaking*, *peacekeeping*, *peacebuilding*. Conforme gráfico n.º 2, observamos a interligação entre as componentes, que se influenciam e criam novas dinâmicas entre si, conduzindo a uma ação mais coerente de acordo com a complexidade do contexto real, numa lógica de *continuum*.

Figura 2. Conceito de *peace web*



Fonte: Freire e Lopes (2008: 2)

A sua operacionalização implica revisitar os meios e os mandatos dos atores, bem como as premissas de ação. Por conseguinte, é necessário garantir estratégias, planos de ação e tomadas de decisão conjuntos que permitam às partes intervenientes desenvolver a sua ação sob um mesmo quadro conceptual, numa abordagem dinâmica e integrada da paz, holística e facilitadora do princípio de investigação-ação, no qual assentam os estudos para a paz.

1.5. Notas conclusivas

O discurso realista é extremamente restrito para analisar aprofundadamente o tema desta dissertação. Para obviar esta limitação, recorreremos a uma lógica

construtivista e crítica da segurança na Guiné Bissau. Consideramos que estas abordagens permitem uma leitura mais ampla do processo em causa e podem ser mais eficazes para um estudo reflexão-ação, isto é uma procura de evidências e uma reflexão científica que visem a transformação social positiva. Consideramos também que, apesar das dimensões étnicas serem consideradas como uma camuflagem para os problemas de fundo que residem, na maioria das vezes, no controlo dos recursos, é nesta ligação que elas se tornam também uma expressão da globalização capitalista vigente, pelo facto de emergirem como consequência da degradação das condições económicas sociais e políticas, em especial pelo facto de legitimarem o poder das economias de guerra e serem uma importante ferramenta de manipulação para a manutenção do *status quo* e do imobilismo social que perpetua poderes, mantêm negócios ilícitos e concorre para a falência do Estado. Estas questões não podem, nem devem ser negligenciadas no trabalho a que nos propomos. Estas não devem, por si só, constituir a única explicação dos acontecimentos sociais, mas são importantes fatores para a interpretação dos fenómenos sociais que moldam a realidade política. Parte-se, assim, do pressuposto de que a realidade política é construída e não um jogo de soma nula, que constitui a base do pensamento político realista. Uma abordagem integrada holística e madura obriga a uma plena articulação de todos os atores que interagem no terreno. Na perspetiva desta dissertação tentaremos analisar o fio condutor da realidade e possíveis caminhos para a sua transformação.

CAPITULO II. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A ETNICIDADE E AS FORÇAS ARMADAS NA GUINÉ BISSAU

Este segundo capítulo irá contextualizar o atual contexto político na Guiné Bissau, através de uma sucinta resenha histórica dos principais momentos relativos à edificação do exército guineense, das suas contradições de base e do estado da arte da sua situação atual. Para tal será necessário proceder a uma breve contextualização histórica e política da génese da construção do Estado guineense, desde o período da colonização, passando pela guerra colonial, pelo período de independência, até aos dias de hoje. Esta contextualização apresenta os diferentes momentos em que a dimensão militar foi essencial na vida política do país e dedicará especial atenção às dimensões étnicas na construção destes processos históricos. Importa relembrar que o objeto da dissertação centra-se na leitura que as organizações internacionais fazem dos desafios de segurança do país, da importância da RSS nessa leitura e do papel que é atribuído (ou não) às questões étnicas que atravessam a sociedade guineense. Para o efeito, a presente análise histórica procura descobrir a génese dos conflitos que marcaram os últimos anos, por forma a criar um quadro sistematizado do processo político e securitário guineense, as suas implicações e, sobretudo os seus efeitos na atualidade.

2.1. Abordagem histórica do nacionalismo guineense

Para analisar o nacionalismo guineense recorreremos à produção teórica de Ernest Gellner e procuramos estabelecer um debate entre Gellner e Amílcar Cabral no que respeita à génese e à tipificação do nacionalismo guineense. Para Gellner (2008: 67, ênfase no original), “[o] nacionalismo é essencialmente um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra”. Para o mesmo autor, “*sentimento* nacionalista é o estado de cólera causado pela violação desse princípio ou o estado de satisfação causado pela sua realização. Um *Movimento* nacionalista é aquele que é incitado por um sentimento deste tipo” (Gellner, 2008: 67, ênfase no original). Partindo das definições de Gellner, este capítulo reflete sobre a referida correspondência na construção da identidade nacional na Guiné Bissau, a génese deste sentimento e a ação do movimento nacionalista. A partir das conceções deste autor, procuraremos analisar as dimensões étnicas na construção da identidade nacional e responder às questões relacionadas com a análise discursiva e política da

unidade nacional, na incorporação de todos os diferentes setores da sociedade na construção desta identidade política e de um contexto securitário sustentável.

Fanon (1961:145), refletindo sobre a emergência dos nacionalismos no contexto africano, refere que,

[a] consciência nacional ao invés de ser a cristalização coordenada das aspirações mais íntimas do conjunto de um povo, em vez de ser o produto imediato mais palpável da mobilização popular, será em todo o caso uma forma sem conteúdo, frágil e grosseira. As falhas que descobrimos explicam amplamente a facilidade com que nos jovens países independentes passam da nação à etnia e do estado à tribo.

Fanon aborda, assim, uma questão central no que respeita o tema desta dissertação. Quando o processo histórico nacionalista culmina na libertação de um povo e na construção das suas instituições, facilmente as contradições de base se tornam visíveis após o fim destes processos. Verificamos, pois, que o autor sublinha uma das maiores debilidades na construção dos Estados pós-coloniais: a dimensão étnica e tribal. Este enquadramento é absolutamente relevante no caso da Guiné Bissau, como veremos de seguida.

Segundo Djaló (2012:22), a sociedade guineense pode ser dividida essencialmente em três grupos: a sociedade animista, a sociedade islâmica e a sociedade cristã, dita crioula. Segundo o autor,

a sociedade tradicional guineense é uma sociedade estruturada e integrada num sistema de valores e de comportamentos muito rígidos, baseados na tradição e na ordem social estabelecida. A integração do indivíduo numa tal sociedade faz-se através da família, do clã, do grupo étnico, do grupo etário, da classe social, considerados como normas que explicam a ausência de individualismo, porque cada indivíduo é obrigado a agir e a conformar-se com as normas sociais, com o sistema de valores e com a disciplina de grupo. Djaló (2012: 25)

Esta abordagem centrada na importância do coletivo parece-nos essencial para a interpretação da atual situação política guineense e é também central no que diz respeito à reestruturação das estruturas militares. Para isso, é relevante perceber que a pertença grupal e os seus contextos devem ser tidos em conta, mais do que as dimensões individuais, no estudo das relações sociais e políticas na Guiné Bissau. Neste sentido, importa-nos perceber o que na realidade acontece nos diferentes grupos, quais as suas principais diferenças e se estas diferenças são ou não relevantes na contextualização política atual, em especial no que diz respeito às questões de defesa e de segurança. Após esta análise importa perceber se este argumento é ou não válido para responder à pergunta de partida desta dissertação: quais os fatores para a inclusão/exclusão das

questões étnicas na abordagem dos atores internacionais aos processos de reforma do setor de segurança na Guiné Bissau?

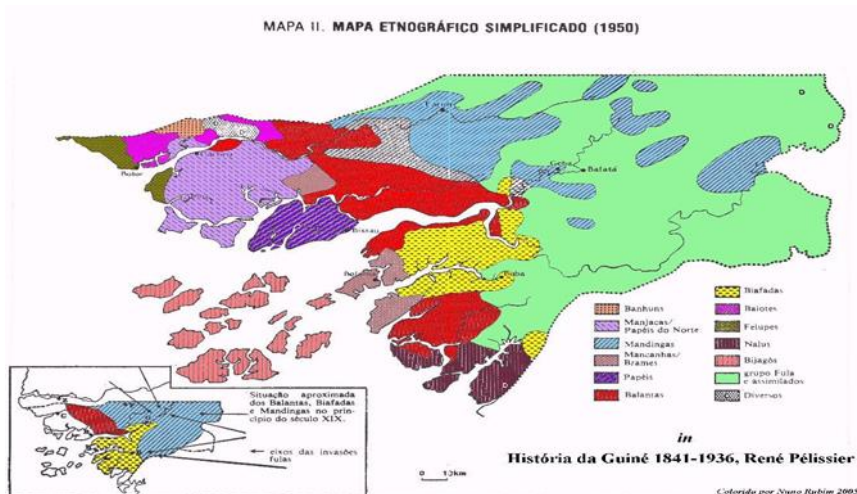
Assim, se o fator étnico é relevante importa perceber a génese da sociedade guineense. Também é importante entender se as origens desta etnicização são ficcionadas ou se são reais, procurando esclarecer os processos de construção identitária na sociedade guineense, a sua relação com o poder político e a interação entre a construção discursiva e a prática política. Para isso, o quadro de análise construtivista apresentado no primeiro capítulo reforçará a análise crítica dos processos de reforma do setor de segurança na Guiné Bissau, enquanto o contexto histórico constituirá um fator determinante na análise proposta. Para o efeito, é pertinente abordar a historiografia dos conflitos na Guiné Bissau e perceber a dimensão étnica como possível fator explicativo da questão, analisar o passado, o seu legado e possíveis caminhos para o futuro.

2.2. As etnias guineenses

A Guiné Bissau é composta pelos seguintes grupos étnicos: Balanta 30%, Fulas 20%, Manjacos 14%, Mandinga 13%, Papel³ 7%. Os Europeus e os mestiços constituem menos de 1% da população (CIA, 2013). Existem outros grupos étnicos, mas iremos centrar a nossa atenção nestes grupos em particular, já que são os mais significativos. Para simplificar a leitura da complexidade étnica da Guiné Bissau, recorro ao quadro em anexo 1. A distribuição dos diferentes grupos étnicos, a sua estrutura e organização, assim como a sua expressão religiosa, são apresentadas no mapa 1, em baixo. Conforme podemos verificar, os diferentes grupos étnicos podem observar-se numa distribuição de todo o território guineense.

³ Podemos referir-nos a este grupo étnico como Papel ou Pepel. Ao longo desta dissertação, serão usadas as duas denominações de forma indiscriminada.

Mapa 1. Distribuição dos diferentes grupos étnicos no território guineense



Fonte: (Pélissier, 1999)

No quadro 1, em anexo, podemos analisar a estrutura e a organização dos grupos étnicos na Guiné Bissau, a sua relação com o Estado e a sua proveniência religiosa. No entanto, para além do quadro síntese, importa efetuar uma abordagem que, sem pretender ser exaustiva, apresente em maior detalhe as diferentes características dos grupos étnicos da Guiné Bissau. Para proceder a esta caracterização recorro ao levantamento efetuado no final do século XIX através de variadas fontes. Pelessier (1989: 31) refere que “desde o principio que se sabe que a Guiné costeira foi um refúgio de numerosos povos recalcados por diferentes invasões. Disto resulta um mosaico étnico – uma Babel negra – de uma complexidade de enlouquecer”. O mesmo autor refere ainda a título comparativo:

Enquanto na África centro-austral nos podemos deter em divisões fortes de centenas de milhares, mesmo de vários milhões de homens, sem que seja preciso entrar numa subdivisão minuciosa, aqui temos de descer ao punhado de milhares para distinguir mesmo sumariamente, componentes da resistência à penetração colonial. A Guiné é um funil de poeiras étnicas que não têm massas, nem espaço para elas mas que, durante muito tempo, levantaram um problema árduo a Lisboa porque, mesmo em caso de triunfo sobre uma micro-etnia, tem de se recomeçar 20 ou 30 km mais adiante. Quis no entanto a boa estrela dos Portugueses que, a partir do começo do séc. XX, soubessem neutralizar ou assoldar uma parte do poder muçulmano, conseguindo muitas vezes utiliza-lo contra as dispersões animistas. (Pelessier, 1989: 31)

O autor, no seu livro sobre a história da Guiné no período entre 1841 e 1936, analisa o papel das diferentes etnias na sua relação com o poder colonial, referindo-se, quer aos colaboracionistas, quer aos resistentes.

Segundo Djaló (2012: 11) “os modelos tradicionais condicionam frequentemente novos comportamentos, as formas de organização moderna são marcadas pela influência das instituições mais antigas”. O mesmo autor refere também que “esta sociedade, tal como hoje se apresenta, é o resultado da interação histórica que manteve durante séculos com o seu antigo colonizador, Portugal”. Partindo desta análise, começamos a elaborar a nossa análise política sobre as paisagens étnicas guineenses, sobretudo na forma como esta diversidade se relacionou com a potência colonizadora, sendo colaborante ou resistente, passiva ou ativa, e a forma como ainda hoje se apresentam, na sociedade guineense, estas contradições. A descrição que se segue não é de todo exaustiva e tem como principal objetivo apresentar um enquadramento genérico das características dos principais grupos étnicos guineenses, sobretudo na interação de uns com os outros. Para a prossecução deste trabalho recorreremos à análise de Rene Pelessier (1989) sobre o mosaico étnico guineense. O autor baseia-se no recenseamento elaborado pelas autoridades coloniais portuguesas em 1950 que indica que a sociedade guineense indígena é composta por 502 mil habitantes.

2.2.1. Os Balantas

De acordo com o recenseamento referido, a comunidade balanta representa o grupo maioritário. Segundo Djaló (2012: 45) “de acordo com os Mandingas ou Malinkés, etimologicamente o termo *Balanto* significa ‘aquele que se recusa, um renegado’ [...]. Para uns, é a recusa de seguir os exércitos de Koli Tenguela ou de deixar o seu país de adopção. Para outros é a recusa de se converter ao Islão”. Segundo Pelessier (1989: 32-33) os Balantas “constituem o coração animista mais compacto durante a conquista. [...] Composta por agricultores (arroz) e criadores de gado, esta sociedade sem Estado, sem régulos, e mesmo sem grandes aldeias é o desespero do historiador ligado às manifestações de poder, pois são praticamente indetectáveis enquanto não entram em conflito com as feitorias”. De acordo ainda com Djaló (2012: 46), “os roubos e as rapinas são valorizados entre os balantas e simbolizam a coragem, inteligência e a habilidade. Os mais eficazes são muito apreciados uma vez que se tornem mestres na arte de roubar sem serem apanhados, recebem crianças para instrução. Do ponto de vista da organização política, os Balantas vivem sem Estado, sem regulados e sem hierarquia social. É o que Cabral chamava de ‘sociedade de estrutura horizontal’”.

2.2.2. Os Fulas

Relativamente à étnica Fula, Pelessier (1989: 33) refere que,

[o]s Fulas, Fulbé ou Peul [representavam] 10 7000 [pessoas] em 1950 [e] constituem o grupo perturbador entre 1850 e o final do século XIX. Pertencem naturalmente à grande família de povos que, por migrações invasões e mestiçagem agitaram duradouramente a história da África Ocidental [...] distinguem-se na Guiné segundo as designações portuguesas, os Futa Fulas, originários do Futa Djalon (Guiné atual) que, por sucessivas investidas destruíram o Estado mandinga carcomido do Gabu [favorecendo] a ascensão em força dos seus primos, os Fula-Forros ou Fulacundas.

Djaló (2012: 71) sublinha ainda o papel dos Fulas-Forros na islamização da Guiné Bissau, incluindo a islamização dos Soninkés, dos Biafadas e de outros grupos animistas. Neste processo, recorreu-se à escravatura e à absorção cultural de alguns povos conquistados, nomeadamente os Mandingas e os Biafadas “que quando ‘Fulanizados’ e islamizados, se tornam fulas de ‘segunda categoria’, ditos Fulas Pretos ou Fulas ‘cativos’ (Djaló, 2012:71). Esta hierarquização das estruturas dos Fulas vai constituir a base para a estratégia da colonização portuguesa e o relacionamento deste grupo étnico com outros na Guiné Bissau será um elemento importante na reorganização das estruturas militares responsáveis pela organização do processo de dominação colonial. Segundo Pelessier (1989: 34),

[e]stes ‘bovimanos’, em via de sedentarização quebrarão ou roerão um máximo de etnias animistas, mas quando os seus interesses chegarem a contactar com os dos Europeus, a sua habilidade e a sua flexibilidade os aconselharão a conciliarem-se tanto com os Portugueses como com os Franceses. Por este facto, alguns dos seus grandes senhores ‘feudais’ serão bons auxiliares dos Portugueses.

Na sociedade tradicional Fula atual distinguem-se duas classes distintas: os chefes políticos e os chefes religiosos; além dos anteriores, existiam os camponeses e diversos grupos sociais ligados aos ofícios. Para além disso, ofícios constituem-se em castas ou semicastas classificadas da seguinte maneira: os agricultores, os tecelões, os pastores, os pescadores, os sapateiros, os marceneiros, os ferreiros, os contadores de histórias, os alfaiates, os bordadores de vestidos, os auxiliares próximos dos chefes tradicionais (Djaló, 2012: 72-73). O autor refere ainda que,

do ponto de vista político, a organização da sociedade Fula baseia-se numa estrutura político-religiosa, fortemente hierarquizada e centralizada. Em traços gerais, esta estrutura piramidal apresenta-se da seguinte maneira: na base encontram-se os chefes de morança, acima dos quais se encontram os chefes de aldeias ou de bairro (djargas), que são conselheiros dos chefes tradicionais (régulos) a que estes últimos delegam uma parte do seu poder. Os régulos são colocados na liderança de uma chefia ou regulado. No nível superior da pirâmide podemos encontrar os alfas acima dos quais estão os ‘Almami geral’, chefe religioso e político de todos os Fulas. (Djaló, 2012: 73).

Esta estrutura hierárquica será amplamente usada pelo poder colonial português, tal como verificaremos posteriormente.

2.2.3. Os Manjacos, Pepeis, Djolas, Felupes

Segundo Pelessier (1989: 34), os Manjacos são agricultores animistas, “constituídos em pequenos regulados particularmente eficazes quando se trata de proibir o seu território étnico (chão da Guiné) aos lusitanos de Cacheu”. Segundo Djaló (2012: 55), “o etnónimo Manjaco é uma outra designação usada desde o séc. XVIII [...] para falar dos Buramos (Brames, Berames, Mancanhas) ou Pepeis”. As designações variavam também conforme a zona geográfica que estes grupos ocupavam (os Papeis nas regiões de Cacheu, Churu, Bianga, Jol, Pantufã e a ilha de Bissau; Brame ou Mancanha em Bula e Cô; e na parte central do território, as ilhas de Pecixe, e Jeta, os Manjacos (Djaló 2012: 34-35). Esta divisão entre grupos étnicos distintos é “um dos melhores exemplos da utilização da etnicidade pelo colonialismo que conseguiu classificar estas populações sob diferentes etnónimos emprestando-lhes particularidades artificiais que eles acabaram por aceitar como factos” (Lopes *apud* Pelessier, 1989: 56). De facto, existe uma grande semelhança entre Manjacos e Pepeis. Torna-se evidente a forma como o colonialismo construiu artificialmente algumas das diferenças entre os grupos étnicos. Esta afirmação de Lopes parece-nos extremamente relevante na medida em que a abordagem por nós efetuada nesta dissertação aborda a dimensão étnica enquanto fruto de uma realidade construída e não decorrente de características naturais inatas. O colonialismo, conforme verificamos na conceção do autor, utilizou a categorização como forma de construir o que melhor servia os seus interesses.

Segundo Pelessier (1989:35) “conhecendo bem o mundo europeu ou lusitanizado, por lidar com ele em Bissau, [estes grupos étnicos] oferecem o exemplo mais puro da sua recusa absoluta, enquanto não tiverem sido dizimados pelos mercenários dos portugueses entre os quais os Fulas”. O autor completa esta ideia referindo que,

[o]s Felupes da Guiné ocupam principalmente a ponta (triângulo) meridional da área do grupo dos Diolas do Casamança, dos quais constituem um subgrupo. Xenófobos e bem decididos a continuar a ser eles próprios, este punhado de agricultores e de pescadores, tendo por vezes alguns chefes mas sempre feiticeiros, será causa de aborrecimentos graves para o colonizador (francês incluído) a sua submissão será ao mesmo tempo tardia e mal garantida. Geralmente são-lhes associados os Baiotes que figuram um pouco na história da resistência. (Pelessier 1989: 35-36).

2.2.4. Os Mandingas

Segundo Djaló (2012: 67) “quando chegaram os portugueses os mandingas exerciam o seu domínio sobre a maior parte da região da Gâmbia a Geba e estavam organizados em vários reinos; Cantor, Niani, Uli, Cabu e Brasso. O Rei de Cabu (que se tornou Gabú) tinha colocado em ‘vassalagem’ as populações Balantas, Biafadas e regiões inteiras”. Foi com a revolta dos Fulas, e com a chegada de outros grupos Fulas do Fouta Djalon que vieram libertar os seus primos, que a hegemonia Mandinga terminou. “Os Mandingas consideram os Balantas, os Brames e os Biafadas como seus parentes próximos” (Djaló, 2012: 67).

Do ponto de vista de organização sociopolítica nos Mandingas as corporações de ofícios estão organizadas em três categorias: os sapateiros, os ferreiros-agricultores e os comerciantes ambulantes (Djilas). Artur Augusto da Silva (1968) *apud* Djaló (2012: 67-68) apresenta, em 1968, a estratificação e a organização social mandinga dividida entre escravos (prisioneiros de guerra, homens comprados, etc.) e homens livres (homens de ofício, os agricultores, os guerreiros e o clero). Autor refere ainda “A sociedade mandinga é uma sociedade organizada em castas de filiação sanguínea, o que significa que uma criança da casta dos ferreiros ou sapateiros permanecerá na sua casta de origem independentemente do ofício que venha aprender posteriormente” (*Ibidem*).

Para a análise em curso importa perceber como se concebe e exerce o poder na cultura Mandinga. Segundo Djaló (2012, 69):

[o]s Mandingas praticavam os mesmos métodos do poder herdados do Mali e baseados na vassalagem. O princípio de uma liderança rotativa entre os membros elegíveis das famílias fundadoras constitui um meio de dissipar os conflitos internos e difundir a sua autoridade. Uma vez definidas fronteiras, os Estados Mandingas revelaram-se de uma notável estabilidade até ao séc. XIX [...]. O transplante das instituições sociais e culturais Mandé para a Guiné-Bissau representava uma vantagem considerável para a elite dirigente mandinga na consolidação do controlo das populações animistas dominadas.

2.3. O colonialismo, etnicidade, clivagens étnicas e anatomia das resistências

2.3.1. A génese do nacionalismo guineense

Após uma primeira abordagem sobre a constituição do mosaico étnico guineense iremos refletir sobre a sua relação com o país colonizador. Podemos constatar que existem diferenças substanciais entre os diferentes grupos humanos existentes na Guiné

Bissau. Essas diferenças verificam-se na religiosidade, nos costumes e na forma de conceber o Estado, a sociedade e a política. Partindo do velho princípio ‘dividir para reinar’, o colonialismo aproveitou-se destas diferenças preexistentes para poder dominar o território e, acima de tudo, cobrar impostos. Para o efeito, analisaremos a forma como o poder colonial utilizou os diferentes grupos étnicos para estabelecer o seu domínio e, desta forma explicar algumas das clivagens ainda hoje presentes na sociedade guineense e que afetam o seu funcionamento e a própria coesão nacional. Analisaremos, então, o papel das várias etnias na Guiné Bissau durante o período da colonização e da resistência anticolonial. Face ao anterior considerando, importa refletir em primeiro lugar sobre a colonização, os seus métodos e a sua exploração dos recursos e as técnicas utilizadas para fazer face à resistência dos diferentes grupos étnicos.

Segundo Djaló (2012:220) “[e]stas guerras intestinas, estas conquistas africanas que se exerciam às custas de outros Africanos, em particular do expansionismo fula, constitui a tela de fundo da conquista europeia da Senegâmbia meridional”. Esta afirmação do autor é essencial para permitir a compreensão do fenómeno colonial na Guiné Bissau. No período final do século XIX existiram vários conflitos que culminaram em várias guerras com o objetivo de consolidar a presença colonial portuguesa. Assistimos a várias expedições para o controle ativo das populações resistentes, tais como as Animistas e Fulas que “obriga as autoridades a improvisar uma política fula” (Djaló, 2012: 221), causando alguma desordem, levando alguns proprietários agrícolas quase à falência. Esta incapacidade de controlar o território forçou uma abordagem mais radical do ponto de vista político e militar, o que resultou num aumento gradual da violência por parte das forças coloniais.

Conforme podemos verificar (ver quadro 2, em anexo), a colonização efetiva do território da Guiné Bissau decorreu após uma sucessiva luta contra os diferentes grupos étnicos. A colonização tem como objetivo o estabelecimento de um sistema capitalista na Guiné Bissau, através da cobrança de impostos e da subordinação dos diferentes regulados, em especial os de organização vertical e islâmica, contra as estruturas horizontais como os Balantas. As ditas guerras de pacificação mais não foram do que o resultado de uma política de alianças que, baseada na ambição de mercenários e de grupos cujo objetivo era a conquista do poder, permitiu sedimentar o aparelho colonial a partir da cobrança de impostos e da distribuição dessa renda pelos aliados. Segundo Pereira (2003: 29),

[a]s questões práticas levantadas pela colonização e implantação da Administração, pela enorme resistência oferecida, anos a fio, pelos guineenses e pela necessidade de rendibilização da exploração colonial do território, tiveram como consequência que os princípios constitucionais de igualdade enunciados pela Revolução Liberal [portuguesa], pouco a pouco, fossem (na Guiné e nas colónias) substituídos por leis e regimentos mais duros, que punham a nu a natureza racista do sistema de exploração colonial. Isto porque o Estatuto do Indigenato, pela sua própria natureza, no dizer de um ex-funcionário administrativo-colonial, teve consequências muito mais perversas que o apartheid na África do Sul. Na realidade, o apartheid com tudo o que tinha de condenável, não negava, pelo menos em termos de enunciado, a existência de culturas africanas, preconizando sim o desenvolvimento separado das diferentes culturas.

O estado colonial utilizou por variadíssimas vezes esta estratégia divisionista para se sedimentar e para manter o seu poder, o que passava pela satisfação de uns em detrimento de outros, e por alianças e ruturas com os diferentes grupos étnicos. No entanto, as relações do poder colonial com os diferentes grupos étnicos não correspondiam a um qualquer reconhecimento dos direitos de cidadania. Para o efeito, note-se o desenvolvimento do que foi conhecido como Ato Colonial que continha as regras principais da política de administração do ultramar (Portal da Historia, 2000-2012). Segundo Djaló (2012: 230), estas regras estão expostas em detalhe na “Carta Orgânica do Império Colonial Português” de 1926 e no Ato Colonial que passaria a texto integrado na Constituição a partir de 1951. Assim, retemos como relevante o facto de que apesar de participantes no processo de colonização, “os indígenas” não passavam disso mesmo, intermediários para a coleta de impostos e para a manutenção do poder da potência colonizadora.

Importa neste particular refletir sobre a organização administrativa no interior do território da Guiné Bissau para melhor compreendermos a forma como o colonialismo sedimentou o seu poder e aí instalou a dita “civilização”. Para o efeito, voltamos novamente a Djaló (2012: 232). O autor refere que,

[n]o interior do país, a polícia era confiada aos auxiliares africanos, os ‘Cipaios’ dirigidos por um monitor, todos colocados sob a autoridade dos administradores de circunscrição e dos chefes de posto. Os Cipaios, estes agentes de autoridade improvisados, eram constituídos na sua maioria por indivíduos que serviram na companhia indígena. Em geral, não eram instruídos e não tinham nenhuma preparação prévia para a função. As funções dos Cipaios eram principalmente ajudar no recrutamento para os trabalhos forçados, de capturar e de castigar as pessoas suspeitas de crime ou de desobediência, de servir de mensageiro e de intérprete. Através desta última função, os Cipaios eram os primeiros a considerar os actos a serem julgados pelo chefe de posto. De uma execrável reputação, os Cipaios cristalizavam todo o ódio que a população tinha em relação à administração.

O autor segue com a descrição dos chefes de posto:

O chefe de posto, personagem autoritária e arrogante em relação à população, tinha atitudes que se caracterizavam pelo arbitrário e pelo abuso de poder”, praticavam castigos corporais

e beneficiavam de uma tal autonomia nas suas circunscrições que as suas decisões não eram controladas pelo poder hierárquico e as suas acções injustas permaneciam impunes [...] beneficiava de poderes administrativos e judiciários e supervisionava as actividades dos régulos ou regedores (chefes tradicionais). A maioria destes chefes de posto era de origem cabo-verdiana ou mestiça, enquanto a maioria dos régulos eram Fulas. Os regedores eram responsáveis pela colecta do imposto de palhota e asseguravam que qualquer acto de rebelião fosse duramente reprimido. Este sistema de administração quase semi-directo permitia não apenas a colecta de impostos mas também recrutar mão-de-obra para os trabalhos forçados. (Djalo, 2012: 233)

Para reforçar este argumento, recordamos Aristides Pereira (2003): “os tugas contaram sobretudo com os chefes tradicionais e também, em relação aos centros urbanos, com os chamados assimilados para garantirem a sua dominação [...]. O verdadeiro contacto do nosso povo com o tuga na Guiné era sobretudo através dos chefes, através dos cipaios e dos assimilados”. Como vemos, este sistema permitiu sedimentar a pirâmide da organização colonial portuguesa em três níveis: os portugueses no vértice, os mestiços cabo-verdianos no papel intermédio e, por fim, os régulos negros e os cipaios que estavam na sua base.

Para reforçar esta ideia voltamos de novo ao Ato Colonial e ao Estatuto do Indigenato, que mais não fez do que regular e organizar as estruturas dos indígenas, colocando as populações sob a dependência de um régulo por grupo étnico, o que significa, uma vez mais, a utilização das estruturas étnicas pelo regime. Mais tarde, sob uma nova estratégia que visava fazer face ao crescimento dos movimentos nacionalistas, o regime nomeava régulos de cada grupo étnico e colocava os elementos desses grupos sob a sua tutela (Djaló, 2012: 236). Esta estratégia, conhecida como “Por uma Guiné Melhor”, resultou na criação dos congressos do povo com o objetivo de travar o desenvolvimento dos movimentos de libertação e de garantir um mecanismo que pudesse aumentar o poder dos regulados (Policarpo, 2010: 87). Estes congressos do povo tinham vários objetivos, dos quais destacamos os seguintes: diminuir as tensões entre os grupos e diminuir a capacidade de mobilização dos movimentos anticoloniais.

Podemos concluir que os congressos do povo criaram uma nova arquitetura institucional para a questão étnica na Guiné Bissau e reestruturaram a própria política colonial, que passou a assentar na manipulação da questão étnica como forma de organização da manipulação (Djaló 2012: 236). Para o efeito, o sistema criou os seguintes conjuntos étnico-culturais (*Ibidem*):

- O grupo etno-linguista Manjaco, Brame, Pepel

- O grupo Fula, compreendendo os fulas do Fouta Djalon, os Fulas Forro, os Fulas Pretos, os Torancas e os Buencas
- O grupo Mandinga, Jacancas, Saracolés, Padjadincas, Sosos, Bambarás, Biafadas, Nalús
- Os Balantas
- Um grupo fundado com critérios apenas geográficos que agrupava os Bijagós, Felupes, Baiotes, Cassangas e Bagnuns

A partir destes congressos, toda a política económica e social do governo colonial centrava-se em torno das elites tradicionais, consideradas como forças capazes de enfrentar o movimento de libertação. Dois fatores alicerçam esta política colonial inaugurada pelo General Spínola. Por um lado, a africanização da administração colonial, que permitia que quadros negros entrassem na administração pública, e por outro lado, a africanização do exército colonial (Djaló, 2012: 235). Sendo menos evidente a primeira, a segunda foi essencial no desenrolar do conflito entre o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o exército colonial, com contornos muito relevantes no decorrer do conflito e no processo pós-conflito. Uma vez mais, seguindo o raciocínio de Djaló (2012: 244), nesta questão, as dimensões étnicas são importantes: o exército português necessitava de efetivos que não podia trazer da metrópole, devido a questões financeiras e de estar em três frentes de guerra colonial; tinha poucos efetivos para cumprir as necessidades do esforço de guerra. Nas unidades do exército colonial, existiam as companhias de caçadores que eram organizadas por grupo étnicos, por forma a manter uma harmonia na organização de cada grupo com vista à substituição dos ritos iniciáticos pelo serviço militar. Nestas companhias não se elevava à categoria de oficial nenhum elemento pertencente a outro grupo étnico. Os indivíduos de um certo poder político ou religioso eram promovidos à categoria de oficiais. Também existiam os comandos africanos que eram constituídos com base em aptidões físicas, psicológicas e de coragem. Nestes comandos a promoção dos oficiais era feita por eleição.

Esta organização do poder colonial é extremamente importante para o estudo que nos propusemos. Que legado ficou desta africanização do exército colonial? Que aconteceu no processo de independência? Qual foi a sua reintegração na sociedade no processo pós-colonial? Voltarei a estas questões posteriormente.

Concluimos desta análise que a arquitetura do modelo colonial dividiu para reinar. Foi capaz de construir um sistema baseado nas contradições entre os diferentes grupos étnicos, num sistema que foi variando de acordo com as diferentes necessidades do exercício do domínio e do poder colonial. Consideramos extremamente relevante os diferentes relatos sobre a forma como os poderes coloniais criaram artificialmente um sistema de domínio que colocou pessoas contra pessoas, grupos étnicos contra grupos étnicos e desenvolveu esta divisão hierarquizada do poder através do recrutamento privilegiado dos grupos étnicos piramidais em detrimento dos grupos étnicos horizontais. Os Fulas foram ao longo da história os privilegiados da política de alianças, contrariamente aos Balantas, apesar de estes também terem sido recrutados pelo exército colonial. Os Balantas devido à sua “indisciplina” militante, que recusou historicamente todas as formas de subordinação ao poder que lhe queriam instituir, foram os principais alvos de recrutamento por parte do PAIGC. Como funcionou o PAIGC? Que estratégias utilizou para fazer face às investidas do exército colonial? Como comandou a luta? Qual a visão do movimento relativamente à questão étnica? Voltaremos a estas questões na parte final deste capítulo.

Conforme pudemos verificar, o processo de colonização decorreu em simultâneo com um processo de resistência autóctone que se manifestou de várias formas. Segundo Cordeiro *et al.* (2010), até 1930 os povos da Guiné Bissau rebelaram-se e constituíram-se em vários movimentos de resistência. Como defendeu Amílcar Cabral (1979: 9), a resistência significa destruir alguma coisa, para construir outra coisa. No caso dos países africanos colonizados por Portugal, a resistência implicava a destruição do sistema colonial dos portugueses e a construção de um novo modelo de Estado africano, que respeitasse a própria identidade, promovendo a justiça, o trabalho e a igualdade de oportunidade para todos os filhos da Guiné e Cabo Verde.

Para além da resistência inorgânica dos povos ao fenómeno colonial, importa refletir também sobre a resistência organizada. Segundo Djaló, o protonacionalismo guineense remonta à criação da Liga Guineense no dia 25 de Dezembro de 1910, meses depois da implantação da República em Portugal. No início a Liga era composta na sua maioria por “assimilados”, cujos membros se consideravam republicanos e portugueses. No entanto, acabam por se manifestar contra o sistema colonial por causa do imposto de palhota que prejudicava diretamente os seus interesses, uma vez que a maioria dos seus membros era composta por pequenos comerciantes. Esta Liga acaba por apoiar a

insurreição dos Pepéis em 1915, tornando-se a primeira estrutura associativa e política organizada no país. Após a sua dissolução, os membros da Liga acabam por se filiar na secção local do Pan-Africanismo Movimento Nacionalista Africano, que por sua vez estava ligado ao movimento de Marcus Garvey (Djaló, 2012: 253). Estes movimentos internacionais propunham uma autonomia dos povos africanos e advogavam a independência destes países face ao domínio colonial. Marcus Garvey foi um dos principais ativistas no plano global a defender uma África sem fronteiras e livre do domínio e da opressão colonial.

O protonacionalismo dá origem a um conjunto de organizações e de movimentos que tinham como objetivo lutar pela autonomia progressiva dos territórios e outros pela independência. Neste âmbito destacamos o Movimento de Libertação da Guiné Portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde, a Frente de Libertação da Guiné Portuguesa e Cabo Verde, a Frente Unida de Libertação da Guiné e Cabo Verde, o Movimento de Libertação da Guiné, a União dos Naturais da Guiné Portuguesa, a Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

Segundo Cordeiro *et al.* (2010), no livro intitulado *Análise de alguns tipos de resistência*, Amílcar Cabral (1979: 111) enfatiza que existem quatro tipos das resistências: política, económica, cultural e armada que, segundo ele, são respostas à opressão colonial portuguesa nesses exatos domínios. Foi assim que o PAIGC resistiu desde 1963 até 1973 fazendo corresponder a cada tipo de opressão colonial uma resposta de resistência no mesmo plano (por exemplo, à opressão política respondeu com resistência política. Segundo Pereira (2003: 33), o aparecimento do PAIGC foi o culminar de todo o processo de resistência na Guiné Bissau.

No que diz respeito às questões étnicas que, representam o tema central desta dissertação interessa-nos saber como foi estabelecida a resistência e quais os seus métodos. De que forma o PAIGC delineou a sua estratégia para ultrapassar as clivagens sociais criadas pelo colonialismo? Para responder às questões propostas nesta dissertação, focar-nos-emos no processo da resistência cultural e na resistência armada.

2.3.2. Nacionalismo, classes e mobilização revolucionária

Para analisarmos mais aprofundadamente o nacionalismo guineense e a sua estrutura social, recorreremos novamente a Gellner (2008:79), quando o autor reflete

sobre o poder e a cultura no estado agrário alfabetizado. Não sendo a Guiné Bissau propriamente um estado alfabetizado, possuía, na sua estrutura social, uma forte componente agrária. A este respeito o autor diz-nos o seguinte:

[n]a sociedade agro-letrada típica, a classe governante é constituída por uma pequena minoria da população rigidamente separada da grande maioria dos produtores agrícolas directos, isto é, os camponeses. De uma forma geral, a sua ideologia, em vez de minimizar, acentua a desigualdade de classes e o grau de distanciação do estado governante. Este, por sua vez, pode ser subdividido num número de camadas mais especializadas: guerreiros, membros do clero e da elite letrada, administradores, burgueses. (...) No entanto, o aspecto mais importante consiste no facto de – tanto para o estrato governante, no seu todo, como para os vários estratos que o compõe – ser dada maior ênfase à diferença cultural do que à homogeneidade. Quanto mais diferenciados forem os vários estratos, sob todos os aspectos, menor será a fricção e a ambiguidade entre eles. Todo o sistema favorece as linhas horizontais de divisão cultural, podendo inventá-las e reforçá-las, quando estas não existem. A fim de reforçar a distinção e dotá-las de autoridade e estabilidade, atribuem-se diferenças genéticas e culturais àquilo que, na realidade, não passa de um estrato distinguido pela função”. (Gellner, 2008: 79)

Esta consideração sobre a forma como, nas sociedades agrárias, se desenvolve o processo de criação da identidade nacional é essencial para a interpretação que Cabral fez no sentido de promover a libertação do povo guineense. A análise que Cabral efetuou é fundamental, não só na sua ótica de uma libertação rumo à sociedade socialista, mas também na sua análise social sobre as condições materiais da luta armada, das idiossincrasias do processo, assim como na mobilização para a resistência anticolonial.

Neste contexto, destacam-se dois aspetos relevantes. O primeiro diz respeito à forma como se construiu o argumentário em torno da construção da identidade nacional num país sob a tutela de um colonizador; referenciámos a forma como se utilizaram as estruturas sociais da Guiné Bissau: por um lado as estruturas de tipo horizontal e por outro lado, as estruturas do tipo vertical. Simbolicamente, as estruturas de tipo horizontal constituíram, numa primeira abordagem, o sector chave da sociedade guineense a mobilizar para a guerra; também tentamos perceber o processo de mobilização dos grupos de tipo “vertical” para o mesmo objetivo. O segundo ponto relevante prende-se com a análise marxista presente nos argumentos, nomeadamente o argumento de que o processo de mobilização do campesinato com base na estrutura de classe, na sua permanente opressão, ou nas suas condições de vida, estratifica os grupos a mobilizar. Será que esta opção política e estratégica contribui para a etnicização das estruturas anticoloniais?

Este argumento é deveras importante, uma vez que Cabral, no seu livro *Unidade e Luta* aborda esta questão como central no processo de luta interna pela unidade no partido.

Mas na realidade da nossa terra, [...] há a questão das tribos, de grupos étnicos, ou de raças, é uma fraqueza grande, porque, mesmo nesta sala, pode haver gente que ainda é capaz de pensar: eu sou Papel, eu sou Mancanha, e o Mancanha não fala com o seu companheiro, eu sou Mandinga. Isto é uma fraqueza grande camaradas, grande fraqueza da nossa luta. E seria muito mau se de facto isso avançar, se de facto nós não fossemos capazes de eliminar tudo isso no caminho da luta. (Cabral, 1974: 127).

Esta afirmação de Cabral é de facto importante na descodificação do tema em análise nesta dissertação de mestrado. Na verdade, o pai fundador da Guiné Bissau assinala claramente as dificuldades colocadas pelas clivagens entre grupos étnicos na construção do ideário nacionalista. Refere-se à fragilidade que esta dimensão pode colocar no âmbito da luta armada. No entanto, Cabral também utiliza esta dimensão como forma de mobilização popular para a luta armada. Nesta perspetiva, nota-se a influência das doutrinas marxistas nas abordagens de Cabral. Aliás, este argumento é reforçado por O'Brien, que sublinha esta dimensão política de Cabral quando prevê que os grupos de organização do tipo horizontal, constituem o principal objetivo da mobilização, uma vez que os mesmos se identificam com a abolição do sistema de classes em sociedades agrárias, em contraponto com os grupos do tipo vertical que representam a perpetuação do sistema (O'Brien, 1977, 2-3).

Cabral introduziria aqui uma nova tónica, a dominação estrangeira e o papel da cultura no processo de libertação nacional. Segundo Sousa (2012: 294),

o líder do PAIGC definia cultura como 'a resultante mais ou menos consciencializada das actividades económicas e políticas', estando ligada à 'dinâmica do tipo relações' prevalentes no seio de determinada sociedade, 'entre o homem (considerado individual ou colectivamente) e a natureza' e ainda, 'entre os indivíduos, os grupos de indivíduos, as camadas sociais ou as classes'. No dizer de Cabral, o valor da cultura, enquanto elemento de resistência do povo dominado, espelhava-se no facto de 'ser uma manifestação vigorosa no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade dominada ou a dominar'. Deste modo, ela determinava e era determinante da história, através da influência decisiva (positiva ou negativa) que podia exercer sobre a evolução das relações entre os homens no seio de uma sociedade.

Esta afirmação de Cabral é determinante no ciclo da luta de resistência contra o poder colonial. Cabral refere-se à luta cultural como uma possibilidade para realinhar a marcha do progresso do continente africano. Face ao domínio colonial, é crucial a forma como Cabral concebe a dimensão cultural de uma forma abrangente e como parte do princípio de que a cultura encerra, não só as expressões culturais, mas que em si mesma

ela tem capacidade de interpretar a dimensão social, económica e política e concorre para uma abordagem relacionada com o materialismo histórico e as contradições iminentes da sociedade.

Na obra *Nacionalismo e Cultura* a questão étnica e tribal é de novo focada por Cabral (1999: 89). Este concebia a estratégia da luta de resistência apelando a uma elevação cultural generalizada da sociedade, por forma a aumentar o nível de consciência da exploração para, através deste processo, promover uma maior adesão das massas ao processo. Este argumento também é claro quando falamos da diluição das características dos diferentes grupos, isto é, a dimensão étnica também poderia ser suplantada através de um maior enfoque no conhecimento da realidade concreta e na elevação do nível intelectual dos combatentes e dos apoiantes. Desta forma poder-se-ia mudar mentalidades e promover a aproximação aos explorados, descodificando politicamente as armas do colonialismo e construindo um homem novo. A consciencialização cultural da exploração levaria o povo a sublevar-se contra a dominação colonial. Esta leitura sugere claramente que qualquer reforma do FA da Guiné deve ser enquadrada no projeto mais amplo de construção do Estado e da nação, enquanto entidade social e cultural.

Segundo Sousa (2012: 323), “do ponto de vista da estrutura social, entre o campo e a cidade, permitiu-lhe identificar e comparar três grupos étnicos no campo: num extremo, os semi-feudais fulas (muçulmanos), numa posição intermédia, os feudais (manjacos animistas), e no extremo oposto, os balantas”. Esta afirmação coloca-nos perante um debate muito interessante. Por um lado, a perspetiva colonial que utiliza a base hierárquica dos diferentes grupos para estabelecer o seu sistema de dominação, e por outro lado, a análise de Cabral sobre a mesma questão fazendo uma interpretação social e material da diversidade étnica guineense, numa lógica baseada em etapas revolucionárias. Vejamos, então a situação dos Fulas no sistema colonial. “Os chefes detinham privilégios importantes ao nível da propriedade da terra e da exploração do trabalho alheio, enquanto os camponeses eram as maiores vítimas da exploração. [...] Todavia, há que relevar que a contradição principal continuava a verificar-se entre as camadas mais exploradas (os camponeses) e os colonialistas.” (Sousa, 2012: 322). O autor refere ainda que, para Cabral, a participação dos Fulas na luta de libertação não foi homogénea por causa das profundas diferenças que caracterizavam os estratos sociais que a compunham. Refere ainda que Cabral encontrou resistência nas chefias

tradicionais e uma maior facilidade com os Djilas (comerciantes), que eram agentes de ligação do exterior com o interior (Sousa, 2012: 322-323). Quanto aos Balantas, uma vez que estavam organizados numa sociedade do tipo horizontal, sem estruturas hierárquicas, sem propriedade e com a terra a ser usufruto da comunidade, a sua adesão à luta foi espontânea porque a dominação colonial não chegou a afetar a estrutura social.

Ora, segundo Sousa (2012: 327), contra o colonialismo português a única solução que Cabral encontrou foi a de tentar unir todas as classes e etnias e criar condições para a resolução de outras questões que considerava menores. Este foi o ponto de partida mais interessante na visão política de Cabral. Para ele, a ideia de transformação pela cultura e a mobilização para a luta em função da exploração, e não nos grupos étnicos, era o argumento que prezava a unidade de toda a sociedade guineense para o alcance do objetivo da independência. No entanto, Cabral não negligenciou a mobilização dos grupos étnicos e o desenvolvimento de uma abordagem sobre o assunto. Mais uma vez Sousa (2012: 370) sublinha que,

[n]a estratégia do líder do PAIGC, o suporte e apoio dos Balantas era mais do que necessário para criar o desejável equilíbrio sociológico em relação aos portugueses, cuja influência era cada vez maior entre os grupos islamizados. [...] Neste sentido, a conquista das populações e a procura de aliados junto dos grupos étnicos passou a ser um dos objetivos prioritários dos dois beligerantes e uma importante arma de guerra, com a qual a subversão tencionava derrotar a contra-subversão e esta, por sua vez sufocar a rebelião. Para Cabral, o PAIGC teria maiores possibilidades de sair vitorioso se soubesse conservar o apoio das massas populares.

No entanto, no plano militar, que é o mais relevante para esta dissertação, o PAIGC confronta-se com vários desafios que têm como pano de fundo as questões étnicas. No âmbito desta questão é importante destacar o congresso de Cassecá (1964). Neste congresso estiveram em destaque as questões étnicas, com a permanente insubordinação da etnia Balanta na condução do processo militar. Segundo Djaló (2012: 362),

[c]om Cassecá passamos de um movimento disperso, sem ideologia clara e animado pelo tribalismo, a um partido hierarquizado, disciplinado e profundamente politizado. O momento mais crítico deste congresso foi o confronto entre Cabral e alguns jovens comandantes da guerrilha, pertencendo principalmente à etnia Balanta que se tinham tornado contestatários, deixando de obedecer às ordens do partido. [...] É certo que a libertação nacional passava necessariamente pela eliminação de qualquer ‘erva daninha’ dentro do partido. [...] Estas execuções não apenas suscitaram desconfiança em relação aos balantas dentro do partido, como geraram também as futuras tensões e conflitos interétnicos. [...] De qualquer das formas, a questão étnica e a contestação da liderança mestiça cabo-verdiana colocava-se já em vida de Cabral.

Este argumento é reforçado por Luís Cabral, citado em Castanheira (1995: 46): “[e]m nome do partido muitos responsáveis vinham cometendo crimes atrozes contra o povo

[...]. Mário Andrade, citado pelo mesmo autor, acrescenta ainda que ‘[h]ouve casos de exercício de um poder absoluto [...] o que permitia o uso da repressão em função da origem étnica’ (Cabral, L., *apud* Castanheira, 1995: 46-47). De facto estamos perante o desafio central desta dissertação, isto é, perceber se as clivagens manifestas em Cassecá persistem na edificação da estrutura militar guineense e se ainda hoje constituem uma questão central na edificação do aparelho militar.

2.4. O aparelho militar do PAIGC, organização e estrutura

O conflito armado contra o poder colonial na Guiné Bissau teve o seu início de forma mais vigorosa em 1963. Segundo Pereira (2003: 172), o PAIGC enfrentou problemas organizacionais significativos durante esta fase, decorrentes do comportamento de alguns dos seus quadros. A organização do congresso de Cassecá, em 1964, teve, pois, como objetivo o que se considerava corrigir os desvios no avanço da luta. Assim, Pereira (2003:173) acrescenta que,

[a] grande lição que tiramos de Cassecá, que foi muito importante, porque, apesar de todos os erros, tivemos a coragem de criar uma vida nova para o partido, decidir da criação de um exército regular, da milícia popular, de escolas, hospitais, de formar enfermeiras, etc., e abrimos um caminho novo para a Escola-Piloto, onde começaram a formar-se jovens para serem homens e mulheres úteis ao povo e à luta.

De facto, este momento representa aquilo que viria a ser a viragem principal no caminho da luta pela independência e que culminaria com o estabelecimento de uma direção militar e a criação de um exército regular. Segundo Luís Cabral (*apud* Pereira, 2003: 174),

A primeira e mais importante missão do exército seria abrir novas frentes na luta, particularmente a leste e a norte do país. [...] A milícia popular ficava com a tarefa específica de defesa e segurança das populações das áreas libertadas. Para a formação do exército popular seriam escolhidos os guerrilheiros, cuja transferência devia ser apresentada como uma distinção que vinha assim premiar o reconhecido esforço dos melhores combatentes.

Assim, temos duas estruturas criadas a partir do congresso de Cassecá: as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), com o objetivo de funcionar como um exército regular, e as milícias populares (FAL), com o objetivo de tratar as questões de segurança e defesa no interior dos territórios libertados. Segundo Pereira (2003: 175),

[c]om a criação das FARP a situação no terreno mudou: aparece um exército que opera em todo o território nacional, com novas formas de acção, as forças de guerrilha continuam a actuar, formam-se as FAL (Forças Armadas Locais), compostas por elementos da

população que, não estando na guerrilha ou nas forças armadas, agem como milícias e possuem armas para auto-defesa.

Desta forma, a estrutura militar do PAIGC fica organizada e preparada para enfrentar a luta contra o opressor colonial partindo de duas premissas importantes: a primeira prende-se com a promoção da formação política para criar objetivos, melhorar o desempenho dos combatentes e evitar desvios, o que reforça a concepção de cultura de Cabral; e a segunda relaciona-se com a preparação militar dos soldados com objetivos claros e determinados para o cumprimento das metas a alcançar na luta.

Patrícia Gomes (2010) apresenta-nos uma análise detalhada da reestruturação militar do PAIGC, fundamental para entendermos a estrutura atual das Forças de Segurança e Defesa da Guiné atual. A autora refere que “[e]m 1963 o P.A.I.G.C. apresentava uma organização apreciável em termos militares, sendo já nessa altura nítida a articulação entre as acções políticas e as acções militares” (Gomes, 2010: 121). No entanto, face ao alargamento das frentes de luta, o PAIGC viu-se obrigado a redefinir o seu aparelho militar procedendo a alterações no ano de 1966. A mesma autora apresenta-nos a reestruturação das FARP, sob a ação programática de Cabral, incluindo as guerrilhas (“a divisão militar de base da organização militar do P.A.I.G.C.”), as unidades do exército popular (unidades avançadas, usadas para a libertação de território, mas com grande variedade na sua organização interna, que foi agora melhor estruturada), o Conselho de Guerra (“o órgão superior de direcção política do P.A.I.G.C”) e os comandos da frente (com a função de “controlar e coordenar as acções militares em toda a área sob a sua responsabilidade”) (Gomes, 2010: 6-8).

Esta estrutura conseguiu alcançar vários objetivos importantes: assegurar a presença nas diversas frentes de guerra; alargar a ação política para contrariar a ação psicológica do inimigo; consolidar o predomínio da decisão política face à decisão militar, devido à influência dos comissários políticos na frente de guerra; permitir o desenvolvimento de um aparelho de informações; e garantir uma organização sistémica ou de estratégia total a partir do Conselho de Guerra, que efetivamente representa um Estado-Maior.

Em 1970 assiste-se a uma nova reorganização das FARP com a criação do Exército Nacional Popular (EP) pela Marinha Nacional Popular (MP) e pelas Forças Armadas Locais (FAL). A vitória na batalha de Como constituiu um momento decisivo para a luta anticolonial do PAIGC que, com o apoio dos Governos sueco e soviético, pôde

melhor combater a ação psicológica de Spínola (Sousa, 2012:391) e fragilizar a capacidade aérea portuguesa. Como diz Pinto (2008: 465), “a situação militar complicar-se-ia para os Portugueses nesse verão de 1973, quando os mísseis SAM-/Strella do PAIGC derrubaram 4 aparelhos da força aérea portuguesa, criando algum alarme e receio nas tripulações e reforçando o derrotismo na metrópole quanto à guerra perdida”.

O PAIGC conseguiu mudar o curso da história e ganhar o confronto com os portugueses, libertando áreas, ganhando combates e, sobretudo, ganhando a guerra das populações através da crescente adesão de mais gente à luta. No entanto, um acontecimento é determinante no ciclo da guerra de libertação da Guiné Bissau, o assassinato de Amílcar Cabral.

Este trabalho não se irá alongar muito sobre a morte de Amílcar Cabral, no entanto ela surge como consequência de várias fraturas internas e de infiltrações do inimigo no interior do PAIGC. A referência à morte de Cabral é relevante nesta dissertação, na medida em que ela representa o culminar de várias contradições internas, nomeadamente a luta interna entre guineenses e cabo-verdianos e a libertação de um conjunto de elementos do PAIGC que estavam presos e que são apontados como participantes da intentona. A morte de Cabral representou um rude golpe nas aspirações pela conquista da independência.

2.5. A Guiné Bissau independente

O 25 de Abril de 1974 inaugurou uma nova fase na história da jovem nação guineense que tinha vindo à luz a 24 de Setembro de 1973. Com o advento da democracia na anterior potência colonial, deu-se início ao processo de descolonização. Como refere Sambú (1989:47), foram realizadas as primeiras reuniões de alto-nível entre Aristides Pereira, Secretário-geral do PAIGC, e Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros do primeiro governo provisório de Portugal, em Dacar entre 6 e 17 de Maio. Este prenúncio de acordo deu início ao cessar-fogo em todas as frentes. Segundo Sambú (1989:51),

A 26 de Agosto foi assinado o acordo de Argel, pelo qual o Governo de Lisboa reconhecia a independência da Guiné Bissau, reafirmando o direito à autodeterminação do Arquipélago de Cabo-verde. Um dia após o reconhecimento jurídico por Portugal da independência da Guiné Bissau, assinado a 10 de Setembro, um importante contingente de guerrilheiros do PAIGC entrou finalmente em Bissau.

Segundo o mesmo autor, é determinante este processo do início da independência.

A luta continuava, embora o inimigo já não fosse o colonialismo português, estava agora dentro de nós mesmos, nas fraquezas de cada um e das próprias instituições que, talvez desde o princípio, não correspondiam aos objetivos a atingir nesta nova fase da luta para a construção de uma nação nascente, com cerca de 14 etnias diferentes e em que se distinguiam os guerrilheiros do PAIGC, os antigos combatentes da véspera e a população que apenas fora testemunha sacrificada de uma década de conflito armado. (Sambú, 1989)

De facto, as questões que se colocavam ao jovem país independente eram várias: a edificação do novo Estado, a harmonização dos vários interesses e, sobretudo, a integração dos soldados que estiveram em ambos os lados, ou seja, no lado colonial e os que estiveram do lado do movimento de libertação. A construção de um Estado soberano foi alicerçada por uma estrutura de partido único que estava direcionada para o combate, o que colocou vários desafios. Segundo Khol (2010:91), o primeiro Estado pós-colonial foi construído com base nas estruturas do partido vitorioso, o PAIGC. Desta forma, foi estabelecido um Estado centralizado de partido único, autocrático de esquerda.

O autor corrobora, assim, a opinião de Sambú: na Guiné Bissau libertada o sistema de partido único enfrentava as dificuldades inerentes ao processo de governação, e a isto associava-se a parca experiência dos governantes. Seguindo a mesma linha, Kohl (2010:92) acrescenta o seguinte: “[t]he transformation of post-independent society was characterized by political surveillance and tight control over the domestic sphere, economic planning that involved a closing-off the economy to the outside world, an expanded state bureaucracy, and the elimination of any political dissenters”. Estes argumentos são secundados por Sousa (2012a:29), que sustenta que,

[n]ão foi pacífica a instalação e o controle do país por parte do PAIGC, numa lógica de partido/Estado e de um modelo de desenvolvimento estatizado. De resto, na Carta Constitucional que precedeu à Constituição da República, defendia-se, no seu artigo 4º que o PAIGC seria o único e legítimo dirigente e representante político da sociedade guineense. [...] O Estado tornou-se praticamente esquizofrénico, pois via inimigos em toda a parte. [...] Tinha-se entrado num ambiente de euforia generalizada típico de períodos pós-revolucionários em que, muitas vezes, não se olha a meios para atingir determinados fins, em nome da revolução. [...] Os incidentes e perseguições aos ex-comandos africanos começaram em Janeiro de 1975 [...] como é do conhecimento geral, acabaram em fuzilamentos nas matas de Mansabá, Cumeré e Portogole. Estima-se que mais de meio milhar de compatriotas pereceu nas mãos da polícia política e dos militares entre 1974 e 1980.

Este processo foi, de facto, determinante para desenvolver e acentuar as grandes contradições que moldaram o período pós-independência. Os autores atrás citados colocam várias questões pertinentes para a análise da fragilização do Estado pós-

colonial. Destacam-se a fragilidade do modelo económico utilizado, o sistema de economia planificada que, alicerçado nas insuficiências do aparelho de Estado, foi degradando a situação económica, assim como a progressiva afirmação da máquina dos serviços da segurança de Estado e do aparelho militar. A morte dos ex-comandos africanos acabou por acentuar a degradação deste aparelho, que foi incapaz de integrar no novo país os elementos que estiveram do lado da potência colonial durante a luta armada.

Parece-nos relevante aprofundar um pouco mais esta questão, uma vez que ela encerra em si própria as contradições já visíveis no decurso da luta armada. Quem eram estes militares? Qual a sua proveniência étnica? Como se forjou este Estado? Segundo a descrição apresentada por Sambú (1989:52), o novo Governo da Guiné Bissau independente reorganizou os órgãos de segurança do Estado, dotando as suas instituições de uma série de poderes, considerados necessários à consolidação de poder. Neste processo, os objetivos do novo Estado guineense foram definidos em torno da obsessão com o inimigo interno, criando um Estado que vigia todos os movimentos da sociedade, por forma a evitar qualquer questão que ponha em causa o seu desempenho. Uma conduta persecutória e vingativa, reforçada pelo fuzilamento e perseguição a todos os opositores políticos, em nome do partido e da revolução. A organização dos serviços da segurança do Estado traduziu-se numa militarização da sociedade, com a utilização política dos sonhos de Cabral para manter a esperança do povo e a repressão para manter o medo. O mesmo autor revela o seguinte:

[S]e do colonialismo herdamos uma elevada taxa de analfabetismo e uma magra economia, menos ainda fizemos depois da libertação, visto nos enredarmos nos conflitos internos. Finalmente, com o golpe de Estado de 14 de Novembro [de 1980], terminou a questão polémica da Unidade Guiné/Cabo Verde, pois não fomos capazes de preservar a genuinidade da nossa militância, a consciência da nossa luta, visto que a solidariedade de outrora deu lugar aos interesses de ambição pessoal e sucessivas divisões no corpo do Partido, até à inexistência de prática militante que, durante tantos anos de sacrifício, nos animara. [...] Foi a partir de então que a coesão do PAIGC entrou num processo de desmembramento, perdendo-se confiança na nossa personalidade colectiva e nos nossos companheiros de luta, em detrimento de guineenses que falavam bem português e francês. Sambú (1989:53)

De facto, as clivagens internas e a incapacidade política para a condução dos destinos do país moldaram a sua construção no período pós-independência. A degradação económica (ver quadro 3 em anexo) e as contradições internas provocadas pela luta pelo poder e os excessos revolucionários conduziram, ao golpe de 14 de Novembro de 1980, provocaram mortes e desaparecimentos, assim como a progressiva

fragilização do Estado. A génese da República Guineense foi marcada por um golpe de Estado que depôs Luís Cabral, terminou com a união histórica entre a Guiné Bissau e Cabo-Verde e conduziu o aparelho do exército e dos serviços de segurança de Estado a assumir o controlo do país. Segundo Sousa (2012a:37), “[o] novo regime saído do golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 começou, desde muito cedo, a viver e a sobreviver à custa de falsos golpes de Estado, de intrigas políticas, de perseguições e sequestro de militantes e dirigentes de movimentos rivais, quer fossem internos quer no exílio”. Verifica-se, uma vez mais a excessiva utilização da figura do “inimigo” no processo de construção da política do novo país.

Neste contexto a situação degradou-se cada vez mais e a Guiné Bissau foi obrigada a recorrer à ajuda internacional. Conforme poderemos verificar no quadro 3 em anexo, a fragilidade da situação económica, aliada ao aumento do desemprego e à instabilidade social que propiciava a corrupção, levou o presidente Nino Vieira a organizar um congresso extraordinário do PAIGC. Após este congresso Nino Vieira passou a acumular o cargo de Secretário-geral do PAIGC com a chefia do Governo. Nino Vieira afastou ainda Victor Saúde Maria, acusado de estar a planear um golpe de Estado (Sousa 2012a:38). Este mal-estar transferiu-se para a estrutura dos serviços de informação. Após o golpe de 1980 o governo alicerçou o seu poder na estrutura das FA e nos serviços de informação e o regime de Nino Vieira acabaria por cometer os mesmos erros que caracterizavam o regime de Luís Cabral. Vejamos a descrição do tenente-coronel Queba Sambú, que ilustra isto mesmo:

A 23 de Março de 1981, dirigi-me ao gabinete do então Ministro da Defesa, Coronel Paulo Correia, com a intenção de transmitir-lhe a minha decisão, mas antes de comunicar-lhe as conclusões a que eu chegara, ele próprio se antecipou, afirmando compreender a minha hesitação, tanto mais que nos conhecíamos de nome. Acrescentou que o meu perfil moral correspondia exactamente às suas necessidades para a chefia do departamento de contra-inteligência militar, conquanto eu pertencesse a uma etnia diferente da sua, já que ele era Balanta e eu Biafada, e não tínhamos nenhum passado comum. Paulo Correia pretendia que eu substituísse, no cargo de chefe de contra-inteligência, o seu sobrinho Midana Na Fanda, devendo-se tal insistência aos boatos postos a circular no topo das Forças Armadas, de que a promoção de Na Fanda a capitão e posterior nomeação para tal cargo tinha correspondido a objectivos bem determinados: bloquear todas as informações de carácter político acerca das suas actividades e dos oficiais da sua etnia; camuflar e facilitar os seus contactos políticos, hostis ao conselho da revolução. (Sambú, 1989:88)

Esta descrição exemplifica bem uma questão determinante nesta época, a questão do equilíbrio dos poderes nas FA, os jogos, estratégias e argumentários utilizados para os mecanismos de poder, assim como, o seu controlo além da preocupação demonstrada em relação à proveniência étnica dos oficiais. Podemos

evidenciar que as lutas pelo controle do poder eram importantes no jovem país e na descrição efetuada conseguimos entender que tudo valia para a conquista do poder e que a proveniência étnica era importante para a sua manutenção ou conquista.

O mesmo autor descreve uma situação extremamente relevante para o objeto de análise desta dissertação, ao referir que:

No último semestre de 1981, [...] o então comandante de blindados, Iafai Camará – terceira figura do país – fez-me inopinadamente uma confidência: doravante eu deveria fornecer-lhe, a ele pessoalmente, todas as informações de carácter político (que, aliás, até à data eu não tivera) acerca do Ministro da Defesa, coronel Paulo Correia, e dos oficiais da sua etnia. [...] O comandante Iafai Camará fora informado de que Paulo Correia e oficiais da sua etnia balanta estavam a manifestar-se politicamente hostis. [...] Vi-me confrontado, pela primeira vez, com uma situação bastante complexa. Competia-me averiguar as supostas actividades políticas hostis do Ministro Paulo Correia e se estas tinham conexão com os oficiais balantas, tratando-se de um possível movimento tribal. (Sambú 1989:95)

A luta pelo controlo do poder nas FA torna-se por demais evidente, as intrigas e denúncias criam uma forte tensão interna, da qual resulta a etnicização no debate político e a suspeita infundada de que existiria uma tentativa de tomada do poder por parte do Coronel Paulo Correia e do seu grupo étnico Balanta. O assassinato do capitão Cobnate N´dafe dá origem a uma revolta por parte dos oficiais Balantas. O nosso autor revela o seguinte:

Após processadas as devidas formalidades com o corpo do malgrado capitão, produziu-se uma situação de extrema tensão, que opunha elementos da etnia balanta às outras etnias. Os oficiais balantas manifestavam viva indignação, porque, antes da nossa chegada ao local, o então vice-chefe de Estado-maior General das Forças Armadas, coronel João da Silva, comentara ao entrar na unidade que o capitão N´dafe fora abatido na hora H. Portanto, o conflito era de autêntico tribalismo. Na tarde do mesmo dia 14 de Março, o mesmo coronel João da Silva com o apoio do então Ministro do Interior Manuel Saturnino da Costa, ordenou a prisão de todos os oficiais Balantas. [...] Seguidamente o então vice-chefe de Estado-maior General das Forças Armadas, João da Silva pediu a palavra numa intervenção, aparentemente sem destinatário, e declarou ‘já ser tempo de pôr-se termo às conspirações tribais nas Forças Armadas, com base no facto de a maioria ter a mania de atribuir-se o direito de mandar nos outros’ e ainda ‘que se porventura, alguém pensasse que o facto de pertencer à etnia mais numerosa lhe dava o direito de mandar nos outros, então já era tempo de se desiludir’. (Sambú, 1989)

Esta descrição é, de facto, relevante para esta dissertação, na medida em que descreve com exatidão o processo de conspiração criado com objetivos políticos, e que se tem mantido como uma constante na política guineense. Este processo culminaria na designada “balantização” do exército guineense – argumento utilizado pelos conspiradores e que viria a ser determinante na consolidação do poder de Nino Vieira e de Generais afetos a si. Este processo constitui-se verdadeiramente como uma perseguição interna, com contornos étnicos fomentada pelos conspiradores, que se

expressou de várias formas, nomeadamente através dos assassinatos de Paulo Correia, Ministro da Defesa e Viriato Pã, Procurador-Geral da República em 1985. Este processo contém já elementos relevantes para as situações políticas e militares que encontraremos posteriormente. Na lista dos elementos responsabilizados por um pretense golpe de estado em 1985, encontramos o futuro General Tagme Na Wae e Watna na Laie, entre outros, que seriam sujeitos ativos em posteriores situações de conflito. Segundo Sousa (2012a:39), “[e]stas mortes marcariam o primeiro divórcio entre o regime de Nino Vieira e as massas e até com a própria comunidade internacional, numa altura em que a palavra de ordem era a concórdia e a reconciliação nacional”.

Estas tensões vão continuar, com varias tentativas de golpes de Estado aliadas à visível degradação das condições económicas e do aumento do clientelismo que gravitava à volta do poder. Sousa (2012a: 39) descreve esta situação dizendo que “[o] Estado aparecia, assim, como a única empresa empregadora e exclusiva fonte de rendimentos e de enriquecimento ilícito e, por conseguinte, causa primordial de conflitos e de lutas intestinas pelo seu controle.” O Estado torna-se progressivamente mais frágil, e aumenta o reforço policial. Vários fatores marcaram este período, quer a nível nacional, quer a nível internacional: a queda do muro de Berlim, a liberalização económica (ver quadro 3 em anexo) e a continuidade do aparelho repressivo, que mesmo com o processo de liberalização democrática manteve o seu poder. Estes fatores influenciaram fortemente a criação de condições objetivas que resultaram no conflito que deflagraria em 1998, que revela as fragilidades económicas e políticas da Guiné Bissau, assim como a excessiva presença militar na vida política deste país. Esta leitura está pois em linha com os leituras de segurança em contextos complexos, de múltiplas ameaças, e requer um conceito de paz holística, tal como desenvolvidos no quadro teórico desta dissertação, e que requer uma ação de promoção da paz e segurança que seja compreensiva, em linha com o conceito de *continuum* de paz e violência e a *peace web* (Freire e Lopes, 2008).

Este conflito ressuscitou velhas animosidades. Segundo Sousa (2012a:49-51),

Os regimes autoritários, absolutistas e despóticos ao serviço de clientelas, facilmente geram ódios e semeiam inimigos. [...] As difíceis e intoleráveis condições nos quartéis e nas suas casas, que se foram agravando desde o golpe de Estado de 1980, há muito ameaçavam transformar-se num barril de pólvora a qualquer momento. Aliados à degradação das condições de vida, estiveram, por um lado, “inventonas” de golpes de Estado e assassinatos a sangue frio de oficiais e civis, no célebre caso 17 de Outubro, e a perseguição de outros. [...] O conflito de 1998 foi o culminar de várias tensões no seio das forças armadas e dos abusos do poder e da corrupção instalada ao mais alto nível da sociedade guineense. Este

conflito foi despoletado por uma suposta denúncia de tráfico de armas para os rebeldes de Casamansa contra o Brigadeiro Ansumane Mané, então Chefe de Estado-maior das Forças Armadas, acusado de negligência e que acabara na sua suspensão do cargo, a 12 de Janeiro de 1998 e mais tarde a sua exoneração (inícios de Junho) [...] Um dos aspectos que também veio contribuir para o levantamento de 7 de Junho foi a constatação de que não haveria condições para a realização de eleições legislativas agendadas para o dia 3 de Julho e ainda o facto de a Comissão Parlamentar de Inquérito ter agendado para o dia 8 a apresentação do relatório sobre o tráfico de armas. No decurso das inquirições, os trabalhos da Comissão Parlamentar, entretanto criada, foram obstaculizados. A exoneração de Ansumane Mané conduziria a Guiné Bissau a uma guerra civil de consequências incalculáveis, quer em termos de perdas humanas quer no que dizia respeito à destruição das poucas infra-estruturas do país.

O conflito contou com a participação de militares senegaleses e da Guiné Conacri que vieram em auxílio de Nino Vieira; pelo seu lado, a junta militar contou com o apoio dos rebeldes de Casamansa e com um forte apoio patriótico, pelo facto de Nino Vieira ter pedido auxílio a tropas estrangeiras. A junta militar era composta sobretudo por vários oficiais descontentes com Nino Vieira, e por oficiais Balantas que foram afastados por purgas anteriores ou tentativas de golpes de Estado. Todos estes elementos se juntaram para combater Nino Vieira.

Para ultrapassar este conflito é assinado um acordo de paz sob os auspícios da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) com o objetivo de criar um Governo de Unidade Nacional e promover a realização de eleições legislativas e presidenciais no decurso do ano de 1999. Importa, contudo, deter ainda a nossa atenção nas condições estruturais que estiveram na origem dos acontecimentos de 1998. A democracia formal instalada teve muitas dificuldades em combater os vícios de governação do sistema de partido único. À má governação, ocorre ainda a corrupção a acentuada degradação das condições de vida dos guineenses, as privatizações e a tomada de poder por parte de uma clientela forjada nas elites próximas do Presidente Nino Vieira e do PAIGC. Todos estes aspetos acentuaram o descontentamento junto das populações e dos militares. Será relevante notar que o conflito de 1998 começou com uma questão de honra, isto é, a acusação de tráfico de armas ao Brigadeiro Ansumane Mané, que culminou com a sua suspensão e com a sua posterior exoneração. Este facto agitou definitivamente a sociedade guineense que, tal como Ansumane Mané, se sentia hostilizada e espoliada por parte do poder político, que se apoderou dos parcos dividendos provenientes dos recursos do Estado. Iniciou-se, então um processo para a tomada do poder, alicerçada na promoção de oficiais intermédios na hostilização dos antigos combatentes (Sousaa:51).

O Governo, apesar de ter legitimidade democrática, por ter ganho as eleições, há muito que tinha perdido a legitimidade junto das populações, assim como o seu apoio.

No entanto, parece-nos evidente que o método através do qual Nino Vieira tomou o poder e foi reconhecido internacionalmente (golpe de Estado de 1980), foi exatamente o mesmo que o depôs no término do conflito em 7 de Junho de 1998. Outro aspeto importante neste período prende-se com as dificuldades da Guiné Bissau no período posterior à entrada em circulação do Franco da África Ocidental (CFA), o que aumentou drasticamente o custo de vida, tornando mais pobre o já depauperado país.

Em resumo, a má governação, a sucessão de casos políticos que deixaram importantes fraturas ao longo da curta história do país, a crise económica, social e moral, e a governação do país formatado no modelo partido único sem ideologia e sem projeto de sociedade, mobilizou vastos sectores da sociedade sedentos de justiça e com legitimidade popular, para revolucionar a sociedade guineense, através de uma transformação radical da sua governação. Este aspeto parece-nos muito relevante e, no sentido em que as abordagens críticas de segurança analisam a produção de inseguranças. Desta forma, torna-se de facto crucial entender as sucessivas crises de governação, no seu sentido mais amplo, para compreender a produção do medo e o aumento generalizado da violência que passou a ser fomentada pelo próprio Estado. A Constituição da República deixou de ser respeitada pelo próprio Estado – o desempenho do Estado passou a ser a principal fonte de insegurança, porque deixou de cumprir as suas funções.

Outro aspeto relevante nesta análise tem a ver com o debate sobre as funções do Estado. Esta perspetiva é dúbia por parte das organizações internacionais no terreno, em período pré-conflito, uma vez que as doutrinas liberalizantes do plano de ajustamento estrutural reservam ao Estado um papel mínimo, sendo, no entender deste trabalho, relevante, para uma compreensão da produção da insegurança na Guiné Bissau neste período, a resultante fragilidade político-económica que estes planos produzem, (Cardoso 2000:96). O discurso étnico também está presente no conflito de 1998. Cardoso (2000:89-90) levanta três hipóteses para a explicação do conflito de 1998: a hipótese historicizante “que faz remontar as origens do conflito a uma revitalização da tendência hegemónica Mandinga, na sub-região. Partindo de uma suposta centralidade da etnia Mandinga no mosaico étnico da Guiné Bissau”; “uma hipótese *partidarizante*, que explica a crise de 7 de Junho a partir da exacerbação das contradições e

divergências que há muito vinham enfermando a prática e as estruturas do PAIGC [;] e por fim uma hipótese *estatizante* que vê na crise do Estado a razão principal do levantamento militar conduzido por Ansumane Mané”. Como podemos verificar, a dimensão étnica está presente claramente numa das hipóteses. No entanto, parece-nos mais plausível a consideração da segunda e da terceira hipóteses, em que a dimensão étnica é antes instrumentalizada como forma de mobilização popular.

O período pós conflito é fundamental para entendermos a instabilidade permanente do país até à crise de 2012. O período que se seguiu ao conflito de 1998 foi catastrófico do ponto de vista económico e social, aliado à permanente instabilidade política. Após o período do Governo de Unidade Nacional, instituído em 1998, teve lugar o processo eleitoral de 1999, que compreendeu eleições legislativas e presidenciais, venceu o Partido da Renovação Social (PRS), secundado pelo RGB-Movimento Bafatá e em terceiro lugar o PAIGC, mas Kumba Yala, de etnia Balanta, foi eleito Presidente da República. Este governo do PRS deu início a uma nova fase da vida política da Guiné Bissau que, pela primeira vez, tinha à frente dos seus destinos um partido diferente do PAIGC. No entanto, os anos seguintes foram de crises sistemáticas ligados ao fraco desempenho económico (ver quadro 3, em anexo) e aos sucessivos conflitos políticos, que culminaram com o golpe de Estado de 2003.

As condições estruturais da economia e a instabilidade política resultante da luta pelo poder mergulharam o país numa crise ainda mais profunda.

A nível parlamentar, um grupo residual tentou, a todo o custo, uma revisão constitucional em matéria relacionada com o exercício de determinados cargos do Estado, mormente o de Procurador-geral da República, de Presidente da Assembleia Nacional Popular, de Chefe de Estado-maior das Forças Armadas, de Presidente da República, de Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e de Primeiro-ministro. Na perspectiva dos mentores desta tentativa iníqua de revisão, essas funções deveriam ser desempenhadas por guineenses autodenominados ‘puros’ e não por aqueles que consideravam ‘estrangeiros’ [...] precisamente numa altura em que os órgãos de soberania se encontravam nas mãos de Francisco Fadul (Primeiro-ministro de transição), Ansumane Mané (Comandante Supremo da Junta Militar) e Amin Saad (Procurador-geral da República). (Sousa 2012:66)

Os objetivos políticos imediatos desta iniciativa do PAIGC e do PRS são os de afastar os opositores políticos de acordo com a sua origem e proveniência, pois, como sabemos Francisco Fadul é de ascendência libanesa, Amin Saad também e Ansumane Mané é gambiano. O teor desta proposta permite-nos concluir que na Guiné Bissau as questões da proveniência de cada um são relevantes e, nessa perspetiva, devem ser analisadas por forma a entendermos o seu alcance. Esta proposta veio recuperar velhas

cisões, agora já não sob a forma do conflito entre os “negros” com os mestiços caboverdianos mas, neste caso entre “puros” e estrangeiros.

Este período da história guineense foi marcado pela permanente tensão entre as diferentes instituições. As crises eram constantes entre o Governo, o Parlamento e a Presidência da República que desrespeitou várias decisões do Parlamento, colocando em causa a credibilidade do estado de direito. Este período de tensão culminou no golpe de estado de 2003, dirigido pelo General Veríssimo Correia Seabra e a subsequente crise política associada. Este período foi também marcado pela etnicização do discurso e da prática política com a “Balantização” do governo e do Estado, devido à participação quase exclusiva de Balantas nas nomeações para o executivo e com a progressiva ascensão nas estruturas das FA (Roque 2009:3). De facto, Kumba Yalá utilizou a mesma tática do colonialismo: dividir para reinar. É pertinente nesta fase da dissertação recuperar velhos conflitos associados ao processo de pacificação já descritos no início deste capítulo. É curioso verificar que o sistema de poder instituído por Kumba Yalá passou pela divisão da estrutura das FA que, apesar de tudo, tinha saído unida do conflito de 1998. No decurso da presidência de Kumba Yalá, dos quatro Primeiros-ministros nomeados, três eram Balantas (Didinho 2004:12). Esta tomada e distribuição do poder assentou também na apropriação, por parte do Presidente, dos símbolos característicos dos Balantas, entre os quais se destaca o “barrete vermelho”. Segundo Didinho(2004:13).

[Kumba Yalá] estava a querer conquistar o apreço e a simpatia da população balanta, de forma a que fosse reconhecido como a principal figura balanta do país, por conseguinte, demarcar-se da própria tradição balanta que confere o reconhecimento da autoridade a nível da etnia pela longevidade das pessoas. E Kumba Yalá, na etnia balanta não podia assumir esse protagonismo.

A dissolução da Assembleia Nacional Popular foi o resultado das sucessivas situações de instabilidade política e culminou com o golpe de Estado protagonizado pelo Chefe de Estado-maior General Veríssimo Seabra. Este foi mais um momento trágico no ciclo de sucessivas crises políticas e institucionais que têm assolado a Guiné Bissau desde a independência. O processo de transição associado a este golpe de Estado esteve ligado, uma vez mais às questões étnicas, não apenas na nomeação do Presidente de transição, mas também nas chefias das FA. Neste sentido, note-se o assassinato de Veríssimo Seabra e a tomada do poder do aparelho militar pelos Balantas. Em resumo, tanto a morte de Ansumane Mané, como a morte de Veríssimo Seabra abriram caminho

à tomada do poder por parte dos militares pertencentes à etnia Balanta como, ainda hoje se verifica.

A Veríssimo Seabra sucede Batista Tagma Na Waie. Nas eleições de 2005, o PAIGC voltou de novo ao poder sob liderança de Carlos Gomes Júnior. Esta governação acentuou as velhas contradições existentes no PAIGC, facilitando o aparecimento do chamado “movimento de aspiração” liderado por Hélder Proença (Sousa 2012a:73). Nas eleições presidenciais acabou por ser eleito Nino Vieira. O resultado desta eleição reavivou as velhas tensões entre o poder do Presidente e o poder executivo dando origem a uma luta entre os apoiantes de Nino Vieira e o Governo de Carlos Gomes Júnior. Carlos Gomes Júnior é exonerado em 28 de Outubro de 2005. No período após esta exoneração, assistimos a uma convivência impossível entre Tagma Na Waie e Nino Vieira, uma vez que este último o condenou à morte na crise de 1985. Vítima de maus tratos e tortura, Tagma teve a pena de morte comutada e cumpriu vários anos de cadeia.

Segundo O’Regan e Thompson (2013:8),

General Na Wai had an extremely antagonistic relationship with President Vieira, who had returned from the exile. [...] On March 1, 2009, Na Wai was killed in a bombing. Hours later, troops loyal to Na Wai stormed the presidential residence, tortured and fatally shot Vieira. [...] The explosive (used for bombing) may have originated in Thailand, leading to suggestions that Latin American drug cartels had sponsored a connection between Na Wai’s rivals in Bissau and high profile weapon traffickers.

Esta citação sublinha a animosidade já existente entre ambos e aponta para a possível existência de um envolvimento dos cartéis de droga latino-americanos na produção da instabilidade na Guiné Bissau. Importa referir que no contexto desta instabilidade política o tráfico de droga assumiu importantes proporções com o envolvimento de altas figuras do governo e do aparelho militar.

Após mais este momento de tensão, subiu à presidência, de forma interina Raimundo Pereira. Para o Estado-maior das Forças Armadas é nomeado o Vice-Almirante José Zamora Induta. “Na Wai successor was Vice-admiral José Zamora Induta, a deputy under Mané during the civil war. Induta was in office for just a year when without explanation on April 1, 2010, his deputy General António Indjai, arrested him [and], other military officers” (O’Regan e Thompson 2013:9).

Conforme podemos verificar, as lutas palacianas e as constantes estratégias para a tomada do poder irão manter-se. No caso do Primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior e de António Indjai mantém o nível de tensão é tão elevado que em Abril de 2012, após a

morte do chefe dos serviços de segurança Samba Djaló, em circunstâncias ainda por esclarecer, Indjai liderou um Golpe que depôs o Primeiro-ministro e o forçou ao exílio. É, pois óbvio, que o funcionamento do sector de defesa e segurança guineense deve ser entendido através de uma análise aprofundada dos vários fatores antecedentes que conduziram a atual situação política. A rápida degradação da situação económica e a forma como os militares foram utilizados para a realização de fins políticos e de ambições individuais levou a que estes detenham o poder total num país que está num estado de degradação galopante e em risco de se tornar um verdadeiro narcoestado, cuja anarquia poderá servir os interesses da geopolítica do crime organizado. No entanto, o narcotráfico não se reduz apenas ao funcionamento criminoso do setor militar, uma vez que o narcotráfico necessita de redes financeiras para fazer circular o dinheiro e de vários recursos para o poder introduzir os capitais no mercado capitalista global. Isto só é possível devido à existência de várias cumplicidades no sistema financeiro, por isso é relevante que se avalie o fenómeno sistemicamente, tendo em conta todos os atores envolvidos. Deve ser analisada com especial atenção a forma como, hoje, o tráfico de droga na Guiné Bissau é utilizado como fonte de financiamento do terrorismo internacional, nomeadamente da Al-Qaeda do Magreb Islâmico, do Hezbolah e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Keating:2013).

Também tendo em conta esta situação torna-se relevante analisar as FA guineenses, a sua composição e, acima de tudo refletir sobre a sua organização e funcionamento. No entanto, esta reflexão sobre as FA deveria ser precedida de uma análise sobre o conceito estratégico nacional. Do nosso ponto de vista parece-nos que não se pode proceder a uma reforma das FA sem reformular a estratégia nacional para este setor. Esta é, como sabemos, uma tarefa e uma missão política.

2.6. As Forças Armadas guineenses e os estudos críticos de segurança

As FA são compostas por cerca de 4500 efectivos/as e as forças de segurança por 2000 efectivos/as com um orçamento de cerca de 20 milhões de USD, que correspondem a 2,08% do PIB (Boniface 2013: 370). Este orçamento teve uma diminuição de 27,5% em relação ao ano anterior e corresponde a um orçamento de 13 USD por habitante e a um orçamento de 4400 USD por cada militar. As FA são

enfermas de graves desajustamentos, entre outros fatores, devido à sua dimensão exagerada. A título de exemplo veja-se a seguinte tabela:

Tabela 2: Composição demográfica das Forças Armadas da Guiné Bissau, 2013

Quadro : Composição demográfica das Forças Armadas da Guiné Bissau, 2013		
Categoria	Oficiais	42%
	Sargentos	38%
	Praças	20%
Ramos	Exército	86% - 4000
	Força Aérea	4% - 100
	Marinha	10%-300
Idades	20 ou menores de	0,1%
	20-40	44%
	40-60	51%
	Mais de 60	5%
Tempo de Serviço	Menos de 5 anos	33%
	5-20 anos	23%
	20-30 anos	20%
	Mais de 30 anos	25%

Fonte: O'Reagen (2013:8)

A análise deste quadro leva-nos a tirar as seguintes conclusões: i) as FA têm mais oficiais superiores do que Sargentos ou Praças, o que torna a pirâmide invertida; ii) trata-se de um exército envelhecido com uma predominância de oficiais com maior tempo de serviço, o que pode significar, que a maioria dos elementos do exército passou pelos principais momentos de rutura nas FA; iii) o exército tem o maior número de elementos, relativamente aos outros ramos, este desequilíbrio leva-nos a crer que existirão dificuldades no controlo da zona marítima e do espaço aéreo, criando vulnerabilidades na vigilância da costa, uma vez que a Guiné Bissau tem uma larga costa marítima com muitos rios em forma de delta e ilhas.

Esta análise, aliada à anterior análise política é fundamental para uma reforma estrutural das FA. Esta reforma das FA deve ser vista tendo em conta os meios, mas também, numa abordagem mais ampla, que os readeque aos objetivos. Tal é fundamental para a promoção e consolidação de uma maior estabilidade política do país, onde as FA têm sido fonte de instabilidade. Torna-se, assim, relevante interpretar a realidade das FA sobre diversos prismas, mas no caso particular desta dissertação, analisaremos esta estrutura de acordo com a perspetiva da sua composição étnica.

Vejamus a posição de O'Reagan relativamente à politização da etnicidade nas FA.

Further complicating Guinea Bissau cycle of crisis is an emerging ethnic dimension. [...] The politization of ethnicity first emerged in the 1999 post conflict transition in the disputes and posturing between newly elected president Kumba Yala and General Mane. Trying to consolidate his authority, Iala has dismissed dozens of senior officers within the military and advanced the promotion of almost exclusively of balantas, his ethnic kin, which, comprising a quarter of the population, are marginally the largest ethnic group in the country. Meanwhile, the military had more than trebled in size during the 11 month conflict, and the economy was in a parlous state. Senior posts in the military were desirable and something few wanted to relinquish. General Mane openly opposed Iala's moves to shuffle his officers. In the subsequent standoff, Iala's elevated the issue of ethnicity, claiming that as the largest group in the country, the balanta, deserves more representation in government, especially among senior military officers, and implicitly challenged Mane's authority on the basis of ethnicity. (O'Reagan, 2013: 22)

Conforme podemos verificar, a posição de O'Reagan é secundada no artigo intitulado "O poder 'de facto' dos balantas, como pilar nas Forças Armadas da Guiné-Bissau" (Lusomonitor, 2013),

O principal pilar do poder balanta na Guiné-Bissau centra-se nas Forças Armadas [FA]. Os chefes militares e os comandantes das principais unidades são, em geral, balantas. 80% dos efectivos militares, em geral, são daquela proveniência. A consolidação do poder balanta nas FA começou a manifestar-se após o assassinato do ex-CEMG, General Veríssimo Seabra, em Outubro 2004. A realidade anterior, coincidente com o primeiro consulado de Nino Vieira, apresentava os grandes comandantes balantas, oriundos da guerrilha, como marginalizados ou proscritos ao longo do primeiro consulado de General Veríssimo Seabra. [...] As FA, principal poder real na Guiné-Bissau, passaram a ser de natureza eminentemente balanta. O General Tagme na Waie, que consolidou o poder balanta nas FA, foi entretanto assassinado. Sucedeu-lhe outro balanta: António Indjai, depois de um breve consulado de um não-balanta ou meio-balanta, Zamora Induta. Do mesmo modo que à Marinha voltou Bubo Na Tchuto, cuja raiz balanta terá sido suficiente para minimizar razões que noutras circunstâncias teriam inviabilizado a nomeação. A influência que esta etnia possui na Guiné-Bissau é indiscutível. Os balantas denotam uma rara apetência para se cultivar e valorizar intelectualmente (nos fulas, por exemplo, sobressai o espírito mercador). Os médicos são maioritariamente balantas. O poder económico por eles adquirido é o fenómeno que não é estranho ao narcotráfico e às relações estreitas com sectores como o das FA.

De facto, esta tem sido a realidade na estrutura e organização das FA, no decurso da última década. Este autor coloca a questão na forma como o poder balanta adquiriu preponderância na Guiné Bissau.

Parece-nos evidente que as sucessivas manipulações dos políticos guineenses contribuíram para o desmantelamento de uma estrutura que funcionou anteriormente, numa lógica de unidade e não de divisão. Cabral tinha esta percepção muito clara e utilizou a cultura como fator de atenuação de diferenças étnicas e como ferramenta da unidade na luta rompendo, desta forma, com os métodos coloniais de dividir para reinar. Pretendemos defender que, existe uma etnicização de um conflito, que tem as suas

raízes nas grandes contradições económicas de um país capturado por elites corruptas aliadas a corruptores das grandes multinacionais ou países que vivem da exploração dos recursos alheios. A Guiné Bissau está hoje mergulhada numa profunda crise social onde o recurso à ilicitude ou ao tráfico ganham preponderância, quando nada se ganha e de tudo se precisa. A fragilidade do Estado constitui, no contexto atual, um terreno disponível para a geopolítica da criminalidade internacional, dando dinheiro a depauperados militares e a umas FA constituem hoje, possivelmente, a única forma de se manter o emprego ou assegurar a sobrevivência. Nestas circunstâncias, o tráfico de droga e o crime organizado têm, na Guiné Bissau e um pouco por toda África ocidental, um local onde é fácil comprar militares, corromper políticos e utilizar o poder para explorar um povo deixado à sua sorte. O'Reagen (2013:31), aliás, sublinha que a Guiné oferece condições favoráveis para o tráfico de droga:

Estas características da Guiné Bissau, aliadas à fragilidade do Estado tornam propícias as operações de tráfico de droga. Concluimos desta forma que existe um triângulo que têm os seus vértices no poder político, nos traficantes de droga e nos militares. Este triângulo corresponde à narcotização do Estado Guineense. Conforme descreve O'Reagen, as estruturas militares passaram a deter um poder cada vez maior na sociedade guineense, vejamos os argumentos de Sousa: “[a] interferência gradual dos militares na vida política nacional começou com o golpe de 1980, altura em que a sociedade castrense se viu repentinamente infestada por intrigas e lutas intestinas, para se agravar no pós guerra de 1998-99” (Sousa 2012a,61).

Para o autor, a diferença na estrutura militar reside na existência de uma subordinação ao poder político durante o período de 1975-1980 e a inexistência dessa subordinação no período posterior. No entanto, a questão que se coloca é a seguinte: que fatores contribuíram para a degradação das instituições? Que fatores estiveram na origem da progressiva decadência do Estado pós-colonial? Que argumentos foram utilizados para legitimar os golpes de Estado? A degradação das condições económicas e a subsequente degradação do nível de vida das pessoas, aliada à má governação e à captura dos poucos recursos por parte das elites económicas, assim como a uma estrutura militar com um poder exagerado, teriam exigido uma outra atenção por parte da comunidade internacional. Hoje o resultado é evidente. Encontramo-nos perante uma “Ruandização” do processo político guineense assente na exacerbação dos conflitos e das rivalidades entre grupos étnicos.

Acresce a isto o facto da comunidade internacional continuar a dar o seu apoio aos protagonistas que mais perturbaram o país nos últimos anos. Segundo Sousa (2012a:22), estas “crises estruturais (política, militar, económica, social e moral)”, têm merecido pouco atenção dos atores locais e da comunidade internacional, tendo essa atenção sido substituída pelo enfoque na crise no setor da defesa e segurança e na sua reforma, como solução para estes problemas complexos. Do ponto de vista da análise crítica de segurança, a insegurança é produzida pelas vulnerabilidades individuais e coletivas que concorrem para a instabilidade económica e social com repercussões no aumento da violência generalizada, tendo em conta que a fragilidade do sistema político e militar tem repercussões na vida quotidiana dos cidadãos. Para a análise do tema desta dissertação adotamos a perspectiva teórica dos, dos estudos críticos de segurança, uma vez que os mesmos procuram abordar a questão da segurança de uma forma mais ampla e integrada, tentando compreendê-la no contexto de uma realidade social concreta. Nesse sentido, um dos desafios mais interessantes no que concerne esta dissertação, prende-se com a procura das possíveis explicações para a produção da insegurança na sociedade guineense que não se centre apenas nas questões de segurança e defesa, mas nas razões causais profundas. É assim que, de facto, Sousa coloca-se perante o ângulo teórico que nós procuramos para analisar os fatores causais da crise política e militar. Nesse sentido, Sousa referencia que existem outros fatores tão ou mais relevantes do que a dimensão política e militar para explicar a crise guineense. Segundo Roque (2009:3), “[a]s causas da atual instabilidade são o resultado da inabilidade para o confronto das diferentes tendências que marcaram a Guiné Bissau nas últimas décadas”.

A autora refere 5 causas relevantes para a atual situação económica e política: a militarização e personalização do Estado; a normalização da violência e impunidade; a informalização do Estado e a corrupção; a dependência em relação à ajuda ao desenvolvimento internacional; e a ausência de um diagnóstico completo por parte dos parceiros internacionais, bem como algum nível de manipulação por parte do governo guineense (*Ibidem*).

Quer a análise de Sousa, quer a de Roque, permitem-nos concluir que existem múltiplas razões que explicam a situação crítica do país, nomeadamente o que diz respeito à governação do país e o seu impacto nas questões económicas, sociais e militares. Neste sentido, a abordagem das questões de segurança não pode centrar-se na habitual tendência para analisá-las tendo apenas em conta os meios, o inimigo ou as

clivagens internas na estrutura das FA. As questões de segurança devem ser vistas numa abordagem integrada sobre as questões de desenvolvimento, Contudo a degradação da situação económica conduziu a uma progressiva etnicização das FA que, conforme verificamos, resultam das sucessivas lutas pelo poder político Na caracterização dos diferentes grupos étnicos da Guiné Bissau, passando por uma análise do seu comportamento no decurso da colonização e da resistência, pelo seu papel na construção do processo pós-independência, e por fim, a sua inserção no atual contexto de crise permanente. Acreditamos que a sociedade guineense, tal como todas as outras, é construída também com base em preconceitos e estereótipos que moldam ou tipificam os comportamentos dos cidadãos que, fruto da parca educação e das divisões fomentadas, acreditam que o outro não é o seu semelhante. A história recente da Guiné Bissau ilustra bem a falta de escrúpulos na conquista do poder, onde se divide, se dá e se retiram privilégios de forma maquiavélica e se matam tantos seres humanos.

As organizações internacionais têm olhado para a Guiné Bissau sem ter em conta as suas especificidades e, por isso, limitam quase sempre a sua intervenção a reformas estruturais padronizadas. É importante entender a sua visão, os seus princípios e a forma como concebem os seus mandatos políticos. Será que estas organizações têm mandatos bem elaborados a partir de uma análise concreta da realidade objetiva, ou que compreendem os desafios inerentes a uma verdadeira reforma do Estado? Estas organizações têm em conta as especificidades étnicas no desenvolvimento das suas missões? Desta forma, a análise que efetuamos permite-nos concluir que o terreno fértil para as clivagens étnicas reside na exata medida em que a manipulação do poder e as condições estruturais da sociedade propiciam a utilização deste fator. Por isso concluo com uma das últimas intervenções do Chefe de Estado-maior General das Forças Armadas (CEMGFA) em discurso público do mês de Agosto de 2013 que, para efeitos desta dissertação, remetemos para anexo (anexo 4). Nela, o CEMGFA foca por variadíssimas vezes o historial do seu grupo étnico e a importância que este fator detém no equilíbrio de poderes das FA. Esta última intervenção legitima a nossa pergunta de partida, uma vez que ao longo do capítulo referimos a História Contemporânea da Guiné Bissau, os fatores determinantes da instabilidade económica social e política e percecionamos como se construiu a atual realidade política.

CAPITULO III: AS MISSÕES DE REFORMA DO SETOR DE SEGURANÇA NA GUINÉ BISSAU

O terceiro capítulo desta dissertação analisará a RSS na Guiné Bissau e abordará a forma como as organizações internacionais intervêm neste Estado. Este capítulo tentará perceber em que medida a União Europeia e as Nações Unidas interpretam a inclusão da dimensão étnica como uma possível causa da conflitualidade permanente na Guiné Bissau e/ou um fator a ter em conta nestes processos de reforma. A análise que efetuamos permite-nos concluir que o terreno fértil para as clivagens étnicas reside na exata medida em que a manipulação do poder e as condições estruturais da sociedade propiciam a utilização deste fator. Isso mesmo é visível nas declarações do CEMGFA da Guiné a que nos referimos no final do capítulo anterior (anexo 4). Nela, o CEMGFA foca por variadíssimas vezes o historial dos Balantas, seu grupo étnico e a importância que este fator detém no equilíbrio de poderes das FA. Esta intervenção legitima a nossa pergunta de partida, uma vez que ao longo do capítulo anterior referimos a história contemporânea da Guiné Bissau, os factores determinantes da instabilidade económica, social e política e percebemos como se construiu o atual contexto guineense. A nossa abordagem sobre a questão étnica centrada nas perspectivas críticas de segurança permitiu-nos perceber as origens da politização deste fator e a forma como Amílcar Cabral o tornou irrelevante: entendeu-o, utilizou-o e, com a sua astúcia política, minorou-o. Contrariamente, o colonialismo percebeu-o e utilizou-o como forma de dominação e de subjugação aos seus interesses de perpetuação de dominação.

Está provado que o reforço destas cumplicidades étnicas permite, entre outras coisas, perpetuar estruturas de poder que servem fundamentalmente para alimentar financeiramente um sistema que hoje vive infestado pelos negócios ilícitos e pelo tráfico de droga (O'Reagan, 2013:29). Neste contexto de instabilidade crónica, alimentada quer por factores internos, quer por dinâmicas externas, as FA são um elemento central do exercício do poder. Nos capítulos anteriores analisámos a existência de razões múltiplas para a permanente instabilidade nas FA. No nosso entender, as FA são apenas uma parte de uma complexa teia de causas que estão por detrás dos actuais problemas da Guiné Bissau. Segundo L'áfrique (2008) “junto da comunidade de doadores existe um consenso emergente sobre a necessidade de incluir um enquadramento mais alargado da agenda de governação na RSS e no desarmamento, desmobilização e reintegração, e que a visão de longo prazo deve ser também tida em conta”. Segundo a mesma publicação, a

conceção dos processos desta reforma tem sido feita de forma correta, faltando, contudo, a mesma eficácia na sua implementação.

Assim, este capítulo procura explicar o desempenho das organizações internacionais no que diz respeito às soluções por si mediadas como resposta aos problemas do país em causa. No que concerne os programas de RSS, estes são elaborados com alguma falta de conhecimento da realidade no terreno e, no caso específico da Guiné Bissau, esta é uma realidade factual, criando problemas ao nível da apropriação local. Nesse sentido, procuraremos analisar a forma como as organizações internacionais envolvidas nestes processos de reforma respondem aos desafios locais, a nível antropológico, social e cultural, e interpretar a forma como incorporam esses desafios no seu discurso e na sua prática. A nossa análise tem como objectivo mapear essas abordagens e versará também sobre a forma como estas organizações enquadram a dimensão étnica na sua reflexão, na sua política e na sua ação. A avaliação proposta visa perceber, em primeiro lugar, se a dimensão étnica é tida em conta pelos atores internacionais nas missões de construção da paz na Guiné Bissau e da RSS, e em segundo lugar perceber se, nas propostas para este setor, esta dimensão é considerada por eles. Interessa-nos também perceber quem a incorporou e porquê, com que fundamento e à luz de que pressupostos. A inclusão ou não deste fenómeno e a procura de explicações para estas questões terão como objectivos avaliar a eficácia da intervenção das organizações internacionais e analisar as suas possíveis falhas.

3.1. Organizações Internacionais e a dimensão étnica na RSS

À primeira vista, a constante instabilidade económica social e política da Guiné Bissau remete-nos para um falhanço generalizado das intervenções neste país. As perguntas que orientam este capítulo são as seguintes: O que falha na abordagem dos actores internacionais relativamente à situação da Guiné Bissau? Que relação existe entre os actores estatais e os actores internacionais? O que concorre para o permanente fracasso nos programas de estabilização política e militar na Guiné Bissau? Tendo sido tida em consideração a progressiva *Balantização* do exército guineense por parte dos actores nacionais e internacionais? Estamos convictos de que para uma efetiva RSS devemos abordar este tema de forma holística, tal como apresentado no capítulo teórico. Nessa abordagem centramos a necessidade de conceber a segurança não só no seu objecto mas também na sua forma, tendo as necessidades humanas como o seu referente

principal, na busca da segurança coletiva. Essa abordagem colide com outras que centram no Estado o referente máximo de segurança. Estamos em crer que as duas lógicas são compatíveis, tal como define a doutrina da segurança humana, já que quando centramos a visão na primeira abordagem a segurança do Estado torna-se mais efetiva. A teorização na qual se baseia esta dissertação remete-nos para uma análise centrada nos estudos críticos de segurança, reforçando a ideia de que as realidades sociológicas e antropológicas que sustentam as dinâmicas de segurança num determinado contexto são fruto de um processo histórico e interpretativo, cujas dinâmicas analisámos nos capítulos anteriores. Assim, a superação dos desafios à segurança poderá ser encontrada apenas numa abordagem holística e integrada, onde o desenvolvimento e a paz concorram de mãos dadas para a eliminação das razões estruturais de instabilidade e de conflitualidade.

O tratamento das questões da etnicidade, por seu lado, é, por si só, polémico porque pode encerrar uma visão fechada e estereotipada das relações humanas tornando-as padronizadas. A etnicidade constituiu, conforme referenciamos, um mecanismo de exercício do poder colonial, criando desigualdades entre comunidades étnicas (Porter, 2011). A análise da contemporaneidade desta questão e os conflitos que emanam por razões económicas trazem de nova à liça as questões da etnicidade (se fizermos uma análise comparada com o que se passou no conflito do Ruanda em 1994, que provocou o genocídio de cerca de 1 milhão de pessoas, percebemos que a abordagem das organizações internacionais não podem ignorar as diferenças sociológicas e antropológicas no interior das sociedades).

Na análise desta dissertação centramo-nos na relevância dada à dimensão étnica pelos diferentes atores internacionais na RSS. O nosso objectivo é identificar em que medida esta é uma dimensão tida em conta (ou não) nas propostas de reforma avançadas pelas organizações internacionais. Quisemos indagar se é válido o pressuposto de que a dimensão étnica é um obstáculo à estabilidade política da Guiné Bissau. Quisemos entender como é que as organizações internacionais tratam este fenómeno e quisemos perceber se esta abordagem condiciona a realidade da segurança guineense. Procuramos também analisar a adequação das intervenções internacionais no terreno às prioridades tendentes à transformação das sociedades. Uma vez que consideramos que por vezes existe um desfasamento da identificação das necessidades por parte da comunidade internacional e as verdadeiras razões e motivações que condicionam a vida política do

país, utilizamos uma perspectiva crítica de segurança para tentar explicar esse desfasamento e os agentes de produção de insegurança, as vulnerabilidades individuais e coletivas e outros fenómenos que possam condicionar a produção de uma sociedade mais segura. Do nosso ponto de vista as últimas intervenções internacionais têm replicado alguns modelos que pouco têm acrescentado ao processo de estabilização política no território. No entanto, as intervenções no quadro da RSS na Guiné Bissau foram construídas de forma abrangente incorporando medidas de desenvolvimento económico e social com o objectivo de contribuir para a menorização das causas da conflitualidade.

Para isso, analisámos as missões da ONU e da UE e a visão destas organizações sobre esta reforma. A União Europeia é o principal doador para a Guiné Bissau e torna-se relevante entender a sua posição, já que a RSS deveria, em nosso entender, ser englobada num quadro mais amplo de estabilização social, económica e política que a ajuda europeia procura promover (Conselho da União Europeia, 2005). Por outro lado, as Nações Unidas têm sido um dos principais parceiros da Guiné Bissau na reforma do sector de segurança, em especial através do trabalho do *United Nations Integrated Peace-Building Office in Guinea-Bissau* (UNIOGBIS). No sentido de aprofundarmos o nosso conhecimento sobre a RSS importa, antes de analisarmos o papel das organizações internacionais, centrar a nossa atenção no documento proposto pelo governo da Guiné Bissau sobre a RSS e que deveria servir de enquadramento à acção dos atores internacionais, na lógica da apropriação local das reformas.

3.2. A visão estratégica guineense para a RSS

Em 2006 o Governo da Guiné Bissau elaborou um Documento de Estratégia para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa Nacional (DERMSDN) que define as linhas mestras para o processo de RSS. O documento baseia-se no Manual de Reforma do Sector de Segurança elaborado pela OCDE (2007) e que é também a base para a participação das organizações internacionais no processo de cooperação tendente ao desenvolvimento da RSS na Guiné Bissau. O DERMSDN estabelece a relação entre segurança, defesa e desenvolvimento e tem como ambição responder aos problemas provocados pelo ambiente de insegurança que se vive no país.

[O] ambiente de insegurança causado por vários *episódios de guerra e sublevações armadas* transformou-se num importante óbice para o desenvolvimento económico e social,

desencorajando o investimento, desviando os poucos recursos do país para as despesas improdutivas, impedindo, pela constante instabilidade que causa, qualquer exercício credível da perspectivação e programação do desenvolvimento. Ademais, a intromissão do crime organizado nos interstícios do Estado debilitado pela instabilidade e insegurança, contribui para hipotecar ainda mais o futuro do país. Perante este cenário, é evidente que a construção de condições sólidas de uma segurança duradoura é uma premissa *sine qua non* para repor a Guiné Bissau no rumo do desenvolvimento sustentável para a construção do bem-estar das populações. (Governo da Guiné Bissau, 2006: 3, ênfase do autor)

Conforme verificamos, a análise feita pelo Governo de então na produção deste documento remete para a profunda situação de instabilidade política provocada pelos militares. Este documento foi elaborado para ter um período de vigência de 10 a 15 anos. O documento refere ainda tratar-se “de uma abordagem escolhida para criar um quadro estratégico de resposta aos desafios presentes e futuros do país. Por isso, esta abordagem baseia-se numa visão global, delineada num Conceito Estratégico de Defesa e Segurança que está em filigrana das propostas feitas como estratégias de transformação do sector de defesa e segurança” (Governo da Guine Bissau, 2006:4).

Este documento confirma uma questão que relevamos no capítulo anterior e que está relacionada com a inexistência de um Conceito Estratégico Nacional de Defesa e Segurança. O DERMSDN constitui, por isso, um passo extremamente importante para a organização das FA, uma vez que suprime uma lacuna importante, nomeadamente a não existência de um conceito estratégico nacional, e dá alguma coerência ao trabalho de consolidação de metas e objetivos, além de promover um enquadramento concetual fundamental para que a reforma fosse efetuada. No âmbito desta questão queremos também destacar a relevância do papel das FA na sociedade, já que a ausência de enquadramento estratégico significa que o seu papel continua a ser construído com base nas experiências da luta de libertação, no período pós-independência, com a experiência de um sistema de partido único, o Estado, as FA e de Segurança e toda a sociedade concorriam para o objectivo de implementação do socialismo. Deste processo depreende-se que a abertura do país ao sistema multipartidário não incluiu uma reformulação do papel das FA e de segurança adaptado a um sistema democrático e multipartidário.

Sublinhe-se que a inexistência de uma reflexão e de um Conceito Estratégico Nacional de Defesa e Segurança, aliada à utilização dos militares para fins políticos, conforme verificámos nas sucessivas crises, confere força política à estrutura militar, o que provoca disfuncionalidades no sistema e aumenta o poder dos militares sobre os políticos. Esta situação é cada vez mais relevante na cena política guineense. Para

ilustrar esta afirmação recorro a uma notícia do Bissau Digital sobre uma conferência organizada pelos serviços de informação do Estado e pelos serviços de informações militares. Aí se noticia que,

Os altos oficiais do Serviço de Informação do Estado (SIE) da Guiné-Bissau estão activamente envolvidos em actividades políticas, nomeadamente nas campanhas eleitorais dos partidos políticos e dos candidatos[.] Neste aparelho de investigação do Estado guineense é cada vez mais notável a crescente tentativa de partidização de SIE, com a nomeação dos seus dirigentes com base nas afinidades político-partidárias[.] No âmbito político, os participantes deste encontro entendem que as instabilidades políticas cíclicas que a Guiné-Bissau viveu nos últimos anos têm vindo a minar as relações de confiança conseguidas pelo SIE durante o período de luta armada de libertação nacional.

Esta situação teve e continua a ter efeitos profundamente nefastos nos esforços de afirmação da soberania, unidade nacional e consequente consolidação do Estado emergente de um longo processo de luta de libertação. No que toca à abertura política na Guiné-Bissau nos anos 1990, os participantes deste encontro afirmaram que o aparelho de segurança não estava minimamente preparado para a transição multipartidária. Neste sentido, o documento indica que o novo contexto de multipartidarismo constituiu um factor de vulnerabilidade, o que tornou os oficiais do SIE facilmente aliciáveis pelos diferentes actores políticos nacionais, desviando assim os princípios que nortearam a actividade operacional do SIE. Para ultrapassar a situação, os participantes da 1.ª Conferência Nacional do SIE e da Direcção Central de Inteligência Militar concluíram que existe a necessidade de criação de um regulamento do organismo, estatutos de carreira contemplando o regime remuneratório especial como previsto na lei, atribuição de incentivos de isolamento e de riscos aos efectivos de SIE. (Bissau Digital, 2013)

O artigo apresenta um conjunto de factores que condicionam a estabilidade política e social e reforçam o argumento anteriormente apresentado da inadequação do funcionamento das estruturas de informação e de segurança para operarem em contexto democrático.

O DERMSDN apresenta um diagnóstico sobre o papel das FA no período da luta armada e no sistema de partido único e também sobre as debilidades do funcionamento do sector da justiça. O setor da justiça criado nesse período foi instrumentalizado e estava dominado pela obsessão persecutória contra o dissidente ou contra o inimigo interno. No sistema multipartidário ainda não se conseguiu resolver a questão da independência da justiça, apesar de tímidas mudanças neste setor situação. Em resumo, o setor da justiça enfrenta os mesmos desafios que podemos observar no setor militar ou de segurança, ou seja, a adequação ao contexto democrático e o fortalecimento do princípio da separação dos poderes. A conceção do DERMSDN, num contexto de Estado frágil, foi politicamente desestruturada e disfuncional. Neste sentido, o quadro reproduzido no anexo 5 destaca os principais objectivos da RSS definidos pelo Governo da Guiné Bissau a partir dos seus principais eixos estratégicos.

Após análise do documento verificamos que a referência aos Direitos Humanos é inexistente. O documento também não refere a dimensão de género, ou seja, não incluiu os mecanismos para a adopção da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres Paz e Segurança que, no nosso entender, seria essencial na RSS Guiné Bissau (Nações Unidas, 2000). Este argumento é corroborado por Gomes (2009:27), quando refere que “[h]á omissões nomeadamente ao narcotráfico, às questões de governação (mecanismos de supervisão e de fiscalização) e de género”. Contudo, o documento integra as questões relacionadas com a luta contra a pobreza e estabelece a relação entre a RSS e o desenvolvimento. Refira-se também que o documento não apresenta soluções relacionadas com as alternativas económicas para a saída voluntária de efectivos militares, assim como omite as questões relacionadas com a etnicização ou com a tribalização das FA e de segurança. Isto significa que as questões étnicas estão ausentes de todo o processo de construção do documento, nomeadamente nas questões sublinhadas por Gomes (2009:24), quando refere que “[o] resultado do recenseamento das FA mostra um excessivo número de efectivos e uma pirâmide hierárquica invertida. A questão deve juntar-se a da balantização das FA: estima-se que a representação da etnia balanta no efectivo militar seja bastante superior à sua percentagem relativa na população”.

Coloca-se neste caso a pergunta: Porquê? No capítulo anterior analisamos a relevância desta questão ao longo dos diferentes períodos históricos na Guiné Bissau e confirmamos que o discurso sobre as questões da etnicidade foi recorrente ao longo de vários períodos de tensão na vida política guineense. Contextualizando no tempo a produção deste documento, reparamos que o mesmo surge no período posterior à governação de Kumba Yalá, que mais não fez do que tribalizar no discurso e na prática a vida política da Guiné Bissau (Roque, 2009:3). Parece-nos interessante perguntar, no âmbito desta dissertação, porque é que o governo guineense omite esta dimensão na conceção do seu processo de reforma. Para o efeito coloco algumas hipóteses:

1. Foi considerada politicamente irrelevante porque não se considerava que constituía um perigo de maior;
2. Por ser uma questão à qual subjaz alguma subjetividade procurou-se torná-la invisível;
3. As autoridades tê-la-iam identificado mas não foram capazes de a introduzir no documento;

4. Abordar esta questão significaria criar um problema ainda maior na reestruturação das FA e de segurança devido à resistência dos diferentes grupos ou à luta pela sua representatividade no poder;

5. Não colocar esta questão na agenda teria sido uma opção tática para evitar resistências por parte da comunidade internacional devido às últimas experiências em conflitos com elevada tensão entre grupos étnicos.

Todas estas hipóteses poderão ser parte das respostas que não conseguimos encontrar na RSS da Guiné Bissau. No entanto, coloca-se a questão: Terá sido esta omissão no documento que condicionou a não inclusão desta questão nos programas de reforma das organizações internacionais na Guiné Bissau? Uma vez que as mesmas construíram os seus mandatos com base no princípio da apropriação local, tal como definido no Manual de Reforma do Setor de Segurança da OCDE. Ora, se o documento orientador guineense não consagra uma única linha às questões étnicas, certamente as organizações internacionais não as terão inscrito no seu mandato. Verificamos também que o documento guineense é omissivo no que se refere à abordagem dos direitos humanos. Concluímos assim, que se na perspectiva do combate às discriminações o documento é omissivo, também o é se pretendermos analisar o envolvimento das organizações internacionais no tratamento específico das questões da discriminação étnica.

Assim podemos afirmar que a abordagem concebida pelas autoridades guineenses é distinta do consenso internacional relativamente aos processos de RSS uma vez que não contempla aspetos considerados relevantes. Tendo em conta que a Guiné Bissau necessita de apoio internacional para a RSS, e que as organizações internacionais têm na apropriação local um dos fatores mais relevantes na sua abordagem sobre a RSS, analisaremos a forma como se articula a visão do país com a visão da comunidade internacional.

Quando expusemos o nosso enquadramento teórico notámos que a dimensão étnica é muitas vezes exacerbada pela presença de economias de guerra. Tendo em conta este aspeto, a RSS tem também como objetivo promover a reforma do setor da justiça e o combate à criminalidade internacional, que alimenta estas economias de guerra. Assim ao introduzirmos a questão étnica neste quadro, torna-se legítimo perguntar Será que os conflitos étnicos resultam da economia de guerra enquanto gerador de insegurança e instabilidade política? Perante estas limitações e omissões, não

é, pois, surpreendente que o conceito estratégico tenha sido insuficiente para guiar as reformas do setor de segurança na Guiné Bissau, que foi promovida pelos doadores internacionais.

3.3. A Organização das Nações Unidas

A Guiné Bissau tornou-se membro da ONU no ano de 1974. O envolvimento da organização nos processos de construção da paz na Guiné Bissau data do ano de 1999, depois da Guerra Civil de 1998 e do acordo de paz assinado em Abuja, no dia 1 de Novembro, entre a junta militar comandada por Ansumane Mané e Nino Vieira. Este acordo deu origem à criação de um Governo de Unidade Nacional chefiado por Francisco Fadul. A vinte de Fevereiro de 1999, o Conselho de Segurança da ONU aprovou o estabelecimento de uma missão de construção da paz na Guiné Bissau (UNOGBIS). Esta missão iniciou a sua actividade em 25 de Junho de 1999 e viria mais tarde a ser substituída pelo UNIOGBIS que, iniciou a sua actividade no dia 1 de Janeiro de 2010.

A definição dos mandatos da UNOGBIS e do UNIOGBIS requer uma análise das resoluções do Conselho de Segurança. As Resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a Guiné Bissau remontam ao ano de 1998. No ano em que decorreu o conflito armado na Guiné Bissau as primeiras resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre este conflito tinham por objetivo cessar o conflito armado e proceder a uma desmobilização dos efectivos militares. O Conselho de Segurança, na sua Resolução 1216 (1998) de 21 de Dezembro apela ao cumprimento do acordo pelas partes, ao cumprimento do cessar-fogo, à criação de um governo de unidade nacional e à implementação de uma força de interposição de paz pela *Economic Community of West African States Monitoring Group* (ECOMOG), para o estabelecimento de condições objectivas para a paz (ONU, 1998).

A 6 de Abril de 1999, o Conselho de Segurança, através da aprovação da Resolução 1233, toma nota dos avanços operados no terreno, em especial a constituição do Governo de Unidade Nacional; salienta as dificuldades de gestão do Governo devido à situação de fragilidade das instituições públicas depauperadas pelo conflito, dá as boas-vindas à força de interposição da ECOMOG, à qual se associa a saída das tropas estrangeiras que estiveram no conflito; reitera a necessidade de cumprimento do acordo de Abuja, que deu cobertura ao processo de paz, salientando o papel das organizações

internacionais na consolidação deste acordo, em especial a CEDEAO e a CPLP. A principal conquista desta resolução foi a aprovação de uma missão de construção da paz na Guiné Bissau, a UNOGBIS, que, sob a liderança de um representante especial do Secretário-geral da ONU, seria responsável pelo enquadramento político e a harmonização das actividades das Nações Unidas na Guiné Bissau, entre o período de transição e o período eleitoral. Esta missão teria também como objectivo facilitar o cumprimento dos acordos de Abuja e promover a articulação no terreno dos vários actores nacionais e internacionais, em especial a CEDEAO e a ECOMOG. Esta resolução apela às instituições de Bretton Woods, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, assim como a outras organizações internacionais para apoiarem a UNOGBIS no sentido de, em conjunto com o governo da Guiné Bissau, intervirem de forma coordenada para o desenvolvimento da Guiné Bissau (ONU,1999).

Posteriormente foi adotada a Resolução 1580, em 22 de Dezembro de 2004 que revê o mandato da UNOGBIS e constitui um novo mandato através da UNIOGBIS. Esta resolução revê o mandato da missão anterior, em matéria de promoção do diálogo político, organização de eleições, mecanismos de prevenção de conflitos a nível nacional, RSS, a implementação do Programa de Ação da ONU para a Prevenção, Combate e Erradicação do Comércio Ilícito de Armas Ligeiras; colaborar na angariação de fundos internacionais direccionados à reconstrução e desenvolvimento do país e, por fim, apoiar o fortalecimento das instituições do país, no âmbito de uma estratégia compreensiva de construção da paz (ONU, 2004). Reforça também a presença das Nações Unidas na Guiné Bissau com o objetivo principal de inverter o ciclo dos acontecimentos e promover a paz de uma forma mais sustentável e duradoura. É importante referir que esta Resolução surge na sequência do assassinato do CEMGFA, General Veríssimo Correia Seabra.

No ano de 2008 é elaborado o *Strategic Framework for Peacebuilding in Guinea-Bissau* pela Comissão de Construção da Paz, em resposta a uma solicitação do Governo da Guiné Bissau, que pretendia proceder a algumas reformas estruturais, em especial a RSS adotada em 2006, através do DERMSDN. Este documento estabelece um quadro geral de prioridades e funções atribuídas a cada uma das partes do processo. No anexo 6 podemos encontrar de forma exaustiva a descrição e os objectivos deste Enquadramento Estratégico para a Construção da Paz na Guiné Bissau. Conforme verificamos, este documento tem uma abordagem holística e integrada e foi construído

tendo por base vários documentos produzidos pelo Governo da Guiné Bissau, tais como a Estratégia para a Redução da Pobreza e o Processo de Reforma das FA e de Segurança, acautelando o princípio da apropriação local.

Verificamos que este enquadramento estratégico assenta nos seguintes princípios: apropriação nacional; parceria e prestação de contas mútua; inclusão dos diferentes parceiros; envolvimento sustentável; coordenação. O documento refere os seguintes objetivos: suporte institucional ao processo eleitoral através da Comissão Nacional de Eleições; adoção de medidas para melhorar a performance económica e a reabilitação das infra-estruturas, com especial prioridade para o setor energético; RSS; fortalecimento do setor da justiça, consolidação do Estado de Direito e o combate ao tráfico de droga; reforma da administração pública; assuntos sociais considerados críticos para a construção da paz (ONU, 2008). Para cada um destes objetivos, o documento estabelece os compromissos e as prioridades de cada um dos diferentes atores entre os quais: o Governo da Guiné Bissau, as Nações Unidas, a Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas, os doadores internacionais, as organizações regionais e sub-regionais e, por fim os atores não estatais e o setor privado. O documento no anexo 6 enumera os diferentes compromissos de todos estes atores.

A análise política da estratégia apresentada remete para conclusões importantes. O documento tem uma abrangência ampla e incorpora medidas centradas na solvência do Estado, em especial no que diz respeito à relação entre estabilidade política e desenvolvimento económico; nos direitos humanos e na consolidação da paz; na transversalidade das políticas de promoção da igualdade de género em todos os sectores. Este documento, ao contrário do documento nacional da RSS inclui a dimensão de género e os direitos humanos.

No que diz respeito à RSS, o documento de enquadramento estratégico da ONU aponta para a generalidade das propostas elaboradas pelo Governo em 2006 e, pela primeira vez, aborda a questão étnica. Neste âmbito, aponta para a necessidade de ser efectuado um redimensionamento da estrutura das FA: a estrutura deve ser reorganizada em número, em género e etnicamente equilibrada. De facto, é a primeira vez que este tema é abordado nos diferentes documentos relacionados com a construção da paz na Guiné Bissau ou estratégias e processos de RSS. Tendo em conta que o documento nacional é omissivo nesta questão torna-se pertinente perceber o que levou as Nações Unidas a integrar esta questão nos seus documentos orientadores.

Por outro lado, o documento é claro no que diz respeito à questão do tráfico de droga e de armas. Este documento propõe o desenvolvimento de iniciativas legislativas e de políticas para o país fazer face aos desafios provocados pelo tráfico de droga. No que diz respeito aos fatores que podem condicionar a implementação da RSS, o documento remete-nos para as seguintes condicionantes: instabilidade política; falta de recursos materiais e financeiros; incapacidade material e financeira para o desarmamento, desmobilização e reintegração; a incapacidade de pagamento das reformas; a pobreza e a degradação das condições de vida dos militares; a proliferação de armas ligeiras; e o crime organizado. Parece-nos evidente que, para além da vontade política dos decisores, o financiamento do processo da reforma é fundamental para o sucesso da mesma. O documento orça a missão em 183 Milhões de USD. Este documento concentra todas as questões que podem condicionar uma reforma do setor de segurança. Alarga o espectro da intervenção e estipula os papéis que as várias organizações podem ter no âmbito do processo de reforma.

3.3.1. Análise crítica da abordagem da ONU à RSS na Guiné Bissau

No enquadramento teórico aprofundamos a noção de *Peace web* na lógica do trabalho em rede que deve ser elaborado para os processos de consolidação da paz. Nesse enquadramento definimos o conceito de paz, entendido como um processo holístico que implica a existência de condições básicas estruturais, incluindo a ausência de violência física e psicológica organizada, a satisfação das necessidades básicas humanas e, no plano institucional, estruturas representativas e de partilha proporcional de poder e a promoção e a proteção dos direitos humanos. Como verificamos, este enquadramento é claro por parte das Nações Unidas, na sua intervenção no contexto guineense. Este documento procura soluções para um processo de paz mais inclusivo e duradouro, respondendo à crítica permanente do *continuum* das situações de violência e de paz. Parte do pressuposto de que a paz não é apenas a ausência de guerra e que a violência na sociedade se expressa na violência de género e pela violência do quotidiano que muitas vezes está associada ao exercício do poder.

Após elaborarmos a descrição da RSS por parte das Nações Unidas, importa, refletir criticamente sobre a sua eficácia. Demos nota de que filosoficamente o documento foi bem construído e abordava de forma holística a reforma. No entanto, importa verificar o que falhou, o que correu bem e avaliar a missão. Segundo Roque

(2009:9), “[p]eacebuilding strategies and initiatives focus essentially on state building measures, at least at the level of intentions. The mainstream approach identifies the security/development nexus as the guiding principles. In reality, actors have been focusing only the security part of this nexus”. A autora corrobora, em primeira análise, o nosso argumento de que as abordagens de segurança devem compreender a relação entre segurança e desenvolvimento e não apenas focarem a sua acção na segurança. Contudo, verificaremos a posição da autora (Roque, 2009: 9) sobre o enquadramento da construção da paz, analisando os objetivos descritos anteriormente:

- a) Elections. Guinea Bissau does not have the capacity to organize elections without strong foreign support. Elections have essentially been a demand made by the international community and the Guinean elites in order to create an image of legitimacy. These have, however, proved to be ineffective in producing stable governments and presidents actually interested in serving the country
- b) By institutional capacity building: as Guinea Bissau is considered to be a failed state, it is assumed that there is a human resource problem and that institutions are not able to fulfill minimal state functions. This has led to the situation where each Guinean ministry has its own international consultant, particularly in the financial and justice sectors. However, unless the rulers show that they genuinely have the will to set an example and define coherent strategies for the country, rather than for themselves, any kind of positive impact of this strategy will be undermined
- c) Security sector reform: The project to re-structure and modernize the defense and security sector is the new *ex libris* of peace consolidation in Guinea Bissau. The reform is ambitious and has long-term objectives, but the ESDP Mission in place has only one year mandate, although it has request to stay one more year. It is the first ESDP mission to encompass a holistic approach, including justice, according to its Head of Mission. While the need for urgent reform is consensual, both nationally and internationally, disagreement arises on two scores: on the one hand, the capability to conduct such reform and its feasibility and, other, the real political will of some groups in supporting it. If some believe it is possible, once adequate resources are made available, other question its potential scope and repercussions since it would clearly repel some military leaders and offer no substantial alternatives to the resources obtainable through corruption and drug trafficking.
- d) Justice and the Plan against drugs: The UN, through its Office Against Drug and Crime (UNODC), in collaboration with the Guinean authorities, drafted the operational Plan Fighting against Drug trafficking in Guinea Bissau. This is a three year plan (2008-2010) and it is divided in three phases. The first phase consists of installing a UNODC consultant in Guinea Bissau. The second phase aims at supporting the restructuring and financing of the Ministry of Justice, in relation to three pillars: investigation, through its Investigative police: trial, through a functioning legal system: and the implementation of sentences through an effective prison system: The third phase seeks to address the structural problems identified, both at the level of implementing justice and the rule of law. The peacebuilding strategies of different actors have been organized in bilateral and multilateral frameworks. These frameworks are supposed to be complementary and to create a network of initiatives and results.

A autora elabora uma análise com a qual nós concordamos, na medida em que faz uma avaliação da aplicação prática do enquadramento proposto pela Comissão de Construção da Paz, no contexto da Guiné Bissau, expondo algumas das suas limitações. Verificamos, portanto que, apesar de terem havido eleições, os resultados das mesmas nem sempre foram aceites pelas partes envolvidas. Por outro lado, os candidatos eleitos nem sempre foram garantia de estabilidade ou de promoção da paz. Ocorre dizer que houve sempre contestação por causa da existência de fraudes eleitorais, uma vez que, pelo processo de recenseamento manual, é possível que uma pessoa possa votar em

várias circunscrições (Quematcha, 2013) Não basta pois, garantir a existência de um processo eleitoral, importa, reforçar os mecanismos de vigilância e permitir uma adequada organização que passe pelo reforço do recenseamento através de dados biométricos, que impeça as fraudes, e também que os partidos que estão no poder possam utilizar os bens públicos para as campanhas.

No que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades institucionais do Estado, o argumento da autora é evidente quanto à função da governação num estado “dito” frágil. A maioria das vezes existe uma disfunção entre os vários programas e a capacidade de execução dos mesmos, frequentemente devido à incapacidade do governante, e outras pela incapacidade da estrutura em dar seguimento às decisões. Por outro lado, a boa governação é fundamental para uma boa execução e transparência e responsabilização política. Isto é particularmente importante no que toca à exploração dos recursos naturais do Estado. Muitas vezes, o que acontece é a tomada do poder por políticos que apenas querem o seu bem-estar e continuar os seus negócios. A título de exemplo, temos o caso Bauxite Angola. O Governo da Guiné Bissau, negociou, no governo de Carlos Gomes Júnior, uma concessão de exploração de bauxite, em termos claramente pouco vantajosos para o país. O jornal *online* ‘G Bissau’ apresenta desta forma a questão: “O Governo de transição não concorda que a Guiné-Bissau tenha apenas 10 por cento de quota da exploração, enquanto a parte angolana fica com os restantes 90 por cento. O Governo guineense quer uma reformulação das quotas, passando a Guiné-Bissau a ter 85 por cento, ao invés dos atuais 10 por cento, e a Bauxite Angola 15 por cento” (G Bissau, 2013). A esta distribuição desigual, acrescenta ainda que,

[a] administração da Bauxite Angola, empresa de capitais públicos angolanos, é ainda acusada de ainda não ter respondido às solicitações que o Ministro dos Recursos Naturais guineense fez, em agosto de 2012, para que apresentasse “o rasto” de 13 milhões de dólares (9,9 milhões de euros) que deveriam ser pagos no momento da assinatura do contrato com o Estado guineense. (*Ibidem*)

De facto, a boa governação e o combate à corrupção, são condições obrigatórias para a construção do Estado e para a gestão eficiente dos bens públicos. Quanto à RSS, a autora considera o processo ambicioso mas, com debilidades na concepção da intervenção europeia, que analisamos mais à frente, em especial na duração, e chama também a atenção para as dificuldades inerentes ao processo da reforma, que estão nas capacidades e nas reais possibilidades de execução, bem como na vontade dos militares

em aceitarem os preceitos da reforma. De facto, conforme verificaremos na análise relativa à Missão da União Europeia, torna-se evidente que existe uma questão de fundo em qualquer reforma: a prioridade da sua execução é expressa pelo orçamento que lhe é destinado. O orçamento é de 183 milhões de Euros, e o dinheiro angariado ficou muito aquém do previsto o que deitou por terra o cumprimento das metas estipuladas. O que verificamos é que existem programas, bem elaborados, mas no final de contas, as reformas muito dificilmente saem do papel, uma vez que a comunidade internacional não tem tido a capacidade de mobilizar recursos humanos, materiais e financeiros para efectuar as mudanças pretendidas.

Por outro lado, os ganhos da instabilidade, na óptica das economias de guerra, são superiores aos ganhos da paz, uma vez que se estima que os valores do tráfico de droga, pessoas, ou armas na sub-região, sejam muito superiores aos valores previstos para a reforma deste sector (O'Reagen,2013). Quanto à questão da reforma da justiça e ao combate ao narcotráfico, torna-se evidente que estas reformas requerem meios financeiros e humanos que possam fazer face às alterações pretendidas, em especial entender o tráfico de droga como uma questão transversal, que deve ser analisada de uma forma holística e que passe, não só pelo combate à entrada da droga no país (que requer, entre outras coisas, equipamentos que permitam uma boa vigilância da costa), mas acima de tudo uma vigilância sobre os circuitos financeiros, para melhor entender a sua ligação a outras áreas de instabilidade nacional, regional e internacional. Por outro lado, um combate eficaz ao tráfico de droga só será eficaz com uma reforma da justiça que permita a punição e o encarceramento de criminosos, estamos em crer que, de outra forma ninguém será efectivamente sancionado.

Torna-se evidente salientar que, na aplicação deste enquadramento, existiram vários fatores que concorreram para a não concretização de alguns dos seus objectivos. A questão da apropriação nacional residiu nas medidas consideradas politicamente oportunas por parte do país para se apropriar delas e as executar, mas apenas na medida em que estas não colidiam com o poder *de facto* de quem beneficia mais com a instabilidade. Por outro lado, existiu uma competição entre atores e uma sobreposição de tarefas entre eles, conforme analisaremos no ponto destinado a verificar o papel da União Europeia (Gomes, 2009:28), que prejudicou o bom curso de algumas reformas sucedidas em especial no que toca a aplicação das sanções de forma desfasada da posição das Nações Unidas. Dois outros aspectos se tornam relevantes para identificar

algumas debilidades no papel das organizações internacionais. O primeiro reside no conhecimento cultural e político que as organizações internacionais têm do país e o segundo, conforme já referenciámos, assenta nos constrangimentos orçamentais (Roque, 2009:13; Gomes, 2009: 27).

Após esta análise, constatamos que a execução do Enquadramento de Construção da Paz na Guiné Bissau pela Comissão de Construção da Paz da ONU, constitui um valor acrescentado, em especial na forma como reforça a inclusão de aspectos politicamente relevantes e planifica um processo politicamente ideal, configurando os aspectos mais relevantes para uma verdadeira consolidação da paz e de promoção do desenvolvimento. No entanto, o Estado em questão tem demasiadas debilidades que tornam muito difícil qualquer alteração das estruturas de governação. A falta de estruturas, a má governação e a inexistência de financiamento capaz de por em marcha toda a missão, tornaram muito difícil a sua execução. Por outro lado, a resistência das forças que queriam manter o *status quo*, ou seja as forças que dominam a criminalidade e que são as faces visíveis da economia de guerra, apenas deixaram que fosse alterado o país “legal”, através da aprovação pelo parlamento de algumas leis, mas não deixaram desenvolver os mecanismos de aplicação dessas leis e continuaram a manter a instabilidade que melhor facilita esses negócios, além de terem encontrado outras formas de mobilização do seu poder, em especial com o recurso às cumplicidades étnicas.

3.4. A União Europeia

A União Europeia enquadra a sua política de cooperação com a Guiné Bissau num conjunto alargado de documentos: o Acordo de Cooperação Europa-África, Caraíbas e Pacífico (ACP) também conhecido pelo acordo de Cotonou assinado no ano 2000; a Estratégia Europeia de Segurança adoptada em 2003, que concebe e enquadra a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). Esta estratégia elaborada pelo Alto Representante da UE para a PESC Javier Solana, intitulada “*A Secure Europe in a Better World*” enquadra 5 ameaças principais, a saber: o terrorismo; a proliferação de armas de destruição maciça; os conflitos regionais, os Estados falhados e o crime organizado. A estratégia desenhada para enfrentar estas ameaças assenta em três eixos estratégicos: enfrentar as ameaças,

criar segurança na vizinhança e estabelecer uma ordem mundial propícia ao multilateralismo ativo da UE (Conselho Europeu, 2003:6-8).

Além deste, outros documentos são importantes para enquadrar a participação Europeia em questões de política externa e de cooperação na estabilização da Guiné Bissau. Destaco o artigo 14º do Tratado da UE, que tem em conta as acções comuns dos Estados Membros em matéria de política externa, e o terceiro parágrafo do artigo 25º do mesmo Tratado (União Europeia 2003: 15-19). No ano de 2005, é definido o Conceito da União Europeia para o apoio da Política Europeia de Segurança e Defesa no que concerne o apoio aos processos de RSS. Este documento é construído com base na Estratégia Europeia de Segurança, no *DAC Guidelines reference series "Security System Reform and Governance"*, aprovado pela OCDE, pelas discussões preliminares no Conselho sobre esta matéria, pelo Conceito Europeu para as missões de Estado de Direito na gestão de crises e no Conceito Europeu para as missões de Administração Civil (Conselho da União Europeia, 2005:3).

Este documento define as formas de integração da PCSD na cooperação com países parceiros no processo de RSS, definindo a participação europeia no seu todo e evitando a possível duplicação de tarefas pelo Conselho e pela Comissão. Os princípios diretores desta colaboração são exarados da Estratégia Europeia de Segurança e assentam no primado dos direitos humanos e da boa governação, na prevalência da dimensão política sobre a militar, nas normas democráticas, no respeito pelas liberdades fundamentais, entre outros (*ibidem*). Estes princípios reforçam a dimensão da parceria, o que significa uma abordagem centrada nas necessidades locais e também uma abordagem holística, coordenada com a intervenção de outras estruturas da UE. O documento também reforça a necessidade de criação de um plano prévio elaborado pelos Estados parceiros, que deve incluir os seus planos estratégicos, como por exemplo os planos de redução da pobreza.

Os objetivos definidos neste documento incluem: definir o sector de segurança; definir o possível espectro da atuação da PCSD para o suporte à RSS; propor a integração das iniciativas civis e militares da RSS no âmbito da PCSD e a articulação com outros pilares da acção europeia, além da cooperação com outros parceiros; estabelecer as modalidades de planeamento das actividades de RSS no âmbito da PCSD (Conselho da União Europeia, 2005). Quanto ao primeiro elemento atendemos na definição das estruturas que representam o sistema de segurança:

- Sistema de segurança – definido como todas as instituições e entidades responsáveis por assegurar a segurança dos Estados e das suas populações;
- Grupo de actores de segurança incluindo as instituições de suporte legislativo – Forças armadas, polícias, gendarmarias, forças paramilitares, guardas presidenciais, serviços de inteligência, guarda costeira, guarda de fronteira, serviços alfandegários, reservistas ou unidades de segurança locais;
- Gestão da segurança e órgãos de supervisão – parlamento (poder legislativo), governo (poder executivo), incluindo o Ministério da Defesa, Interior, Negócios Estrangeiros, órgãos consultivos de Segurança Nacional, autoridades tradicionais, órgãos de gestão financeira, sociedade civil incluindo os *media*, académicos e organizações não-governamentais;
- Instituições de Justiça – Ministério da Justiça, prisões, investigação criminal e Ministério Público, tribunais, serviços de implementação da justiça, outros sistemas tradicionais e de direito consuetudinário, comissões de direitos humanos, provedores de justiça, etc.;
- Forças de segurança não estatutárias – Exércitos de libertação, exércitos de guerrilha, unidades de guarda-costas privados, companhias de segurança privada, etc.;
- Reforma do sector de segurança significa transformar o sistema de segurança que inclui todos estes actores, o seu papel, acções e responsabilidades trabalhando em conjunto para gerir o sistema agindo de acordo com os princípios democráticos e de boa governação contribuindo para o bom funcionamento do setor da segurança.

No que diz respeito ao segundo ponto da reforma do sector de segurança o documento afirma que a RSS pode constituir um elemento útil para prevenir os conflitos nos Estados frágeis, nas reformas em Estados mais estáveis e para garantir a estabilidade regional.

A PCSD apoia a RSS através de vários instrumentos que, em coordenação, podem beneficiar estas ações, podendo ter, em contexto de crises, missões civis e militares com ações de prevenção de conflitos e de gestão de crises. A participação em iniciativas civis pode ser enquadrada no âmbito da RSS, já que estas ações podem concorrer para o objetivo último de construir um sistema de segurança que proteja os indivíduos e que torne as instituições sustentáveis, através da supervisão democrática, da transparência, da prestação de contas de acordo com os valores e as normas do sistema internacional (*ibidem*).

No plano das ações, elas traduzem-se da seguinte forma: apoiar a reforma do sector da defesa e das FA, incluindo as necessidades das estruturas não estatutárias; suportar a reforma do sector da polícia, incluindo as relevantes estruturas não estatutárias; apoiar o fortalecimento do sector da Justiça e do Estado de Direito na reforma do sector da segurança; apoiar o fortalecimento da política de fronteiras e alfandegária; apoiar a reforma do sector financeiro e orçamental nos aspectos relacionados com o sector de segurança; prestar um apoio geral de forma abrangente ao funcionamento do governo; apoiar o desarmamento, a desmobilização e a reintegração dos combatentes. Estas possibilidades de apoio têm um elevado leque de modalidades

concretas que podem ser integradas em cada um destes eixos. No que diz respeito aos passos futuros o documento indica a necessidade de este conceito ser complementado por um conceito da Comissão sobre a RSS que introduza as atividades relacionadas com o primeiro pilar (mais ligadas à ajuda ao desenvolvimento, acção humanitária e política comercial, entre outras).

Para o efeito, em 2006, na sua comunicação intitulada “Um conceito para a Comunidade Europeia apoiar a reforma do sector de segurança”, a Comissão Europeia alinha um conjunto de valores e objectivos que devem nortear a intervenção europeia na RSS, nesta perspetiva integrada e coerente da acção europeia. No que diz respeito aos valores o documento destaca o seguinte:

A acção externa da União Europeia reforça a sua identidade enquanto actor global e um parceiro na promoção dos valores comuns, nomeadamente: o respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais, pela paz, democracia, boa governança, igualdade de género, o Estado de Direito, a solidariedade e a justiça, incluindo a área da reforma do sector de segurança, prevenção e resolução de conflitos violentos, o combate ao terrorismo e o combate à fragilidade dos Estados, são parte dos esforços da União Europeia para erradicar a pobreza e a insegurança, e apoiar o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o desenvolvimento sustentável e a segurança global. (Comissão Europeia, 2006:4)

O documento sobre a Reforma do Sector de Segurança da Comissão Europeia destaca a natureza multissetorial da natureza do sistema de segurança, constituindo esta multissetorialidade um aspeto importante na prevenção de conflitos, na construção da paz, na democratização e no desenvolvimento (Comissão Europeia, 2006:4). No mesmo documento, é referida a questão de que a RSS implica necessariamente a perspetiva de segurança, mas também se insere numa reforma da governação e das políticas estratégicas do sector público. A RSS deve ser vista como um processo holístico que promove a segurança para todos, assim como atenua fragilidades relativas à governação. Esta perspectiva concebe a dimensão de segurança integrada numa estratégia de reforma do setor público que deve contribuir para o desenvolvimento no longo prazo com uma forte apropriação *nacional (ibidem)*. O destaque político dado às várias dimensões de segurança é bastante claro no documento, incluindo a noção de Segurança Humana. Esta noção exprime uma noção holística da segurança centrando-se particularmente nas vulnerabilidades individuais (*freedom from want, freedom from fear, and freedom to take action on one's own behalf*) (UN, 2005). Esta noção privilegia a segurança das pessoas em complementaridade com a segurança do Estado. O conceito da Comissão Europeia tem como objetivo contribuir explicitamente para o fortalecimento da boa

governança, da democracia, do Estado de Direito, da protecção dos direitos humanos, e a utilização eficiente dos recursos públicos. A este respeito, a supervisão e o controlo civil e parlamentar são aspectos essenciais da RSS (Comissão Europeia, 2006).

É interessante verificar que apesar de mencionados no documento da Comissão Europeia, os aspectos relacionados com o desenvolvimento estão disseminados de uma forma um pouco vaga no que deverá ser a acção governamental dos vários Ministérios. Refere-se também a possível participação das ONG e das autoridades tradicionais, o que de certa forma destaca os mecanismos tradicionais de justiça e as dimensões antropológicas que se consideram para efeitos da RSS. A referência ao direito consuetudinário e à justiça tradicional é um sinal forte de que as realidades concretas do país parceiro são tidas em conta.

No documento analisado estão também sublinhadas as características específicas da Comissão Europeia enquanto actor internacional destacando-se o seu carácter supranacional; o alcance da sua atuação pode ser superior ao dos países que agem individualmente. O alcance global da Comissão Europeia que lhe permite atuar em várias regiões do mundo em processos de longo prazo, de forma sistemática e integrada e em coordenação com outras políticas relacionadas com o desenvolvimento (*Ibidem*: 8).

Um outro documento enquadrador das relações entre a União Europeia e a Guiné Bissau é o Acordo de Cotonou, assinado no ano de 2000, e pela Parceria Estratégica União Europeia-África assinada em 2007. Do enquadramento desta nova relação, resultado da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que decorreu em Lisboa no mesmo ano, destaca-se já um compromisso conjunto da cooperação no âmbito da consolidação da paz. Para o efeito, a declaração final da cimeira diz o seguinte:

We will develop this partnership of equals, based on the effective engagement of our societies, in order to achieve significant results in our fundamental commitments, namely: the attainment of the Millennium Development Goals; the establishment of a robust peace and security architecture in Africa; the strengthening of investment, growth and prosperity through regional integration and closer economic ties; the promotion of good governance and human rights; and the creation of opportunities for shaping global governance in an open and multilateral framework. (Conselho da União Europeia, 2007:2)

Esta declaração explicita a vontade política de estabelecer um mandato para o aprofundamento de relações de cooperação efectiva para a promoção da paz e do desenvolvimento. Esta referência na declaração final da Cimeira reforçou o processo de

construção de uma Estratégia conjunta EU-África. Se no passado, a relação de cooperação foi estabelecida na perspectiva da estratégia da União Europeia para África, esta Cimeira inaugurou a construção de uma estratégia conjunta, o que constituiu um aspeto inovador nessa relação. Desta estratégia conjunta destacam-se os seguintes objetivos no plano do enquadramento da parceria:

The four main objectives of this long-term strategic partnership set the comprehensive framework within which specific strategies will have to be put in place in the following areas: (a) peace and security, (b) governance and human rights, (c) trade and regional integration and (d) key development issues [...] In the implementation of this new partnership, the principle of policy coherence for development will be applied by both African and EU partners by identifying and promoting interactions and positive complementarities between sectorial policies and strategies, while ensuring that measures taken in one policy area do not undermine results in other areas. (Estratégia Conjunta UE-África, 2007:4)

Esta perspectiva de uma intervenção holística e integrada insere-se no enquadramento teórico desta dissertação que preconiza que os conflitos têm causas estruturais e que é fundamental analisar essas causas para a sua resolução. A estratégia conjunta Europa-África, sobre o processo da construção da paz, refere elementos fundamentais a ter em conta. O primeiro prende-se com a elaboração de um Conceito Europeu para o Fortalecimento das Capacidades Africanas para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (*Ibidem*), o segundo com as partes relevantes do enquadramento político conjunto para a RSS e, por fim, o Conceito Europeu sobre Desarmamento, Desmobilização e Integração a partir das aprendizagens do *African peace facility*. Outro aspecto relevante refere-se ao reforço das capacidades e do financiamento aos mecanismos regionais de prevenção, gestão e resolução de conflitos no que diz respeito à gestão civil das crises e da reconstrução e desenvolvimento pós-conflito.

O apoio demonstrado pela Europa na mobilização de fundos para África e para o estabelecimento, no âmbito do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas, de um mecanismo de sustentabilidade financeira para as operações de manutenção de paz pela União Africana, ou sob a sua autoridade com o consentimento do Conselho de Segurança da ONU, assume motivo de destaque neste documento. O envolvimento da sociedade civil nesta parceria traduz-se em ações transversais das quais destacamos a implementação das Resoluções 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança e a Resolução 1612 sobre Crianças e Conflitos Armados.

A consolidação desta estratégia UE-África introduziu novos preceitos na relação entre os dois continentes. Além do fomento da cooperação regional e do apoio ao

desenvolvimento de capacidades através da aposta na apropriação local, consolidou-se uma cooperação direcionada para as prioridades definidas pelos receptores, o que melhora o alcance dos objectivos a atingir. Outra perspectiva relevante está no facto desta cooperação não se centrar apenas na resolução de conflitos (perspectiva mais realista da paz e dos conflitos) mas procurar ir à origem dos problemas. Daí resulta a centralidade das questões do desenvolvimento económico e social considerado como constituindo a base estrutural da promoção da paz e do desenvolvimento.

A participação europeia no processo de RSS na Guiné Bissau, através de uma missão PCSD está enquadrada pela decisão de acção conjunta de 12 Fevereiro de 2008 (Council Joint Action 2008/112/CFSP). O documento em anexo 7 descreve todo o enquadramento da missão. Esta decisão do Conselho é a resposta a um pedido oficial específico do Governo da Guiné Bissau, expresso no DERMSDN, a que esta responde através de uma Missão de Aconselhamento e Assistência à RSS na Guiné Bissau, que se passou a denominar *EU Security Sector Reform Guiné Bissau (EUSSR)*. A missão foi elaborada de acordo com as premissas previamente descritas relativamente à contribuição da PCSD para estas matérias, mas também no seu enquadramento relacionado com a participação da Comissão Europeia. Foi elaborada uma visita de *fact finding* e foi desenvolvido o conceito EURSS Guiné Bissau. A missão foi para o terreno a 1 de Junho de 2009, sob a coordenação do General espanhol Juan Esteban Verastegui, substituído posteriormente pelo Coronel português Fernando Afonso.

A missão forneceu aconselhamento ao país para executar a RSS aprovada pela Assembleia Nacional Popular, a 23 de Janeiro de 2008. A análise política do mandato da Missão remete-nos para uma série de conclusões relativamente à sua eficiência e aos seus resultados. Para o efeito, pode concluir-se que tecnicamente a missão cumpriu alguns dos seus objectivos, entre os quais destacamos, o auxílio ao Governo da Guiné Bissau na adoção de vários documentos e leis no domínio militar e policial e também no quadro do Ministério Público. Entre estes documentos destacamos a criação de uma base legal para o enquadramento do funcionamento das FA e de segurança e a definição das suas futuras estruturas; o restabelecimento das relações entre a polícia judiciária e a Interpol; o projeto para o desenvolvimento da Guarda Nacional; a revisão da lei orgânica do Ministério Público e o Estatuto da Magistratura Judicial. O pacote legislativo relativo à RSS foi aprovado em maio de 2010 pelo Parlamento, e incluiu a

Lei Orgânica da Guarda Nacional, da Polícia de Segurança Pública e a Lei de Bases das Forças Armadas (União Europeia, 2010:1-2).

No que diz respeito ao país, à degradação da situação económica, social e política, foi agudizada pelo aumento do tráfico de droga. Este processo teve impacto no processo da reforma, uma vez, que a ele tem estado associados militares, conforme verificamos no capítulo anterior. Neste sentido importa reflectir esta dimensão no enquadramento da Missão UE RSS Guiné Bissau. Segundo Bloching (2010:2) “[t]he progress of the mission heavily depends on the willingness of the local authorities to cooperate”. O autor refere ainda o seguinte:

As many political players in Guinea Bissau profit from the drug trade which is made possible by the weakness of the law enforcement agencies, their interest in reforming the justice and security sector is understandably weak. In addition, due to the weakness of the political authorities and the strong influence of the military in Guinea Bissau, reform of the army, which is synonymous of a loss of power in practice, cannot be assured as implementation can effectively be forestalled by influential army figures and their supporters in the government. (*Ibidem*).

Este argumento é suportado por Gomes (2009:27), quando refere que,

[e]ste problema, relativamente recente surge em resultado da existência de condições favoráveis: a localização, a dispersão territorial, as dificuldades económicas, a incapacidade das forças de segurança e da justiça de prevenir ou combater eficazmente as redes que se têm instalado no país. A designação da Guiné Bissau como um narco estado começa a ser recorrente no seio da comunidade internacional, sendo frequentes os rumores de intervenção, em maior ou menos escala, por acção ou por omissão, de pessoas ligadas ao exercício de poder. Como tal, o narcotráfico, dados os proveitos económicos inatingíveis de outra forma, pode ampliar a instabilidade político-militar e constituir uma barreira a RSS.

O tráfico de droga movimenta valores de grande dimensão e estima-se, no caso da Guiné Bissau, que só o valor de uma apreensão no ano de 2007 correspondia a cerca de 54 milhões de USD (ONU, 2007). Deste número podemos deduzir os valores que envolvem o tráfico internacional de estupefacientes na Guiné Bissau e a sua repercussão social. A partir deste número contrasta com os cerca de 7 milhões de Euros da EUSSR Guiné Bissau. A discrepância entre este valor requer uma análise mais aprofundada dos problemas com que se debate a Guiné Bissau e uma avaliação da realização à dos objetivos propostos pela UE na sua intervenção na Guiné Bissau.

Torna-se evidente que a vontade do Estado constitui um factor determinante num processo de reforma. Considerando que no sistema democrático existe uma subordinação do poder político ao poder militar, no caso específico da Guiné Bissau esta questão exige outras reflexões ligadas à simultânea existência de estruturas aparentemente democráticas, com uma constituição, um parlamento, um governo,

órgãos de justiça e separação de poderes, mas o poder de fato reside nos militares e nas suas ligações ao conjunto da sociedade, influenciando a decisão política. O mandato da EUSSR Guiné Bissau é claro: a União Europeia auxilia o estado parceiro na reforma do sector, de acordo com as prioridades definidas pelo poder democraticamente eleito. No entanto essa reforma tem, entre os seus objetivos, a redução da influencia do poder dos militares que representam o poder de facto o que, em Estados frágeis, falhados ou colapsados, representa um *stakeholder* fundamental.

Como é que a União Europeia faz o balanço da sua intervenção? Como é que esta acção pode ser analisada no plano da transformação, quando o poder real, o que se quer manter inamovível, o que quer conservar e não está interessado nesta intervenção? Esta realidade é ilustrada pela análise do Tenente Coronel Garrido Gomes que participou na missão:

São claros os esforços da comunidade internacional em preparar o terreno para a implementação da RSS, através de pacotes legislativos e outros elementos essenciais ao funcionamento das instituições, é também verdade que a sua aplicação prática é praticamente inexistente. Até agora não se iniciou de facto a implementação da reforma. Os obstáculos à sua implementação encontram-se a vários níveis, desde os constrangimentos financeiros, físicos e estruturais ligados com a fragilidade do Estado, aos problemas de actuação da comunidade internacional até ao nível dos conceitos e da própria concepção da RSS. (Gomes, 2009:26)

3.4.1. Análise crítica da abordagem da UE à RSS na Guiné Bissau

Descrevemos no capítulo anterior as várias situações de instabilidade provocadas pelos militares em diferentes circunstâncias históricas da Guiné Bissau, essa mesma instabilidade conduziu à fragilização do sistema político e consubstanciou-se em sucessivos golpes de Estado e num crescente poder da estrutura militar no condicionamento da vida política. Partindo da análise do documento que enquadra a missão europeia verificamos que os objectivos políticos de redução da estrutura militar e da reforma do sector da justiça eram tidos como fundamentais na proposta elaborada pelo Governo guineense para o Plano da Reforma. Verificamos também que, de facto, a intervenção foi satisfatória no plano legal, mas não no que concerne à transformação real, uma vez que o âmago da instabilidade está na estrutura do exército que não aceita a perda de poder:

[o] contexto da Guine Bissau é, como foi explicado, de grande instabilidade política, com relações muito complexas entre o sector político e o sector militar. Não havendo um centro de poder, mas vários, significa que é difícil aferir a questão da vontade política. Embora haja muitas facções que apoiam a reforma, na prática, não há empenho necessário para

promover tanto ao nível do governo e dos vários ministérios como ao nível das estruturas estabelecidas para a sua implementação. A falta de vontade política junta-se a resistência das forças de defesa e segurança que vêem a reforma como uma ameaça. Os conflitos entre várias forças de segurança que não têm missões bem definidas são regulares denotando uma luta de poder entre elas. A RSS significa para muitos destes actores uma perda de poder. Este problema agrava-se perante Governos de transição e cumulativamente ao ambiente de grande instabilidade política e debilidade económica, a falta de unidade e peso político necessários e a capacidade legislativa para levar por diante um processo tão difícil, moroso que conta com resistências e dúvidas de muitos membros de instituições envolvidas” (Gomes, 2009:26-27).

A Estratégia Europeia de Segurança considera a questão dos Estados falhados e a questão da criminalidade internacional como motivos de preocupação para a União Europeia. Quando analisamos os objectivos da EUSSR Guiné Bissau verificamos que esta missão age em coerência e complementaridade com a Comissão Europeia. Contudo, observamos também que o tráfico de droga, a fragilidade do Estado e o excessivo poder dos militares, tem tornado a Guiné Bissau um oásis para grupos terroristas, nomeadamente o Hezbolla ou a Al Qaeda do Magreb Islâmico (Keating, 2013).

A atuação da EU, devido às restrições dos princípios da soberania inscritos na Carta das Nações Unidas e dos princípios do Direito Internacional, rege as suas relações com Estados parceiros na base do respeito pelas instituições nacionais. Contudo, há uma questão que se coloca: para quê fazer a RSS se o poder de facto dos países não quer mudar? Esta pergunta origina outra questão: Como é que se pode intervir num Estado a seu pedido mediante um conjunto de condições prévias, se essas mesmas condições não podem ser cumpridas devido a elementos perturbadores que decorrem da própria situação fragilidade? Por outro lado, a não intervenção pode concorrer para a manutenção da situação de fragilidade que, por sinal, poderá contribuir para o financiamento da criminalidade transcontinental, através do tráfico de estupefacientes e do fomento do financiamento das redes terroristas. Serão estas contradições insanáveis? Que lições podemos obter daqui?

Um processo bem preparado cujo objectivo principal é reduzir, modernizar e transformar as FA é, como referimos, impedido pelas mesmas FA que mantêm o poder, para continuarem a influenciar o poder político e para, usufruírem privilégios. A interrogação fundamental é a seguinte: que metodologia teria de ser utilizada para que a missão fosse bem-sucedida? Que possibilidades tem a UE para intervir nestes cenários? Será suficiente o *soft power* exercendo pressão sobre o parceiro a partir de sanções? Que influência tem as sanções na mudança real da situação política? Torna-se evidente que,

neste caso concreto, a questão financeira é crucial e que se trata de uma competição muito difícil entre os números do tráfico de droga e os números da cooperação internacional. Segundo Bloching (2010:2) “in order to induce army members to cede power in a real and sustained reform effort, these individuals must be given sufficient positives incentives. It has often been noticed that the political as well as military elite in the country profits from the drug trade”.

No âmbito da pergunta inicial desta dissertação, torna-se evidente que as medidas macro propostas pela UE serviram para responder aos desígnios e às possibilidades do mandato político. No entanto, surgem muitos silêncios em relação a questões de fundo que condicionam uma verdadeira RSS na Guiné Bissau. Como vimos, a dimensão étnica tem sido muito importante na configuração do poder no aparelho militar guineense. Conforme verificámos no capítulo anterior, o recurso à pretensa étnica tem crescido progressivamente no discurso e na prática das promoções nas chefias das FA. Reformar as FA significa também abordar esta questão e garantir uma representatividade equitativa de todos os grupos étnicos na liderança da estrutura militar.

Conforme é referido verifica-se simultaneamente quer dimensão disfuncional da estrutura militar, quer um desequilíbrio interno de poder, que é dominado pela tomada de poder de oficiais de Balantas. Podemos então afirmar que há quem ganhe e quem perca com a reforma das FA, o que, aliado aos negócios ilícitos condiciona, a manutenção do poder interna e inibe a possibilidade de transformação. A existência de várias cumplicidades étnicas na estrutura das FA contribui para a etnicização dos lucros ilícitos, e para a etnicização da política nacional da Guiné Bissau através das ligações estreitas com o poder político. Mantêm-se lealdades e perpetua-se o poder através do artifício de “criar um inimigo externo”.

Analisando com maior minúcia o mandato, concluímos que o mesmo está organizado para ser eficaz em sistemas que funcionem, ou seja, em países onde existam as bases mínimas de um Estado de Direito, mas apresenta grandes fragilidades instrumentais para ser aplicado em Estados falhados ou com grandes disfuncionalidades. Salientamos no capítulo anterior que a questão étnica foi sempre utilizada pela classe política como forma de justificar as sucessivas ascensões ao poder. A sobreposição do poder militar em relação ao político, e a influência que progressivamente os militares foram adquirindo sobre a sociedade, originou uma forma

de dominação ligada ao historicismo das injustiças e à sucessiva perseguição que uns grupos tiveram em detrimento dos outros. A estratégia, o discurso e a prática da dominação com base nas lealdades étnicas é uma das causas da manutenção do poder na estrutura das FA. Por isso se pergunta porque é que a UE, no seu quadro de análise e de intervenção, não tem em linha de contas estas premissas.

Tendo como pano de fundo a intervenção relativa aos Estados frágeis e às condicionantes do mandato, interrogamo-nos sobre o seguinte: o funcionamento destas missões será eficaz partindo do pressuposto de que as condicionalidades são medidas de *soft politics*, onde apenas as sanções e algumas medidas de isolamento internacional estão previstas? Analisando o que se passou na Guiné Bissau concluímos que, além de não conseguir levar a cabo a implementação das reformas, as sanções acabam por alcançar o objectivo precisamente contrário ao da missão. Vejamos o que nos diz Bello (2012:1)

Sanctions produced perverse effects including eroding EU reform influence in critical areas. In late 2010, the EU withdrew its modestly successful SSR mission to the country soon followed by the suspension of all non-allocated aid. The funding freeze (excluding humanitarian support) totaled 120 Million € under the 10th European Development Fund (EDF). The ensuing dialogue has failed to improve governance blockages and a narco trafficking problem seems as a potential elixir to organize crime and terrorism in the Sahel region.

A instabilidade política conduziu à conclusão da missão devido ao não cumprimento de alguns requisitos fundamentais. A retirada da missão da UE surge por causa de um conjunto de assassinatos sem explicação e sem condenados, o que a levou a aplicar o artigo 96º do acordo de Cotonou, que estipula que se realizem consultas entre as partes, no caso de violações de direitos humanos, desrespeito pelo Estado de Direito e princípios democráticos (União Europeia, 2000). Como resultado destas consultas, a UE suspendeu o apoio dado à Guiné Bissau e deu por concluída a EUSSR Guiné Bissau, sublinhando que “[a]lthough the mission has achieved significant results, political instability and the lack of respect for the rule of law in the country make it possible for the EU to deploy a follow up mission, as originally foreseen, without compromise its own principles” (Conselho da União Europeia, 2010).

Após ter dado por terminada a missão e de ter suspenso a missão prevista de continuação, a UE ainda utilizou o instrumento da suspensão da ajuda financeira. Trata-se de um instrumento fundamental, uma vez que tem consequência direta no orçamento do país que vive sobretudo da ajuda internacional. Este processo foi acelerado pela

nomeação de António Indjai como CEMGFA e pela nomeação de Bubo Na Tchuto como Vice-CMGFA. A UE, no que diz respeito à nomeação de Bubo Na Tchuto, diz o seguinte: “[t]his decision constitutes a further setback to good governance in Guinea Bissau, shows a further militarization of politics in the country, and could entail negative consequences in the country relationship with the EU as it engages in a review of its overall engagement with Guinea Bissau” (Conselho da União Europeia, 2010: 1).

Estas duas pessoas influenciaram diretamente muitos dos acontecimentos políticos ocorridos na Guiné Bissau, os seus nomes são correntemente citados em várias fontes como presumíveis traficantes de droga. Bubo Na Tchuto acabou por ser detido em Abril deste ano, numa detenção efectuada pela DEA (*Drug Enforcement Agency*) dos Estados Unidos da América que o capturou numa operação montada em águas internacionais (Público, 2013). De facto, a UE coloca a pressão junto das autoridades guineenses, considerando que não estão reunidos os princípios necessários e assumindo a questão desta polémica nomeação como condicionante dos princípios da boa governação. São as próprias relações entre a Guiné Bissau e a UE que são postas em causa.

Em Janeiro de 2011 a União Europeia viria a suspender a cooperação bilateral, assim como um pacote financeiro no montante de 110 milhões de Euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento que representava uma parcela importante do orçamento de Estado guineense. As consultas haveriam de ser reabertas e a União Europeia, em Julho de 2011, reconheceu o esforço do governo guineense e anunciou o regresso a uma cooperação de forma gradual. O resultado prático das sanções apenas fortaleceu os militares que avançaram os seus interesses e reforçaram o seu peso político. O resultado final saldou-se num aumento das infiltrações terroristas e no *spill over* das razões da instabilidade que residem nas economias de guerra que beneficiam do falhanço do Estado, a corrupção endémica e a ingovernabilidade. Este argumento é corroborado por Bello (2012:2):

[a] short-termist and events driven EU approach failed to generate policy traction or sustained impact. The commencement of the PC foreclosed opportunities for the EU to incentivise even modest government improvements. Moreover, the removal of EU budget support weakened civilian actors when they were most in need of external aid. Meanwhile, military actors buoyed by illicit wealth – were partially immune from the direct pressure of sanctions. This explains the lack of progress in military reform despite tough EU sanctions.

Esta política de sanções lança outras reflexões no quadro das perspetivas europeias de cooperação para o desenvolvimento e de segurança. O conceito de

participação da Comissão Europeia na RSS é claro no que diz respeito às questões relacionadas com a segurança humana, sabemos que o combate à insegurança na perspectiva dos princípios da segurança humana é subjacente ao desenvolvimento económico e social e ao combate às vulnerabilidades humanas. Na análise da situação da Guiné Bissau sabemos que quando o poder político está refém do poder militar torna-se difícil não acatar as suas decisões. A nomeação de Indjai e Na Tchuto evidencia isso mesmo. A incapacidade da UE em considerar esta realidade e a suspensão da ajuda no âmbito do Fundo Europeu para o Desenvolvimento tornou ainda mais vulnerável o Estado guineense e as suas populações beneficiando os perpetuadores da instabilidade.

Em suma, os mecanismos políticos ao dispor da UE são frágeis para intervir neste tipo de circunstâncias, uma vez que os seus instrumentos não permitem de facto concretizar a transformação da realidade dos Estados parceiros. A avaliação desta missão é positiva, na medida em que se procedeu a um mapeamento da situação atual das FA, houve um pacote legislativo que foi aprovado e um marco conceptual que foi definido através do trabalho realizado. No entanto, a missão da UE ficou presa às suas próprias limitações. Tal decorre do facto de o mandato ter sido elaborado a partir de um marco concetual que assenta nos princípios básicos de funcionamento da UE, incluindo o primado dos direitos humanos, do Estado de a protecção de direitos liberdades e garantias. Contudo, na relação com Estados terceiros, dependentes dessa cooperação para assegurarem a sua sobrevivência e para se libertarem dos fatores internos que condicionam essa falência, mas que não funcionam de acordo com os princípios do Estado de direito, a forma de intervenção da União Europeia deveria ser repensada. Isso é particularmente importante no que diz respeito a missões que intervêm sobre pilares determinantes da soberania. O facto de a intervenção da UE ter sido feita a partir do pedido e das necessidades identificadas pelo Estado parceiro, mas com as idiossincrasias de um Estado onde reina a corrupção e o nepotismo, fez com que a parceria nem sempre tenha tido bons interlocutores para a sua execução. Outro aspecto pouco conseguido nesta missão foi a articulação com a missão das Nações Unidas na Guiné Bissau ou as instituições do Banco Mundial.⁴

⁴ Bello (2012:2) refere que “[...] on the ground, the EU practice of multilateralism in Guinea Bissau has been perfunctory and fraught. Actors including the IMF and the World Bank notably continued support for the government in the aftermath of EU withdrawal. Meanwhile emerging reform actors like the regional Economic Community of West African States (ECOWAS) and the community of Portuguese

De facto, torna-se interessante entender esta articulação, pois se a UE foi lesta em encerrar as portas à cooperação por questões de natureza política, aplicando sanções e suspendendo a ajuda ao desenvolvimento, houve outras abordagens por parte de diferentes organizações internacionais. Segundo Seabra (2011:15) “when compared to similar interventions by other actors, divergences in terms of coordinated responses are easily discernible”. O autor destaca a intervenção do FMI que dita a sua intervenção apenas na lógica da performance económica do país e refere também os acontecimentos de 15 a 18 de Abril, sublinhando que “the recent pronouncements by the president [Malam Bacai Sanha] reiterating his determination to preserve the democratic institutions and to move the country toward greater stability bodies well for the future” (Seabra, 2011:16).

A abordagem do FMI sobre o mesmo assunto é bem mais positiva e releva o predomínio da dimensão política sobre a militar no reforço ao papel institucional do Presidente da República. O FMI não só reforçou a confiança no Estado como aprovou um pacote financeiro de 33 milhões de USD através da ECF (*Extended Credit Facility*), ao qual adicionou 1,5 milhões de USD do IHPC (*Interim Heavily Indebt Poor Countries*). Apesar deste reforço, o FMI não deixou de informar o estado guineense da necessidade de promover uma maior estabilidade política, uma governação efectiva e a necessidade de compromisso em relação às reformas como factor essencial para o sucesso do programa e para um maior envolvimento dos doadores (Seabra,2011,16). O Banco Mundial acabou por perdoar cerca de 1,2 milhões em dívida com o argumento que a Guiné Bissau procedeu de forma positiva a algumas reformas estruturais onde destacam a desmobilização de antigos combatentes. Segundo o autor, [t]here is great momentum of hope and we urge the authorities and the people of Guinea Bissau to protect it and use it for further progress in terms of political stability and the rule of law, and break the vicious circle of economic and social degradation, political instability, and institutional destruction” (Seabra,2011:16).

Comprovamos desta maneira duas formas de intervir sobre os mesmos acontecimentos o que, de facto, colide com os princípios da gestão partilhada dos

speaking countries chaired by Angola took more pragmatic stances. Unsurprisingly many reform pledges extracted from the civilian administration through article 96 consultation remained unfulfilled even as EU leverage waned. EU-UN rivalry and poor management of policy differences fed a fragmented international agenda. UN officials warned repeatedly in the lead up to the PC of the need to break the face off dynamics putting the EU against Guinea Bissau officials”

processos políticos inscritos nos princípios do conceito PESD para a RSS. Neste conceito é clara a necessidade de articulação com as Nações Unidas que, em último caso, é quem tem, ao abrigo da aplicação da Carta das Nações Unidas, em especial do capítulo VII, a possibilidade de intervenção quando se coloca em causa a paz e a segurança, bem como a aplicação do capítulo VIII da Carta, que articula a intervenção de outros actores regionais nos processos de estabilização e neste caso na RSS da Guiné Bissau.

Quanto ao tema que escolhemos como ângulo de análise desta dissertação parece-nos evidente que a visão da UE assentou em pressupostos racionais e objectivos. No entanto, a subjectividade e a inerente complexidade política deste país exige uma abordagem menos genérica e mais aprofundada. O mandato neste pressuposto é muito amplo e muito vago, assentando a intervenção na ajuda ao desenvolvimento por parte da Comissão Europeia e na missão RSS. Para melhor explicarmos a descoordenação ou a não integração de aspectos relevantes, cito em primeiro lugar Aning (chefe de pesquisa do centro Koffi Anan para as operações de manutenção da paz) e posteriormente Miguel Souza, porta-voz da Comissão Europeia na Guiné Bissau

Mr Aning believes the EU was naive to focus only on Guinea-Bissau. 'There is nothing exceptional about Guinea-Bissau. Senegal, Ghana, Gambia, Nigeria, Togo, Benin and Mali are all under threat by narcotic gangs and [their efforts to] capture the state,' he says. 'We are no longer just a transit [route]. We are now repackaging and there are also some cases of manufacturing.' Mr Aning says the EU needs to develop a broader strategy with the West African regional body, ECOWAS, to fight the illegal drugs trade. The threat to Europe is going to grow if collaborative efforts are not put in place. 'This problem is not going to go away,' he told the BBC. Mr Souza says other international bodies, such as the United Nations, are involved in fighting drug trafficking in the region and it was never the focus of the EU mission in Guinea-Bissau. 'Guinea-Bissau didn't invite us to work in that field. We've been working on security sector reform'. (Choutia: 2010:1)

Denota-se neste documento a falta de ligação entre os diferentes actores, por outro lado o porta-voz da Comissão Europeia lava as mãos do envolvimento da UE no combate ao tráfico de droga que, no nosso entender, constituiu um dos bloqueios mais importantes para uma boa RSS. Logo, estamos em querer que a estanquicidade dos mandatos faz com que, apesar da conceção, prever uma abordagem múltipla da RSS, a execução demonstra uma acção específica e centrada na reforma e não na ultrapassagem das causas que a condicionam. As afirmações do porta-voz da comissão Europeia são disso exemplo.

No entanto, como não é explícito no documento de estratégia nacional, a dimensão étnica, pressupõe-se que a será na execução da perspectiva europeia, na

medida em que a resposta dada sobre a questão do envolvimento europeu no combate ao tráfico de droga, que aliás é uma prioridade na Estratégia Europeia de Segurança, e que consta no Documento Nacional de Estratégia Guineense que deu origem à RSS, é paradigmática na forma como a União Europeia interpreta a sua acção. Estamos em querer que, se no que diz respeito ao tráfico de droga tem esta abordagem, no que concerne à questão étnica, pela sua subjectividade também é invisível.

3.5. Notas conclusivas

Concluimos que a elaboração de uma estratégia de reforma do setor de defesa e de segurança requer, entre outras coisas, uma vontade do país que tem por objetivo efectuar essa reforma. No caso particular da Guiné Bissau, são vários os aspetos que condicionam uma boa execução da reforma. Entre estes aspetos, destaco a capacidade de execução, a sistematização das prioridades, a coordenação, o financiamento, a interdependência e a abrangência do processo. Quando se efetua uma análise sobre a RSS sob o olhar da perspectiva crítica de segurança, analisamos sobretudo os agentes referenciais de insegurança que agem, neste caso específico, sob o guarda-chuva do Estado, mascarados em atores de facto que condicionam a boa execução do processo de reforma. As economias de guerra em Estados frágeis são, por si só, condicionantes do Estado e um fator determinante na tomada de decisão política. Neste tipo de Estados, os representantes políticos muitas vezes não são mais do que agentes da perpetuação das inseguranças, porque ganham com o processo e mantêm a sua dominação.

Quanto à RSS, identificámos algumas debilidades no planeamento nacional do processo e concluimos que o mesmo era omissivo nas questões de género e de direitos humanos. Percebemos, neste contexto, que, no discurso do Estado guineense, a dimensão étnica era irrelevante e constatamos que a mesma dimensão étnica só era focada pelo enquadramento de construção da paz das Nações Unidas. Também constatamos que a participação das organizações internacionais que estudámos foi estabelecida ao abrigo de um “dito” processo de coordenação, que mais não foi do que a extensão das “*ownerships*” internacionais, o que coloca na linha da frente o doador ao invés do recetor. Esta competição entre organizações internacionais constituiu um importante ensinamento em todo este processo, uma vez que se demonstrou que, por vezes, as decisões dos doadores podem ser mais vantajosas para os perpetuadores que para os que querem efectivamente fazer a mudança.

No caso da UE, esta situação é mais do que evidente. Também constatamos que a maioria das medidas poderiam ser a base para a construção de um Estado do tipo ideal, onde tudo funciona, as Leis são cumpridas, os cidadãos são tidos em conta e a separação de poderes é uma clara evidência. No entanto, falamos precisamente do contrário, o país real não funciona, uma parte substancial dos políticos está para se servir ao invés de estar para servir o povo; não existe separação de poderes e mesmo que existam poderes formalmente atribuídos, estes são efetivamente de outros sectores.

Neste particular, o poder na Guiné Bissau foi sempre tomado com o apoio dos militares. Políticos, às vezes bem-intencionados, mas na maioria das vezes mal-intencionados, usaram os militares para seu próprio proveito. Esta situação é clara com Nino Vieira, com Kumba Yalá, com Carlos Gomes Júnior, que, a espaços, fizeram o poder da pólvora mais forte que o do voto. Esta situação fez com que, ao longo dos anos, a afirmação de poder por parte dos militares fosse cada vez mais forte. A anarquia reinante fruto de permanentes instabilidades políticas, mau desempenho económico, entre outros aspetos, criou um terreno óptimo para a instalação de economias de guerra, de tráfico de droga e de armas. Esta situação é bem mais proveitosa em situações de instabilidade política, económica e social e em situações onde é fácil corromper, comprar e matar em situação de total impunidade, do que num sistema que funcione, com regras e leis.

Conforme verificamos, para que uma reforma das FA possa ser eficaz é necessário muito dinheiro, é fundamental uma dotação financeira séria e um comprometimento com a comunidade internacional que tenha em conta que o adensar da instabilidade neste país, pode por em causa a estabilidade global, uma vez que é cada vez mais claro que a Guiné serve de base logística para as operações financeiras de grupos terroristas, onde se destacam o Hezbollah e a Al Qaeda do Magreb Islâmico. Conforme verificamos, estas novas situações podem por em causa a estabilidade dos países doadores, em especial da UE, conforme pudemos verificar que já consta das suas preocupações inscritas na Estratégia Europeia de Segurança. Quanto à pergunta de partida que efetuamos no início desta dissertação, torna-se cada vez mais evidente que o discurso da etnicidade, nada mais representa do que mais um dos processos importantes para a manutenção do *status quo* por parte das estruturas que querem manter o seu poder com vista à manutenção dos seus centros de interesse. Parece-nos óbvio que esta dimensão pode assumir contornos mais complexos se a reforma das FA e de segurança

não for efectuada. Para o efeito, note-se a intervenção proferida recentemente pelo Chefe de Estado-maior General das FA.

Para concluir, importa dizer que para um combate eficaz ao tráfico de droga, é essencial que não se olhe apenas para o tráfico de “farda”, mas também se olhe para a forma como está organizado o sistema financeiro. É hoje claro perceber quem o controla. Num país como a Guiné Bissau, conseguimos encontrar a mesma pessoa como Primeiro-ministro, dono de um banco e sócio na maioria das parcerias público-privadas ou como parte interessada em privatizações ou concessões de recursos naturais. A legitimidade conferida pelo voto, não pode legitimar o usufruto de todos os recursos como se de uma propriedade pessoal se tratasse. Num pequeno país como a Guiné Bissau, onde o número de bancos não chega à dezena, seria interessante verificar como funciona o sistema de lavagem de dinheiro e, como tal, verificar quem beneficia com o dinheiro que circula no tráfico internacional de estupefacientes. Como é óbvio, esta questão, se colocada numa perspetiva mais alargada, poria em causa os ditos mercados para onde circulam os capitais das economias de guerra.

CONCLUSÃO

Esta dissertação teve a seguinte pergunta de partida: Quais os fatores centrais na inclusão/exclusão das questões étnicas na abordagem dos actores internacionais aos processos de reforma do setor de segurança na Guiné Bissau? Para a elaboração desta dissertação, adotamos uma metodologia que permitisse contextualizar a situação atual das FA através de uma análise sobre as várias fases da vida política guineense. Para o efeito, determinamos um quadro teórico que nos permitiu reflectir em torno das várias análises sobre segurança. Escolhemos as perspetivas críticas de segurança uma vez que estas nos permitem analisar as questões de segurança numa perspetiva holística, dando ênfase à reflexão em torno do objecto de segurança, das fontes de insegurança e procura apresentar soluções que incidem sobre o combate às causas das inseguranças.

Esta abordagem foi-nos muito útil no desenvolvimento da dissertação, uma vez que nos colocou sobre uma perspetiva que não residia apenas nas contradições dos litigantes ou nas simples lutas pelo poder, mas transmitiu-nos uma visão aprofundada sobre as contradições económicas, a luta pelo controle dos recursos económicos e a forma como nos permitiu analisar os resultados da parca distribuição dos recursos económicos ao longo da história, como forma condicionante da luta pelo poder e pelo controlo dos recursos. Esta perspetiva crítica permitiu-nos também analisar a história do país. Sobretudo através da análise dos momentos críticos de instabilidade política e militar, numa viagem que passou por dois séculos.

Conseguimos concluir que a etnicidade é uma peça do xadrez político que é sucessivamente utilizada em tempos de instabilidade ou de ambição de controlo político por parte de alguém. Visualizamos essa questão de forma evidente no processo de dominação colonial, em especial nas guerras de pacificação. A cartada étnica foi utilizada pelo colonialismo que, efectuando uma análise das características dos diferentes grupos humanos na Guiné Bissau, percebeu que teria de se aliar com uns, ou com outros, para criar a divisão entre todos. As escolhas recaíram sobre os Fulas, uma vez que eram islamizados e tinham uma estrutura de organização vertical, que garantiria desde logo a subordinação de alguns elementos do grupo sobre outros membros do grupo. A esta perceção, junta-se ainda o “jeito para o negócio” dos Fulas, que se tornou o aliado perfeito para as conquistas. Salienta-se, deste modo, a implementação do sistema capitalista, de mãos dadas, com a política étnica e com a imposição de

impostos. Os ganhos foram vários para o sistema negocial, uma vez que, conseguiu partilhar pequenos ganhos nas conquistas, quer com Fulas, quer com mercenários, na figura do famoso Mamadu Indjai e conseguiu subordinar os povos ao seu poder e domínio.

Conforme referido no capítulo segundo, o sistema ficou estabelecido numa pirâmide onde dominava o homem branco, o mestiço, na maioria das vezes caboverdiano era o gestor intermédio e por fim o negro, Fula, ou islamizado era o “braço forte da lei”, no sentido literal do chicote e da chibata que lhe conferia autoridade sobre os outros no respeito fiel às ordens do homem branco. Desta forma concluímos que o sistema trouxe a força e a violência como forma de manifestação do sistema capitalista dominante que estruturaria a sociedade de forma a conseguir tirar dela os seus maiores lucros.

Um sistema assente nas injustiças é sempre fonte de inseguranças. Normalmente, estas inseguranças são provocadas pelo Estado que deixa de garantir os direitos mínimos de cidadania, num prisma de dignidade humana, social e política, torna-se evidente que, quando um Estado deixa de assegurar os direitos básicos dos indivíduos e os torna vulneráveis, tornam o indivíduo fonte de insegurança. Nesse sentido a produção de inseguranças e os desequilíbrios provocados pelos poderes arbitrários acirram as resistências. Forjaram-se vários movimentos, tendo sido, o PAIGC o movimento mais sólido, quer política, quer militarmente. A construção da identidade nacional formou-se, assim, tendo como base o combate à opressão e ao poder arbitrário. Concluímos desta forma que os preceitos do enquadramento teórico, no que diz respeito às questões da segurança, foram úteis na identificação dos agentes de promoção e de criação de instabilidades na óptica do objeto a segurar e das fontes de insegurança.

A luta armada levada a cabo pelo PAIGC não foi imune às questões étnicas. Conseguimos provar na análise da dissertação que as mesmas tiveram lugar no seio do partido, tendo sido resolvidas de forma exemplar pelo líder fundador do PAIGC Amílcar Cabral. Neste particular, o fomento da politização na formação dos guerrilheiros a partir da resistência cultural, conseguiu alicerçar as bases de uma guerra vitoriosa que conduziu o país à independência. Várias lições se retiram desta abordagem. Em primeiro lugar, o relevante papel da cultura na transformação social, leva-nos a concluir que o trabalho político efectuado pelo PAIGC e a reorganização da

estrutura, com o predomínio dos comissários políticos sobre os militares, além de ter garantido maior eficácia no recrutamento de novos membros e no trabalho junto das populações, diluiu as clivagens étnicas em prol da unidade no partido e na luta. Voltaremos a este argumento no decurso desta conclusão.

A morte de Amílcar Cabral constituiu um rude golpe nas legítimas aspirações do povo da Guiné Bissau e de Cabo Verde. À morte de Amílcar Cabral sucedeu-se a independência. Neste processo, vieram a nu as dificuldades inerentes à pior das pesadas heranças do colonialismo. A falta de preparação dos quadros para a governação, as fragilidades estruturais de um novo país, sem estruturas, sem quadros qualificados e com uma população dividida entre revolucionários e colaboracionistas, onde a única estrutura com organização, funcionamento e preparação era a estrutura militar. O regime de partido único moldou o processo pós-independência. Com base neste regime, o novo Estado pós-colonial significou, uma vez mais, a principal fonte de insegurança, uma vez que não conseguia cumprir as suas funções e, também pelo facto de ser construído por um complexo político e militar que detinha os seu maior inimigo nos ex-combatentes do exército colonial e nas forças políticas que lutavam pela democratização.

A instabilidade económica e política e as perseguições, criaram as condições óptimas para uma sublevação do exército com a tomada do poder de Nino Vieira e a consequente destituição de Luís Cabral. Este processo iniciou uma nova era na produção de inseguranças de forma generalizada no país. Por um lado reforçou o papel dos militares em detrimento dos políticos na vida do país, por outro lado, apesar de ter como objetivo a destituição de um governo, assente na perseguição e na barbárie do governo de Nino Vieira, aumentou a repressão e acentuou a militarização da sociedade guineense. As purgas, intencionadas e assassinatos foram aumentando no país ao ponto de ser ter dado início a uma etnicização da política guineense. Concluimos que o Estado pós-colonial apresentava as mesmas características na perpetuação das injustiças, perseguições e barbáries que tinha o Estado colonial, constituindo-se desta forma como a fonte primária de instabilidade no país.

Os sucessivos acontecimentos provocaram uma ruptura na vida económica e social do país, que se viu obrigado a fazer um plano de ajustamento estrutural, que conduziria o país a uma catástrofe política e social. A degradação da situação económica, aliada a uma política centrada nas elites económicas e da sua clientela,

conduziu o país ao aumento acentuado das assimetrias entre ricos e pobres, ao longo de linhas étnicas, tornando-se esta situação numa nova fonte de insegurança. Ou seja, assistimos à etnicização da política, acompanhada pela degradação das condições económicas alimentadas por uma clientela que, junto do poder, beneficiaria das privatizações e dos poucos recursos públicos para a seu bel-prazer manter a exploração e o controlo do poder. Nesta perspectiva, reforçamos a ideia de que o envolvimento do sistema internacional, com o objetivo de promover a “ajuda” ao país, teve como principal resultado o aumento da instabilidade e das fraturas sociais, tornando-se esta intervenção um factor de produção de inseguranças nas perspectivas críticas de segurança.

De um país economicamente afectado e assente num poder militar, cada vez mais descontente com a degradação das suas condições de vida, passamos para um país onde a corrupção, o abuso de poder e o nepotismo se tinham instalado, permanentemente. Neste cenário, foi organizada uma sublevação militar com o objetivo de lutar contra as arbitrariedades do sistema e contra as falsas acusações de um suposto envolvimento do General Ansumane Mané no tráfico de armas para os rebeldes de Casamança. Uma vez mais, o poder arbitrário, a má governação e o controlo abusivo dos bens públicos representaram a principal fonte de insegurança no país. Os resultados deste conflito foram catastróficos na vida do país, a economia colapsou, as estruturas ficaram irremediavelmente destruídas e o país entrou numa degradação profunda das suas condições económicas e sociais.

Outro resultado importante foi a integração dos elementos da constituída junta militar no exército guineense. Esta integração tornou o exército sobredimensionado para o país e tornou o exército o centro da vida política do país. Em primeiro lugar pelo espaço que foi ganhando nos processos de alteração política e constitucional e por outro pela forma em que os políticos locais se apropriaram da classe castrense para levarem a efeito os seus desígnios. A importância deste fenómeno foi chave no pós-conflito de 1998, uma vez que fez parte da política oficial, a política de graduações de acordo com vontades pessoais, cumplicidades étnicas entre outras. Kumba Yalá utiliza a etnicização no discurso e na prática, promovendo oficiais da sua etnia, nomeando políticos da sua etnia, construindo o poder com base na interpretação simbólica da sua etnia, promovendo, desta forma a sua consolidação do poder.

Concluimos, desta forma, que além de encontrarmos um Estado depauperado, encontramos um processo de politização idêntico ao utilizado pelo colonialismo em que a etnicidade passa a ter contornos de política oficial, para garantir o poder, eliminar inimigos, e criar um conjunto de cumplicidades que permitam a manipulação e o poder. No seguimento da análise do nosso enquadramento teórico, concluimos que as economias de guerra têm a etnicidade como forma de manter o poder e de distribuir os poucos recursos existentes. Assim, para garantir uma sólida liderança política, etnicizaram-se as relações de poder, na mesma lógica de dividir para melhor reinar.

Um dos resultados políticos do conflito de 1998 foi o aumento da participação das organizações internacionais no terreno, com o objetivo de promover a paz e a estabilidade no território. As Nações Unidas elaboraram várias Resoluções no Conselho de Segurança com esse objetivo, a CEDEAO utilizou o seu “braço armado” ECOMOG na Guiné Bissau e a UE continuou como principal doador internacional, fomentando os seus objetivos no âmbito da cooperação internacional. Nesta dissertação avaliamos os compromissos da ONU e da UE na promoção da paz, da estabilidade e do desenvolvimento na Guiné Bissau.

Um dos princípios que orientou estas intervenções foi a apropriação. Entenda-se por este conceito o compromisso estabelecido entre a entidade doadora e a entidade receptora, com a ajuda dada pela entidade doadora coincidir com os objetivos da entidade receptora. Este princípio fez com que o Estado da Guiné Bissau elaborasse um programa nacional de reforma que aqui analisamos. A visão do Estado e das organizações internacionais sobre o processo de reforma das FA e de segurança foi, genericamente, bem desenhado, com uma abordagem sólida, holística e consistente. No entanto, verificámos algumas falhas. A primeira reside na quase ausência da questão étnica, com exceção no enquadramento da RSS da Comissão de Construção da Paz da ONU, sabendo de antemão que a mesma foi sempre uma condicionante importante nos vários momentos de crise económica e de tensão política no país. Por outro lado, salientámos a ausência das questões de género e de direitos humanos na construção da política nacional de reforma das FA e de segurança por parte do governo da Guiné Bissau. Por fim, a duração do mandato da reforma elaborado pela UE, que apenas durou 1 ano.

Estando o mandato das organizações internacionais bem concebidos, na ótica das abordagens de segurança que defendemos nesta dissertação, e havendo um

compromisso das autoridades do país que solicitou a reforma, o que falhou para que a mesma não tivesse sido bem concluída foi uma grande desarticulação entre os parceiros. Um fenómeno fatal para o processo da RSS, ao qual se somou a retirada prematura da UE, que apenas fortaleceu aqueles que se opunham ao processo da reforma, e nada trouxe de novo ao processo, prejudicando-o de certa forma.

Quanto à questão étnica, ao longo da nossa pesquisa percebemos que ela é mais visível em situações de crise económica, como expressão política de quem algo tem a ganhar com a exploração deste processo. Para nós, torna-se evidente que a Guiné Bissau está hoje refém das economias que surgiram com a degradação do Estado. Segundo O'Reagen, o total das apreensões de droga no país desde o ano 2005 ascendem a 335,8 milhões USD, o que corresponde a 6 384 Kg de droga, (UNODC *apud* O'Reagen, 20013:19). São de facto números muito elevados, tendo em conta o valor da reforma, que foi orçado em 183 milhões USD, ou os valores do Fundo Europeu de Desenvolvimento cujo programa quadro com a Guiné Bissau corresponderia ao valor de cerca de 130 milhões de Euros, por um período mais alargado de anos e cheio de cláusulas de condicionalidade. Conforme podemos comprovar, os números que falamos são extremamente elevados, e correspondem a quantidades de droga apreendidas muito elevadas e que não incluem o tráfico não apreendido. Torna-se evidente que, nestas circunstâncias, para gente sem escrúpulos ou com necessidades financeiras, estar nos cargos é fundamental para garantir a sobrevivência.

A etnicização é consequência do controlo do poder e da gestão dos recursos das economias de guerra. Neste particular, secundamos Pureza e Mbembe que abordamos de forma conveniente no enquadramento teórico. De facto, os Estados frágeis ou falhados são o espaço próprio para a sedimentação destas redes, apoiadas por uma teia grande de cumplicidades transversais, que atravessam toda a sociedade e que vão do poder político, ao poder militar. Tal como o colonialismo utilizou a etnicidade para justificar a sua ambição de controlo do poder e cobrança de impostos, hoje a etnicidade serve a exata medida dos recursos que existem para controlar, o dinheiro que existe para ganhar e o poder que existe para manter. É uma clara expressão do capitalismo que justifica assim a sua forma de funcionar e de se manter.

Concordamos com a abordagem das organizações internacionais, os seus mandatos são ambiciosos, claros e têm objetivos determinados para erradicar a violência e a fome e contribuir para a paz e para o desenvolvimento económico, social e cultural.

No entanto, não basta um bom plano, é fundamental elaborar uma análise concreta das situações objectivas no terreno e perceber melhor o xadrez político para melhor se poder concretizar os objetivos propostos. Em 1994, durante o genocídio do Rwanda, os perpetradores do genocídio sabiam que se matassem os capacetes azuis Belgas no terreno, as Nações Unidas seriam obrigadas a retirar o seu pessoal militar. Pois bem, no caso da Guiné Bissau é semelhante, onde a instigação de uma situação política e militar, recorrente neste tipo de países, tem o mesmo efeito perante a comunidade internacional que se predispõe a intervir. Se, por um lado as Nações Unidas aumentaram a ajuda e perdoaram a dívida, no sentido de encorajar as mudanças positivas já operadas, por seu lado a UE, além de ter dado como terminada a curta missão EUSSR Guiné Bissau, suspendeu o acordo bilateral que correspondia à mais importante fonte de financiamento do Estado. Na prática quem ganhou com tudo isto foram os *spoilers* que assim reinam com a anarquia de um Estado à beira de não conseguir cumprir as suas funções básicas.

Em resposta à pergunta de partida desta dissertação, torna-se para nós evidente que a população diferencia-se entre si pelas características que fizeram dela ser uma coisa e não outra. O que percebemos é que o sentido de pertença não coloca a Guiné Bissau perante um possível secessionismo, ou alguma vontade de criação de um processo de independência ou autodeterminação. No entanto, o discurso político sobre este tema é perversamente utilizado como forma de mobilizar o grupo A ou B para os seus processos.

Indagamos no decurso desta dissertação se existiria um comportamento étnico no processo eleitoral e concluímos que apenas num caso específico as votações expressam essa abordagem étnica que é o caso do PRS. As organizações internacionais, à excepção da ONU, não incorporam esta dimensão na sua planificação do processo RSS, a principal razão pode consistir na não inclusão desta perspectiva no plano nacional para a RSS. A pergunta que se coloca é sobre a razão da sua inclusão por parte da ONU? Concluímos, desta forma que poderão existir várias hipóteses para a sua não inclusão. A primeira reside na abordagem de que a etnicização é vista como resultado das economias de guerra e dessa forma, o processo de transformação deve incidir sobre as causas e não sobre as consequências; a segunda hipótese que formulamos prende-se com a abordagem igualitarista que parte do pressuposto de que o fundamental é combater a pobreza e promover o desenvolvimento, sendo que a partir daqui combater-se-ão as desigualdades que extrapolam este debate; a terceira prende-se com a visão que

estas organizações têm moldada pela sociedade onde se insere, nomeadamente sociedades mais homogéneas, como a União Europeia, sendo-lhes difícil visualizar este fenómeno, em especial quando a sua missão se constrói com base num *fact finding* de 15 dias o que terá como resultado algum desajustamento que não permite identificar esta questão; e por fim a possibilidade política, uma vez que a abordagem directa sobre as questões da etnicidade corresponde a um processo mais complexo de conduzir. Na verdade, tanto o colonialismo, o racismo, as economias de guerra, e o capitalismo, usaram esta dimensão para os seus jogos de poder com o objetivo de manter o domínio do poder.

Hoje é visível um etnicização da sociedade guineense que se encontra numa situação complexa, onde tudo pode surgir, se não se trabalhar de forma séria as fracturas da sociedade. Para terminar, torna-se claro na nossa perceção, que a superestrutura económica condiciona a estrutura jurídica e política, cultural e social, desta forma torna-se evidente que uma economia de guerra, paralisa a justiça, inibe o funcionamento das estruturas e cria clivagens entre os cidadãos com base na artificialidade das criações ideológicas das classes dominantes – para perpetuar o *status quo*.

Referências Bibliográficas

Adebajo, Adekeye (2002) *Building peace in West Africa, Liberia, Sierra Leone and Guinea Bissau*. Boulder, Co: Lynne Rienner Pub.

Balandier, George (1964) « Réflexion sur le fait politique. Le cas de sociétés africaines », *Cahiers Internationaux de sociologie* 37(julho-dezembro) :23-50.

Barth, Frederik (1969) *Ethnic Groups and Boundaries*, Boston : Little, Brown and company.

Bello, Oladiran W. (2012) “The EU's Approach to Fragility in Guinea Bissau: Between Ambition and Coherence”, *FRIDE Policy Brief*, 113. http://www.fride.org/download/PB_113_Guinea_Bissau.pdf [8 de Junho de 2013].

Bendix, Daniel, Stanley, Ruth (2008) “Deconstructing local ownership of security sector reform: A review of the literature” *African Security Review* 17(2): 93-104

Bicari, Lino (1990) “Guiné Bissau: Um mosaico humano”, *Terra Solidária*, 24(setembro/outubro).

Bissau Digital (2013) “Guiné-Bissau: Oficiais do Serviço de Informação do Estado envolvidos em actividades políticas”, <http://www.bissaudigital.com/noticias.php?noticia=2000332336> [13 de Agosto de 2013].

Bloching Sebastian (2010) “EU SSR Guinea-Bissau: Lessons Identified”, *European Security Review* no. 52, ISIS Europe, November, http://isis-europe.eu/sites/default/files/programmes-downloads/2010_artrel_576_esr52-eussr-guinea-bissau.pdf [13 de Agosto de 2013].

Boniface, Pascal (2013) *L'année stratégique 2013: Analyse des enjeux internationaux*. Paris: IRIS.

Booth, Ken (2005) *Critical Security Studies and World Politics*. Boulder CO and London: Lynne Rienner Publishers.

Buzan, Barry (1983) *People, States & Fear: The National Security Problem in International Relations*. Londres: Wheatsheaf Books.

- Cabral, Amílcar (1974) *P.A.I.G.C Unidade e Luta*. Lisboa: Publicações Nova Aurora.
- Cabral, Amílcar (1999) *Nacionalismo e Cultura*, Santiago de Compostela: Edicions Laiovento.
- Cardos, Carlos (2000): Compreendendo a crise de 7 de Junho na Guiné Bissau, *Soronda, número especial 7 de Junho, Instituto nacional de estudos e pesquisa*
- Castanheira, José pedro (1999): Quem matou Amilcar Cabral, Lisboa, 3ª edição: Relógio de água.
- Chothia, Farouk (2010) “EU pull out hist Guinea Bissau reform”, *BBC News online*, <http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-10871260> [4 Agosto 2010].
- CIA (2013) “The World Fact Book: Guinea Bissau”, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pu.html> [29 de Abril de 2013].
- Clapham, Christopher S. (2000) “Failed states and non-states in the modern international order”. Artigo apresentado na conferência *Failed States III: Globalization and The Failed State*. Florença, 7-10 de abril. http://www.comm.ucsb.edu/faculty/mstohl/failed_states/2000/papers/clapham.html [29 de Abril de 2013].
- Coe, Cati (2000) “Ethnicity and Nationalism in Africa: Constructivist Reflections and Contemporary Politics”, *Africa Today*, 47(2): 223-225.
- Collier, Paul and Anke Hoeffler (1999) *Greed and Grievance in Civil War*, The World Bank Policy Research Working Paper 2355
- Comissão Europeia (2006) “Communication from the Commission to the Council and the European Parliament – A concept for European Community support for Security Sector Reform”, *COM(2006) 253 final*, http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/en/com/2006/com2006_0253en01.pdf [5 de Agosto de 2013].

Conselho da União Europeia (2005) “EU concept for ESDP support to Security Sector Reform (SSR)” (12566/4/05 REV 4), http://www.initiativeforpeacebuilding.eu/resources/EU_Concept_for_ESDP_support_to_Security_Sector_Reform.pdf [5 de Maio de 2013].

Conselho da União Europeia (2007) “Lisbon Declaration - EU Africa Summit (Lisboa, 8-9 de Dezembro), 16343/07 PRESSE 290, <http://register.consilium.europa.eu/pdf/en/07/st16/st16343.en07.pdf> [3 de Junho de 2013.]

Conselho da União Europeia (2010) “The SSR Guinea Bissau Mission completes its Mandate”, 12740/10 PRESSE 223, http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/esdp/116072.pdf [2 de Julho de 2013].

Copeland, Dale C. (2006) “The Constructivist Challenge to Structural Realism: A Review Essay”, In Stefano Guzzini and Anna Leander (eds.) *Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and His Critics*. Nova Iorque: Routledge.

Cordeiro, Roberto, *et al.* (2010) “Resistências africanas ao domínio colonial português: um olhar sobrecolonialismo e nacionalismo na Guiné Portuguesa”, *Projeto Guiné Bissau Contributo* <http://www.didinho.org/Resistenciasafricanasaodominicolonialportugues.pdf> [10 de Maio de 2013].

Crawford, Neta (1991) “Once and Future Security Studies” in *Security Studies*, vol. 1, no. 2 (283-316). Filadélfia: Taylor & Francis, Inc.

Davison, Basile (1978) *A política da luta armada: libertação nacional nas colônias africanas de Portugal*. Lisboa: SARL.

Didinho (2004) : A balantização ou o fomentar (in) consciente do tribalismo na Guiné Bissau <http://www.didinho.org/balantizacao.html> [25 de Agosto 2013]

Dufield, Mark (1999) *Globalization and War Economies: Promoting Order or the Return of History*; The Flecher Forum on world affairs

Djaló, Tchernó (2012) *O Mestiço e o Poder, identidades dominações e resistências na Guiné*. Lisboa: Nova Veja.

Governo da República da Guiné Bissau (2006) “Documento de Estratégia para a reestruturação e modernização do sector da Defesa Nacional”, Documento apresentado na Mesa redonda de 7 e 8 de Novembro de 2006, Genebra.

European Union and African Union (2007): “The EU-Africa Joint Strategy”, http://ec.europa.eu/clima/events/0043/eas2007_joint_strategy_en.pdf [23 de Março de 2013].

Fanon, Franz (1961) *Les damnés de la terre*. Paris: Maspero.

Feliciano, António José Figueiredo (2009) “A Reforma do Sector de Segurança da Concepção à Realidade” *Proelium Revista da Academia Militar* 14. www.academiamilitar.pt/proelium-n.o-14/a-reforma-do-sector-de-seguranca.html [10 de Setembro de 2013].

Fierke, Karen M. (2005) *Diplomatic Interventions: Conflict and Change in a Globalizing World*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Fierke, Karen M. (2007) *Critical Approaches to International Security*. Cambridge: Polity.

Freire, Maria Raquel e Lopes, Paula Duarte (2008) “Reconceptualizar a Paz e a Violência: Uma Análise Crítica”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 82: 13-29.

Freire, Maria Raquel e Lopes, Paula Duarte (2009) “A Segurança Internacional e a Institucionalização da Manutenção da Paz no Âmbito da ONU: Riscos e Expectativas”, *e-cadernos*, 6: 6-23.

Freire, Maria Raquel e Lopes, Paula Duarte (2010) “It’s not the What but the How: A critical approach to peace and violence”, *Oficina do CES, Centro de Estudos Sociais*, 343.

Fund for Peace (2013) “Failed States Index 2013”, *Foreign Affairs*. http://www.foreignpolicy.com/articles/2013/06/24/2013_failed_states_interactive_map [28 setembro 2013].

Gbissau.com (2013) “Ministério Público diz que contrato com Bauxite Angola pode ser rescindido”, <http://www.gbissau.com/?p=4841> [2 de Julho de 2013].

Gilley, Bruce (2004) “Against the concept of ethnic conflict”, *Third World Quarterly*, 25(6): 1155-1166.

Gomes, Garrido (2009) “Da teoria à Prática: Desafios da reforma do sector de segurança na Guiné Bissau”, *Pela Lei e Pela Grei Revista GNR*, Outubro-Dezembro: 22-31, http://www.gnr.pt/portal/internet/gabinete_imprensa/revista_gnr/edicoes/2009/n4/Estudo/estudo_toriapractica.pdf [20 de Agosto de 2013].

Gomes, Patricia (2010) “A importância das Forças armadas revolucionárias do povo (FARP) na luta pela libertação da Guiné Bissau”, *Unisul, Tubarão*, v. 3, n. 6, p. 121 – 139 in <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poesis/article/view/541/530>

Guelner, Ernst (2008) *Naciones y Nacionalismo*. Madrid: Alianza editorial.

Guibernau, Monserrat & Rex, John (eds) (2010) *The Ethnicity Reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration*. Cambridge: Polity Press.

Guiné-Bissau: Acção para o desenvolvimento (2006) “História e Dados Económicos”. <http://guinebissau.adbissau.org/historiaedadoseconomicos.htm> [28 de Março de 2013].

Heselhaus, Sebastian (2002) “International Law and the Use of Force”, in: A. Schwabach/A. Cockfield (Hrsg.), *The Role of International Law and institutions*, cap. 1.36.1.7., in: *Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)*, EOLSS-Publishers under the auspices of UNESCO, Oxford (22 ss.), <http://www.eolss.net/Sample-Chapters/C14/E1-36-01-02.pdf> [25 de Maio de 2013].

Hobsbawm, Eric J. e Kertzer, David J. (1992) “Ethnicity and Nationalism in Europe Today”, *Anthropology Today* 8(1): 3-8.

Human Security Report Project (2007) “Human Security Brief”. <http://www.hsrgroup.org/human-security-reports/2007/overview.aspx> [15 de Agosto]

Huysmans, Jef (1998) “Security! What Do You Mean? From Concept to Thick Signifier”, *European Journal of International Relations*, 4(2): 226-255.

Jung, Dietrich (2004) *Contemporary Security Analysis and Copenhagen Peace Research (New International Relations)* New York: Routledge

Kaldor, Mary (1999) *New and Old Wars. Organized Violence in a Global Era.* Stanford

Keating, Michael J.M. (2013) “Will Guinea be Africa’s Next Narco State? Lebanese business, Hezbollah and Al Qaeda also involved”, *African Arguments* <http://africanarguments.org/2013/08/06/will-guinea-be-africa%E2%80%99s-next-narco-state-lebanese-business-hezbollah-and-al-qaeda-also-involved-by-michael-j-m-keating/> [3 de Setembro de 2013].

Khol, Cristoph (2010) Guinea-Bissau, in: Mehler, Andreas; Melber, Henning; van Walraven, Klaas (eds.): *Africa Yearbook. Politics, Economy and Society South of the Sahara in 2009.* Leiden, Boston: Brill, p. 117-123.

Krause, Keith (1998) “Critical Theory and Security Studies: The Research Program of ‘Critical Security Studies’”, *Cooperation and Conflict*, 33(3): 299-334.

Observatoire de L’Afrique (2008) “Security sector reform in Guinea Bissau”, *Africa Briefing Report.* <http://www.obsafrique.eu/wp-content/uploads/2011/03/SSR-Guinea-Bissau-janvier08.pdf> [5 de agosto de 2013].

Lusomonitor (2013) “O poder ‘de facto’ dos balantas, como pilar nas Forças Armadas da Guiné-Bissau”, <http://www.lusomonitor.net/?p=189> [26 de Março de 2013].

Mearsheimer, John J. (1990) “Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War”, *International Security*, 15(4): 5-56.

Morgenthau, Hans, *et al.* (1979) “Human Rights and Foreign Policy”, *First Distinguished CRIA Lecture on Morality & Foreign Policy*, http://www.carnegiecouncil.org/publications/archive/1979_lecture_by_morgenthau/index.html/res/id=sa_File1/HumanRights_ForeignPolicy_Morgenthau.pdf [12 de Dezembro de 2012].

Moura, Tatiana (2005) “Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceituais e políticos”, *Revista Critica de Ciências Sociais*, 71.

Nunes, João (2012) “Reclaiming the political: emancipation and critique in security studies”, *Security Dialogue* 43(4): 345-361.

O’Brien, James (1977) “Tribe, class and nation: revolution and the weapon of theory in Guinea-Bissau” *Race & Class* July, 19:1-18.

O’Reagen, Davin and Thompson, Peter (2013) “Advancing Stability and reconciliation in Guine Bissau: lessons from Africa First Narco-State”, *Africa Centre for Strategic Studies Special Report*, <http://africacenter.org/wp-content/uploads/2013/06/SpecialReport-Guinea-Bissau-JUN2013-EN.pdf> [3 de Agosto de 2013].

OCDE (2007) *OECD DAC Handbook on Security System Reform*, Paris: OECD DAC.

ONU (1998) “The Situation in Guinea Bissau”, *United Nations Security Council Resolution 1216 S/RES/1216 (1998)*, <http://unscr.com/en/resolutions/1216> [10 de Maio de 2013].

ONU (1999) “The Situation in Guinea Bissau”, *United Nations Security Council Resolution 1233 S/RES/1233 (1999)*, <http://unscr.com/en/resolutions/1233> [10 de Maio de 2013].

ONU (2000) “Women and peace and security”, *United Nations Security Council Resolution S/RES/1325 (2000)*, <http://unscr.com/en/resolutions/1325> [10 de Maio de 2013].

ONU (2004) “Extending the UNIOGBIS”, *United Nations Security Council Resolution, S/RES/1580 (2004)*, 22 dezembro. <http://unscr.com/en/resolutions/1580> [2 setembro 2013].

ONU (2005) “In larger freedom: towards development, security and human rights for all” *Report of the Secretary-General (A/59/2005)*, 21 March 2005, http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/gaA.59.2005_En.pdf [10 de Maio de 2013].

ONU (2007) “Director Executivo do Gabinete das Nações Unidas para a Droga e a Criminalidade saúda apreensão de cocaína no valor de 54 milhões de dólares na Guiné-

Bissau” UNRIC, <http://www.unric.org/pt/controlo-de-droga-e-prevencao-do-crime/9762> [5 de Junho de 2013].

ONU (2008) “Strategic Framework for Peacebuilding in Guinea-Bissau”, *Peacebuilding Commission PBC /3/GNB/3*, 31 July 2008, http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=PBC/3/GNB/3 [10 de Maio de 2013].

Onuf, Nicholas (1989) *World of our Making: Rules and Rule in social Theory and International Relations*. Carolina do Sul: University of South Carolina Press.

Patrick, S. (2007) ““Failed” States and Global Security: Empirical Questions and Policy Dilemmas”. *International Studies Review* 9(4): 644–662.

Pélissier, René (1999) *História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia, 1841-1936*. Lisboa: Editorial Estampa

Pereira, Aristides (2003) *O Meu Testemunho. Uma Luta. Um Partido. Dois Países*. Lisboa: Notícias Editorial.

Pinto, Jaime Nogueira (2008); *Jogos Africanos*, Lisboa: Ed.A esfera dos livros

Policarpo, Fernando (2010) *A Guerra da Guiné 1963-1974*. Lisboa: Quidnovi.

Portal da Historia (2000-2012) “O acto colonial” http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/acto_colonial.html [13 Setembro 2013]

Porter, Sebastian (2011): “Ethnicity in Africa: a road to conflict or a path to peace?”, *Africa faith and justice Network*, <http://www.afjn.org/focus-campaigns/other/other-crisis-areas/80-democracy-and-governance/982-ethnicity-in-africa-a-road-to-conflict-or-a-path-to-peace-.html> [15 de Junho de 2013].

Público (2013) “Bubo na Tchuto, considerado barão da droga da Guiné Bissau, detido e extraditado para os EUA”, 5/04/2013, <http://www.publico.pt/mundo/noticia/bubo-na-tchuto-detido-e-extraditado-para-os-eua-1590200> [5 de Abril de 2013].

Pureza, José Manuel, et al. (2005) *Prevenção de conflitos armados, cooperação para o desenvolvimento e integração justa no sistema internacional*, Coimbra: Centro de

http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/385_prevencao_conflitos1.pdf [12 de Dezembro de 2012].

Quematcha, Alberto (2013) “As fraudes eleitorais na Guiné Bissau”, *Projeto Guiné Bissau* *Contributo*
<http://www.didinho.org/FRAUDESELEITORAISNAGUINEBISSAU.htm> [22 de Setembro de 2013].

Roque, Sílvia (2009), “Peacebuilding in Guinea-Bissau: a critical approach”, *NOREF Report*, 7,
http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/279_Noref%2Breport%2BGuinea%2BBissau%2BMay%2B2009.pdf [10 de Outubro de 2012].

Rotberg, Robert (2003) “Nation-State Failure: A recurring phenomenon”, *Discussion paper for the CIA's NIC 2020 project*, 6 de Novembro,
<http://www.cia.gov/nicpdf/gif20020support20031106paperspanel2nov6.pdf> [3 de Novembro de 2012].

Rotberg, Robert (ed.) (2003) *When States Fail: Causes and Consequences*. Princeton: Princeton University Press.

Sachs, Stephen E. (2003) “The Changing Definition of Security”, Oxford, Merton College, http://www.stevesachs.com/papers/paper_security.html [12 de Outubro de 2012].

Seabra, Pedro (2011) “The EU and Guinea Bissau: always one step behind?”, *IPRIS Lusophone Country bulletins*, 21: 14-17, www.ipris.org/php/download.php?fid=564 [10 de Maio].

Temudo, Marina Padrão (2008) “From ‘People's Struggle’ to ‘This War of Today’: Entanglements of Peace and Conflict in Guinea-Bissau”. *Africa*, 78 , pp 245-263.

União Europeia (2000) “Acordo de Cotonou”, *Jornal Oficial nº L 317 de 15/12/2000 p. 0003 – 0353*,

[http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:22000A1215\(01\):PT:N](http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:22000A1215(01):PT:N)
[OT](#) [23/09/2013]

União Europeia (2002) “Versão compilada do tratado da União Europeia”, *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, http://eurlex.europa.eu/pt/treaties/dat/12002M/pdf/12002M_PT.pdf [10 de Maio de 2013].

União Europeia (2003) “Uma Europa segura para um mundo melhor”, *Estratégia Europeia em Matéria de Segurança*, <http://consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf> [23 de Junho de 2013].

União Europeia (2005) *Declaração conjunta do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho, do Parlamento Europeu e da Comissão sobre a política de desenvolvimento da União Europeia: "O Consenso Europeu"*, *Jornal Oficial da União Europeia* (2006/C 46/01), <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2006:046:0001:0019:PT:PDF> [23 de Junho de 2013].

União Europeia (2008) “Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança – Garantir a Segurança num Mundo em Mudança” *S407/08*, http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf [23 de Junho de 2013].

União Europeia (2010) “EU Mission in Support security sector reform in the Republic of Guinea Bissau, Guinea Bissau”, http://consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/missionPress/files/100930%20FACTSHEET%20EU%20SSR%20Guinea-Bissau%20-%20version%2012_EN.pdf [2 de Agosto de 2013].

Waltz, Kenneth (1959) *Men, State and War*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Wendt, Alexander (1990) *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

ANEXOS

Anexo 1. Grupos e Sub-Grupos Étnicos da Guiné Bissau

GRUPOS E SUB-GRUPOS ÉTNICOS DA GUINÉ BISSAU			
Divisão étnica em função da antiguidade	Grupos e Subgrupos	Religião	Estrutura política
Paleo Sudaneses do Litoral (os mais antigo habitantes da Guiné Bissau)	Balantas do centro Balantas “do exterior” Balantas Bravos Balantas Cuntohe Balantas Nagas Mansoancás Balantas Manés	Animistas Animistas Animistas Animistas Animistas Animistas Islamizados	Estrutura Horizontal Sem estado Sem estado Sem estado Sem estado Sem estado Sem estado Sem estado
	Mancanhas (Brames) Pepeis Manjacos	Animistas Animistas Animistas	Sem estado Sem estado Sem estado
	Biafadas Bijagós Nalús	Islamizados Animistas Isla-Animistas	Sem estado Sem estado Sem estado
	Landumas Cocolis Bagas	Isla-Animistas Islamizados Isla-Animistas	Sem estado Sem estado Sem estado
	Felupes Baiotes Banhuns(Bainuk) Cobianas Cassangas	Animistas Animistas Animistas Animistas Islamizados	Sem estado Sem estado Sem estado Sem estado Sem estado
Paleo Sudaneses do Interior	Padjadincas Tandas Oincas	Islamizados Islamizados Islamizados-a nimistas	Sem estado Sem estado Sem estado

Neo-Sudaneses Grupo Mandinga	Mandingas Saracolés Sossos Jacancas Bambaras Jaloncas Soninkés	Islamizados Islamizados Islamizados Islamizados Islamizados-animistas Islamizados	Estrutura Vertical Com Estado Com Estado Com Estado sem Estado Com Estado Com Estado Com Estado
Neo - Sudaneses Grupo Fula	Fulas do Futa Djalón Fulas pretos Fulas forros Tuculores Torancas	Islamizados Islamizados Islamizados Islamizados	Estrutura vertical Divisão em classes sociais com Estado
Grupos vindos da colonização ou Emanando dela	Cabo-verdianos Mestiços Cristãos ou Crioulos Portugueses Sirio-Libaneses Mouros	Cristãos Cristãos Cristãos Cristãos Islamizados Islamizados	

Fonte: Bicari (1990).

Anexo 2. Governadores, expedições e Guerras no final da Monarquia constitucional e no Início da Primeira República

Governador	Período histórico	Expedições ou guerras	Resultados	Notas
Agostinho Coelho	Maio de 1879- Dezembro 1881	-Desenvolvimento da administração colonial -Exército composto por Cabo-verdianos na sua maioria -Expedições dirigidas contra Bissango orango (Maio de 1879); Biafadas do Rio grande (Agosto de 1879); Pepeis de Antula(Agosto de 1879); Balantas de imperial (Agosto de 1879); Biafadas de Jabada (Novembro 1881); Fulas do Furria (Outubro 1879, Fevereiro e Março de 1881)		- Os animistas nesta época eram pouco temíveis, no entanto, devido á sua fragmentação eram um quebra-cabeças constante para os Portugueses. Eram mais irritantes que ameaçadores, mas cansavam e humilhavam imenso o exército. Djaló (2012,220)
Pedro Inácio Gouveia	1881-1884	-Os pepeis infligem uma derrota aos portugueses -Fulas tornam-se elemento “perturbador” Fulas Pretos de Mussa Molo e futas fulas os mais temíveis. -início da” política “fula por parte dos portugueses que flutuara segundo os governantes ao sabor da sua ignorância “	-Início da “normalização” colonial com a existência de eleições municipais 1892 - quase falência das Pontas (quintas) por causa da instabilidade -Aumento do contrabando de pólvora e armas -Quase 50% do orçamento gasto com o exército	- Antes da questão Fula os animistas eram os únicos a erguer-se contra a administração

Francisco de Paula Gomes Barbosa	17 de Março 1885-2 Setembro 1886	-guerra contra fulas pretos de Mussa molo -expedição contra Biafadas -assinatura por alfa Yaya, Rei dos Forria, labe e kade de um Tratado de obediência e vassalidade	-Período de estagnação	
-Francisco Teixeira da Silva -Joaquim Graça Correia e lança -Gonçalves dos Santos	1887-1897	- Assassinato do Régulo Fula Forro Mamadu Paté -Substituído por Mamadu Pate Coiada, o favorito dos Portugueses -Campanha contra os chefes fulas pretos - Conflito intra pepel em Bissau -declaração de estado de Guerra em Bissau -campanhas contra os soninkes	-Insurreição pepel representa a mais pesada derrota portuguesa em Bissau que degenerou numa revolta anticolonial -interdição da venda de armas - Elevadas perdas para o exército Português	Estes governadores foram inconstantes nos apoios a saber: -Agostinho Coelho apoiava os Fulas Pretos -Inácio de Gouveia os Fulas Forros -Gomes Barbosa-ambos -Teixeira da Silva- ninguém Joaquim Lança – Os Mandingas e Biafadas contra os fulas
Joaquim Pereira Judice Biker	1900-1903	-Introdução do imposto de palhota	-comandantes militares recebiam 5 a 10% dos montantes recebidos - forte resistência étnica -insubmissão -função fiscal vital para evitar a bancarrota do sistema colonial	- Grande rebelião uma vez que a introdução do imposto que salvaria o regime foi contestado por todos os grupos.

			<p>- criação de uma sociedade capitalista com a criação da necessidade artificial de ganhar dinheiro com a passagem para a economia monetária</p> <p>-criação da necessidade das pessoas terem um trabalho assalariado para pagar o imposto</p>	
Oliveira Muzanty	1906-1908	-Guerra do fisco 1907-1908	-obriga a uma implantação forte no terreno da estrutura colonial para conseguir cobrar os impostos	- Colonização efectiva do território através da força para boa cobrança dos impostos
João Teixeira Pinto	1913-1915	<p>- Campanhas de “pacificação”</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Campanha contra balantas e Mandingas 2. Campanha contra os pepeis e manjacos do norte e os balantas ocidentais 3. Campanha contra os balantas do norte e do sul do rio Mansoa 4. Campanha contra pepeis e grumetes <p>-Campanhas baseadas na violência e brutalidade</p> <p>-destruição e desarmamento dos vencidos</p> <p>-utilização de mercenários africanos em especial Abdul Injai - senegalês</p>	<p>- A adesão dos regulados fulas biafadas e mandingas ao processo de pacificação, significa a aniquilação dos animistas</p> <p>- Resistência feita pelos animistas</p> <p>- Distribuição dos despojos de guerra pelos grupos étnicos</p> <p>- São deixados de fora os grumetes e os” civilizados”</p> <p>- Políticas de aliança com os regulados muçulmanos (Fulas e Biafadas)</p>	

Fonte: adaptação do autor com base em Djaló (2012)

Anexo 3. Mudanças e transições políticas entre 1974-2012

Repúblicas	Anos	Primeiros-ministros	Motivos Políticos	Presidentes da Republica	Razões da Destituição	Notas	Condicionantes Económicas
I Republica	1974-1980	Francisco Mendes-Setembro 1973 a Julho de 1978	Faleceu	Luís cabral-1973-1980	-Golpe de Estado	Líder do Golpe-Nino Vieira	-Parcos e insuficientes incentivos à agricultura
		Constantino Teixeira-Julho de 1978 a Setembro de 1978	Exonerado			Antecedentes-tentativa de golpe de Estado por Malan Sanhá	-Escassez de chuvas e maus anos agrícolas
		João Bernardo Vieira (Nino) -Setembro de 1978 a Novembro de 1980	Exonerado			Houve prisões e fuzilamentos	-Elevado custo da monopolização das importações e exportações por parte do Estado
							-Fixação dos camponeses nos centros urbanos
							-Incapacidade de fomento da industrialização do país
							-economia planificada
II Republica	1980-1994	Victor Saúde Maria-Maio de 1982 a Março de 1984	Exonerado	Nino Vieira	Golpe de Estado	Duas tentativas de golpe de Estado não consumadas por Paulo Correia 1985 e Jafai Camará 1987	Plano de ajustamento estrutural (FMI, Banco Mundial)
							-Redução da despesa pública
							-degradação do tecido social
							- Aumento do desemprego
							-Aumento do descontentamento popular

							-aumento da corrupção
		João Bernardo Vieira-Março de 1984 a Dezembro de 1991	Acumulou as funções de PR com as de chefe de governo e de secretário-geral do PAIGC			Houve 6 fuzilamentos no caso Paulo Correia e cerca de 50 detenções	<p>Presidencialização do Estado e criação de uma forte clientela à volta do presidente</p> <p>-aumento da emigração das populações mais jovens</p>
		Carlos Correia –Dezembro de 1991 a Outubro de 1994	Exonerado depois das eleições democráticas			Caso Iafai Camara houve várias detenções	<p>-declínio do sector primário</p> <p>-défice alimentar</p> <p>-falta de incentivos à produção agrícola</p> <p>-monocultura com a plantação massiva de cajueiros</p> <p>-crescimento do sector terciário devido à adesão à UEMOA (união económica e monetária da africa ocidental</p> <p>-crescimento do sector dos transportes privados</p>

							<p>-aumento do deficit corrente 19,3% entre 1982 e 1988</p> <p>-importações representam 47% do dos gastos públicos</p> <p>-Receitas do Estado podiam cobrir em média 71% do deficit corrente e 24% do total das despesas</p> <p>-média negativa nas exportações</p>
III Republica	1994-1999	Manuel Saturnino da Costa-Outubro de 1994 a Junho de 1997	Exonerado	Nino Vieira- Setembro de 1994- Maio de 1999	Conflito Político-militar de 7 de Junho 1998-99	Conflito politico- militar de 1998	<p>-Trafico de armas</p> <p>- Corrupção</p> <p>Exploração do petróleo Guine Bissau 15% senegal 85 %</p> <p>-Crescimento de 5,6%</p>
		Carlos Correia- Junho de 1997 a Dezembro de 1998	Destituído depois do conflito de 7 de Junho				1999-Baixa do PIB per capita (diminuição de 7%)
		Francisco Fadul-Dezembro de 1998 a Fevereiro de 2000	Exonerado depois das eleições presidenciais de 1999				-crescimento económico negativo
Transição	1999-2000			Ansumane Mané – Maio de 1999 a Maio de 1999		Fuzilamento de Ansumane Mané	<p>-aumento das despesas primárias do Estado, de</p> <p>De 24 biliões de CFA em 1997 para 34 Biliões</p>
				Malam Bacai Sanha – maio de 1999 a	Interinamente		

				Fevereiro de 2000			em2003 -O Estado recorre à ajuda do FMI, do Banco Mundial e do Centro Regional de assistência técnica da África Ocidental -País recebeu 8 milhões de ajuda de emergência
IV Republica	2000-2003	Caetano Intchama- Fevereiro de 2000 a Março de 2001	Exonerado	Kumba Ialá – Fevereiro de2000 a Setembro de 2003	Golpe de Estado	Lider do Golpe Veríssimo Correia Seabra	-Divida externa representava 400% do PIB -Proibição dos <i>bonnes de virements</i> destinados a financiar despesas públicas
		Faustino Imbali- Março de 2001 a Dezembro de 2001	Exonerado			Houve detenções	
		Alamara Nhasse – Dezembro de 2001 a Novembro de 2002	Exonerado				
		Mário Pires- Novembro de 2002 a Setembro de 2003	Exonerado				
Transição I	2003 Setembro-2003 Outubro			Gen. Veríssimo Seabra- Setembro de 2003 a Setembro de 2003	Interinamente		
Transição II	2003 Outubro-2005	Carlos Gomes Júnior-Maio de 2004 a Novembro de 2005	Exonerado	Henrique Rosa- Setembro de 2003 a Outubro de 2005	Interinamente	Assassinato de Veríssimo Correia Seabra	
V Republica	2005-2009	Aristides Gomes- Novembro de 2005 a Abril de 2007	exonerado	Nino Vieira- Outubro de 2005 a	Assassinado	Tentativa de golpe de Estado em	-queda do PIB devido à crise Mundial

		Martinho Ndafo Kabi- Abril de 2007 a Agosto de 2008	Exonerado	Março de 2009		2008 protagonizado por Bubu Na Tchuto	-Diminuição das exportações -queda do preço do Cajú Instabilidade económica devido às sucessivas crises políticas
		Carlos Correia-Agosto de 2008 a Janeiro de 2009	Exonerado				
Transição III	2009-2009	Carlos Gomes Júnior	Deposto no Golpe de Estado de 12 de Abril	Raimundo Pereira – Março de 2009 a Setembro de 2009	Interinamente	Assassinato de Tagma Na Wai, Nino Vieira, Baciro Dabo e Helder Proença	Crescimento do PIB em 3% devido ao programa de emergência pós conflito -aumento das receitas do caju, das pescas, construção civil, agricultura e comércio - Aumento -Governo empenhado em cumprir metas traçadas pelo FMI – resolução dos problemas dos Stocks, da frágil tributação, da redução do stock nominal da dívida externa e do crédito privado. -Atrasados internos correspondiam a 23 % do PIB Perdão de dívida de 1,2 Milhões de Dólares por parte do FMI -Crescimento equivalente ao ano de 1997 sobre a liderança de Manuel

							Saturnino da Costa
Transição I	2012-2012	Rui Duarte de Barros - Maio de 2012	Nomeado com o golpe de Estado	Raimundo Pereira – Janeiro de 2012 a Abril de 2012	Golpe de Estado	Tentativa de golpe de Estado não consumado em 2010 por António Indjai para depor Carlos Gomes Júnior e Zamora Induta	
						Alegada tentativa de golpe de estado em 2011 por Watna na Lai e Roberto Cacheu	
Transição II	2012-?			Serifo Nhamadjo – Maio de 2012	Interinamente em consequência do Golpe de Estado	António Indjai e um comando militar	
						Deposição de Carlos Gomes júnior e Raimundo Pereira	
						Ambos detidos	

Fonte: Adaptação com base em Sousa (2012a)

Anexo 4. General Indjai diz que prefere matar-se a ser detido

Bissau,15-08-13 - Eu não vou falar muito, mas tenho uma coisa para dizer, para nós todos reflectirmos. Porque dissemos conferência nacional sobre o mal que se passou na Guiné Bissau. Agora perguntamos – o que é que isso nos valeu? Não vou falar muito, mas peço-vos que me ofereçam alguns minutos.

Com permissão do Sr Presidente da Assembleia Nacional Popular e do Primeiro-Ministro da Guiné Bissau, a Presidência do Conselho de Ministros, dos oficiais superiores, oficiais generais e representantes da sociedade civil presentes aqui na sala, vou falar desta conferência que nos vai fazer reflectir sobre o que se passou até aqui. O primeiro orador roubou-me as ideias. Se os que estão aqui presentes não pararem, a Guiné não irá a parte alguma. Para que a Guiné tome outro rumo são precisos todos os que estão aqui presentes. Não há mais ninguém. Registem bem isto.

Que cada um tome notas. Vou ler para todos aquilo que aconteceu desde a independência. Talvez haja quem disso se esqueceu. Mas o que é isso nos valeu? Nós instigamos e somos nós próprios os instigadores. A nossa população também instiga, devemos parar com isso.

Há uma frase em uso hoje que não existia na mata, mas as pessoas sabem disso e se calaram até ao dia em que soar a detonação, então diremos – se soubéssemos. Se não pararmos com isto, mais tarde haverá um problema grande na Guiné.

Já foi dito à comunidade internacional que eles não podem estar limpos. Sabem quem são? São os Balantas que não podem estar limpos e são eles o factor de instabilidade na Guiné Bissau. Mas nós devemos parar com isso porque não é bom. As pessoas não viram o problema que

aconteceu no Ruanda. Assim também, na altura da independência, as pessoas não sabiam o que foi a luta e questionavam ‘o que é a luta?’ Mas quando se passou o 7 de Junho, elas viram o que foi a luta. Nós temos que parar com isso. Isso é que provoca problemas na Guiné, nós temos que pôr o dedo na ferida. Isso é que trouxe problema na Guiné. Essa etnia não pode ter um bom carro, boa casa ou algo de bom sob pena de ser acusado de ter vendido a droga e porque ela não merece e é analfabeta. Eles falam isso. E há as eleições que vêm, onde nem se pode embarcar numa viatura e eles dizem – ‘vamos encostá-los a parede. Alguém falou-me disso de forma clara e vou citar o seu nome aqui manifestamente.

Quem é que se lembra do primeiro ano em que bombardearam a casa de Nino Vieira, onde nós chegaríamos momentos depois? No nosso regresso, formamos um batalhão que colocamos lá. Depois, fui despedir-me. Sabem o que eles me disseram? Eles disseram ‘então, quem é que você formou?’ Eu respondi-lhes – formei guineenses. Logo me disseram – ‘queremos contar o caminho dessa etnia, que vamos encostar a parede . Ela, nós vamos encostá-la a parede’. Eles ainda dizem a mesma frase agora. Vocês sabem quem era? Eu lhe disse – A que pessoas te referes tu? ‘Ele me disse aos Balantas’. Então eu lhe disse, hm, hm, eles são numerosos no grupo, porque, se formos seleccionar as outras etnias não serão suficientes. Se fores lá, eles fazem 50 ou 60%, não posso encontrar outras pessoas para o grupo. Sabem quem foi que me disse isso? É o Cipriano Cassamá. Eu soube que ele está para se candidatar ao partido. Ora se assim fôr, como é que ele vai mandar na Guiné? Pegando noutra etnia e afastá-la? Sempre que o oiço a falar não me sinto bem. Eu lhe disse o Balanta não é culpado, eles são numerosos na Guiné, é a natureza. Eu lhe perguntei, então são os Balantas que bombardearam o Nino Vieira? Eu ainda lhe perguntei, eu que aqui estou sentado, a que etnia pertença? (como pessoas presentes ele chamou Caramó e o João Monteiro). Camaradas, paremos de dizer isso. Porque, se não pararmos a coisa vai rebentar. Paremos, isso não existia na mata, onde só conhecíamos a camaradagem. Hoje é que vamos conhecer etnias? Conhecer etnias só no recrutamento? Se houver dez Balantas, os outros terão de ser dez Mandingas, dez Bijagós, eu penso que as outras etnias não terão o número suficiente. Aquelas pessoas que tingem o pano, os Saraculés, são muito poucos na Guiné, inclusive os Padjadincas. Porque vamos incluir todos. É isso que disseram.

Vou contar-vos um segredo. É a comunidade internacional que veio com essa proposta. Patinando o processo de reforma, ela propôs que 65 Balantas terão de sair da tropa. Ela ainda não ousou levar a proposta à luz do dia, mas ela há-de patenteá-la sem tardar.

Fui confrontado com esta ideia no Burkina Faso, na Costa do Marfim e na Nigéria. Eles perguntaram-me – ‘quantos elementos da etnia Balanta estão na tropa?’ Eu lhes respondi, ‘ah, eles são numerosos’. Então eles disseram-me – ‘então isso é que está a criar problemas na Guiné’. Eu perguntei-lhes – ‘como é que puderam saber disso?’ Eles disseram-me – ‘através do actual Governo’. Eu disse-lhes ‘eles são numerosos e nunca estão nos bons lugares. São os varredores da Câmara Municipal de Bissau’. Disso ninguém fala. É isso que eu vos queria falar, dos acontecimentos da Guiné.

O primeiro caso de tentativa de golpe de estado no país aconteceu em 1978, com o Malam Sanhá, que foi preso na Bissalanca. O segundo caso foi o 14 de Novembro de 1980, com o Nino Vieira que derrubou o Presidente Luis Cabral. O terceiro caso surgiu em 1982, com um grupo encabeçado pelo capitão Cobnaté Na Bringue Bandé, que foram presos, espancados e mortos. A quarta tentativa foi em 1984 registou-se uma acusação falsa contra altos oficiais das forças armadas, que culminou com a detenção de vários oficiais e sua execução pela segurança do estado, embora alguns que conseguiram escapar. É o caso conhecido sob a apelação 17 de Outubro. O outro caso, o quinto, aconteceu com o camarada ex-Primeiro-ministro Francisco Mendes, morto em Bambadinca, depois foi acusado acidente de viação. O que é que tudo isso nos valeu? A sexta tentativa é o famoso caso 17 de Outubro de 1985, que rebentou com as forças armadas, onde até mulheres foram presas, torturadas com vários camaradas até serem mortos – caso de Viriato Pan, Paulo Correia entre outros. Com esses nomes Na, Na, Na, lá é que começaram as coisas. Outro caso é o 17 de Março de 1993, com camarada major Robalo Pina que foi morto na Presidência da República antes de o seu corpo ser

transportado para outro lugar. Outro ainda, é o 7 de Junho de 1998, que culminou com a morte do Brigadeiro Ansumane Mané. Há também 22-23 de Novembro durante o qual foi morto Ansumane Mané. Basta.

Temos o caso relacionado com o Almame Alan Camará, que acabou por morrer afogado numa travessia. Temos o caso 14 de Setembro de 2003, que derrubou o presidente eleito Kumba Ialá. O que é que isso nos valeu. Não levou a nada. Temos o 6 de Outubro de 2003, houve levantamento militar que levou a morte do CEMGFA Veríssimo Correia Seabra. Em 24 de Junho de 2005, a juventude do PRS numa manifestação política foram mortos pela polícia. Ainda em 2005, registou-se um assalto ao Ministério do Interior e no mesmo ano houve tentativa de golpe de estado protagonizado por Bubo Na Tchuto. No dia 22 de Novembro de 2008 regista-se um ataque à residência do Presidente João Bernardo Vieira. Por isso é que não gosto do Cipriano Cassamá. Não sei se ele é guineense e não me sinto bem com ele. Ele fala em outras tribos. Ele não é pessoa humana. Em 2009, registou-se a morte do Batista Tagme Na Waié e no dia 4 a 5 de Junho, foram mortos Hélder Proença e o major Baciro Dabó acusados de tentativa de golpe de estado.

A 1 de Abril de 2010, houve uma complicação entre o CEMGFA e o seu vice-chefe de EMGFA, entre Zamora Induta e eu mesmo Antonio Indjai. E qual é o resultado de tudo isso? Voltamos ao zero. No dia 26 de Dezembro de 2011 houve um golpe de estado contra o Primeiro-Ministro e o CEMGFA que é António Indjai, vendedor da droga, por isso o seu golpe não foi aceite.

Recentemente, o Bubo Na Tchuto foi detido por americanos no nosso território e finalmente, a 12 de Abril de 2012, houve este golpe de estado e o caso do capitão Pansau Ntchama, que provocou várias mortes. O Braima Sow disse que fui eu quem entregou a droga a rapaziada Felupe, que vendeu a droga e os matei na minha quinta por me terem apresentado dinheiro insuficiente. Eu soube que ele criou um partido, eu não lhe

perdoarei neste e noutro mundo. Eu tenho que levá-lo à justiça, ele terá de me dizer de onde é que saiu com a tal informação. Se não, ele não participará na campanha, enquanto eu sou o CEMGFA. Far-lhe-ei uma emboscada com uma catana e acutilá-lo-ei se não puder levá-lo à justiça.

Camaradas, o que é que nos valeram todos esses casos? Porque é que continuamos a criar confusões e não dissemos basta. A sociedade civil tem que falar, camaradas jornalistas falem e informem as pessoas do que se passou na Guiné.

Digam aos governantes que, se eles governam, que deixem de instigar. Porque é isso que traz essas coisas. Este último golpe foram eles e a sociedade civil que o trouxeram. Ao regressar do Burkina Faso em companhia de Raimundo Pereira, eu convoquei uma reunião que decorreu na ANP, onde defendi que era chegada a hora para buscarmos uma saída e convocasse todas as religiões, a sociedade civil, a Liga Guineense de Direitos Humanos para todos em conjunto buscarmos soluções para que o país ficasse em paz, para que as pessoas se falassem, mas calaram-se.

Eu disse a CEDEAO que, se não havia maneira de continuar, então que apagasse o fumo antes do fogo, e para que dissesse aos governantes que as armas de Angola fossem retornadas. Se as armas não eram retornadas então que fossem entregues a nós porque eram nossas. Mas, eles se calaram e logo que o golpe se deu, tudo começou – condenações. Então, vocês não fizeram o que nós havíamos prevenido? Antes de se pôr a condenar, fale para que a coisa seja. Mas, se calaram e os governantes e a ANP também.

Eis que, mais uma vez, estão nos puxando mais para uma coisa e se diz que o CADOGO filho está para voltar e vocês se calaram de novo. Então, que se aguarde até que ele venha, para depois se porem a condenar. Que ele venha, ele também é guineense, mas que assegure ele mesmo a sua segurança. Fala-se, enquanto a sociedade civil e a Liga se calaram. Claro que ela não tem armas, mas ela tem o papel fundamental que é a falar. Eu sei que há a metade de entre nós que está a favor dele e a outra contra. Nós sabemos disso. Eu conheço as caras de cada um, umas são

amarelas, algumas vermelhas e as outras pretas. Todas estão aqui, eu não me envergonho de ninguém e o dia em que eu me envergonhar de alguém que eu morra. Por isso é que as pessoas dizem que eu sou radical e que eu seja afastado. Eu ouvi na rádio e na internet que o António vai se demitir e entregar a função a Tomas Djassi – Eu jamais me demitirei, os americanos terão de vir prender-me aqui porque eles costumam prender-nos aqui na nossa terra por sermos Balantas e nós é que prejudicamos a Guiné. Há-de chegar a hora em que serei demitido legalmente por um presidente eleito, porque a função não é casa do meu pai, nem Encheia nem Mpotche. Nem fui nomeado aqui para ser eterno. Eu não sou mudo, eu oiço dizer que não sou esperto – como posso não ser esperto enquanto fiz a academia? Sabeis quantos anos eu fiz em Cuba? Eu regresssei de lá com um diploma vermelho. Conheço muito a tropa e em Cuba falou-se comigo em língua espanhola. Noutra dia, eu ouvi dizer ‘aquela etnia analfabeta que se apoderou do poder’. Alguém ligou para a Rádio Sol Mansi, a amaldiçoada que já não é política, mas de traição. Alguém ligou para lá a dizer ‘enquanto aquela gente não sair’ essa é apelação que nos dão agora. Mas, desta vez, nós vamos mostrar-lhes o seu lugar, o CADOGO (filho) vai estar de volta. Foi num debate de traição. Mas, Deus é grande, que Ele derrame gelo aqui e que a Guiné tome finalmente o seu rumo e que as eleições corram da melhor forma, que Deus nos junte para que possamos votar naquele que pode mandar neste país. Mas que não seja um presidente tribal nem um primeiro-ministro tribal, mas que seja guineense e um primeiro-ministro que saiba nomear com certeza.

Hoje, na educação, se você tiver os nomes de Mbana e Ndafo, nunca poderá conseguir uma bolsa de estudos mesmo neste governo, sobretudo no tempo de Vicente Pungura. Eles começaram a matar-nos politicamente.

Esta conferência nos vai tirar de várias situações. Eu solicito a sociedade da Guiné Bissau, e aos governantes para todos possamos dizer basta e que sigamos para as eleições de bom coração.

Estas eleições que vêm, se não houver teimosia, não haverá guerra, mas serão eleições conturbadas. Não me desmintam, eu tenho a capacidade de ver as coisas vindouras. Se a sua etnia fôr minoritária, então não se candidate. Você não passará.

As pessoas foram governar sem defenderem o nosso país e estão lá só por causa do dinheiro. Alguém busca chegar ao poder só para comer o dinheiro do estado. Sobe-se ao poder hoje e amanhã é já um problema.

Não há segurança. O Pansau Ntchama veio até aqui, passeou a vontade até ao dia em que disparou tiros. As pessoas que detiveram o Bubo Na Tchuto passearam aqui até jantaram connosco. Se eu não fosse esperto, é a mim mesmo que eles teriam prendido primeiro. Querem saber como andei com eles? Ele vieram até ao meu gabinete e perguntaram se eu queria algo, eu lhes disse que queria seis carros para os oficiais. Ele prometeu dar-me 12 carros. Disseram fardamento militar, eu quis 6 mil, ao que ele duplicou para 12 mil. Ele duplicava cada coisa pedida. E me disse ainda que me ia dar dinheiro para a obra de construções habitacionais para os oficiais que iam à reforma. Fui com ele até a localidade de Antula perto da Universidade. Onde eu comecei a desconfiar dele foi logo que ele se pôs a protelar sempre suas promessas, até eu ter seguido para o Burkina Faso. Depois, ele me ligou e lhe pedi para que se avistasse com o Ministro da Defesa. Informei do caso ao Presidente e ao Primeiro-Ministro. Em consequência, eu disse-lhe, com tudo isso que nos vai dar, qual vai ser a nossa contrapartida? Ele disse – ‘não, eu estou apenas a ajudar’. Então, eu lhe disse tu és muito rico! Então eu fui, e ele me disse que o navio havia acostado. Com isso, eu lhe solicitei para que mandasse o manifesto da carga que o navio transportava, para que fosse orientado a partir do ilheu do Pontão. Depois, ele aparece a dizer que o navio havia sofrido uma avaria. Eu disse-lhe, então façam a sua reparação para depois virem até Bissau.

Há muita falta de respeito na Guiné Bissau. Quando eu ouço isso pela rádio eu fico a rir a inocência da Guiné Bissau e fico a dizer também, se a Guiné Bissau soubesse o que é a inter-arma, é lá onde eu vou apanhar os americanos. Todos se calaram e ficaram a aguardar o dia em que eu

serei detido. Mas eu vos digo publicamente que ninguém me vai prender com as suas mãos. Eu matar-me-ei. Eu odeio brancos e pessoas de pele clara, porque eu sei como é que mataram o meu pai no início da luta sob os meus olhares, e depois impediram que o seu corpo tivesse sepultura e foi totalmente consumido por aves de rapina.

Fonte: documento privado.

Anexo 5. Reforma das Forças Armadas na Guiné Bissau- Documento Nacional de Estratégia

Objectivos de Longo Prazo	Objectivos de curto e de médio prazo	Constrangimentos a ter em conta e a superar para alcançar os objectivos	Capacidades internas de resposta e pré-condições	Estratégias e opções Estratégicas
<ul style="list-style-type: none"> - Modernizar o sector da defesa e segurança mediante a adequação do quadro legal, dos recursos humanos e materiais; - Fazer das forças de defesa e segurança actores de estabilidade interna e da segurança externa; - Adequar as forças de defesa e segurança às reais capacidades económicas do país; - Propiciar o ambiente para o desenvolvimento económico acabando com as Forças Armadas como um “fardo nacional” . 	<ul style="list-style-type: none"> - Definir e adequar o quadro legal do sector da defesa e segurança no novo contexto; - Melhorar a gestão dos recursos humanos, as estruturas organizacionais e as condições materiais do sector da defesa e segurança; - Recuperar a confiança da população através do cumprimento estrito da missão; - Promover uma solução adequada e duradoura à problemática dos Combatentes da Liberdade da Pátria bem como os demais combatentes; - Promover uma reconciliação profunda com um devido 	<ul style="list-style-type: none"> - A instabilidade política; - A má percepção da reforma pelas Forças de defesa e segurança e pelos Combatentes da Liberdade da Pátria; - A insuficiência de recursos financeiros e materiais; - A deficiente organização e funcionamento da administração pública; - As divisões e os conflitos de gerações nas forças de defesa e segurança; - A proliferação de armas ligeiras em circulação; - A injustiça distributiva no pagamento das pensões; - As influências dos interesses geopolíticos e a instabilidade sub-regional; - A pobreza e a precariedade generalizadas; 	<ul style="list-style-type: none"> - A influência das entidades religiosas e dos poderes tradicionais - A predisposição favorável da sociedade civil e da comunicação social face à reforma do sector da defesa e da segurança; - O papel fiscalizador da Assembleia Nacional Popular. <p>Condições a serem preenchidas pelo país:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uma estabilidade política e governativa - Uma predisposição da comunidade internacional para apoiar a reforma - Uma implementação de boas políticas e de boas práticas 	<ul style="list-style-type: none"> - Redimensionar o sector da defesa e segurança em função das necessidades e reais capacidades económicas do país; - Modernizar o sector de Defesa e segurança em função da missão republicana atribuída pelo Governo; - Clarificar a situação dos combatentes da Liberdade da Pátria e restabelecer a sua dignidade; - Reforçar a participação do sector de defesa e segurança na consolidação da segurança sub-regional; - Mobilizar recursos a nível nacional e internacional para o investimento na reforma do sector da defesa e segurança; - Associar a sociedade civil e a população em geral à

	fundamento jurídico e político.	<ul style="list-style-type: none"> -O crime organizado; -O fraco nível de formação geral e as insuficiências das instituições de ensino e formação; -As ameaças não convencionais: Sida e outras pandemias, catástrofes naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> -Um funcionamento adequado da justiça -Um crescimento económico sustentado -Um sucesso na mobilização de fundos na mesa redonda -Um seguimento adequado em cooperação com a comunidade internacional 	implementação da reforma do sector de defesa e segurança.
--	---------------------------------	--	---	---

Estratégia nº 1: Redimensionar o sector da defesa e segurança em função das necessidades e reais capacidades económicas do país

- Definir uma nova missão para as forças armadas
- Proceder a uma reforma que defina uma missão concisa assente num conceito estratégico de defesa nacional claro e baseado numa visão realista dos meios disponíveis

Missões atribuídas às FA: A preservação da soberania e da integridade territorial; A protecção dos recursos naturais e do ambiente; A garantia de liberdade e da segurança de pessoas e bens contra as ameaças externas, sejam elas manifestas ou potenciais; A manutenção da paz.

Fixar uma nova estrutura militar em função da missão e das capacidades económicas do país

A reestruturação dever ter em conta:

-Os interesses vitais do país; A opção preventiva e dissuasiva da defesa; Os imperativos económicos ; os dados geo-estratégicos ; A visão de desenvolvimento

Opções nacionais:

- Attingir um número optimal de efectivos
- Reactivar a observância da lei do serviço militar obrigatório respeitando os preceitos que regulam as situações do serviço militar (reserva de recrutamento, serviço efectivo, reserva da disponibilidade, reserva territorial);
- Reactivar o rigoroso cumprimento da Lei da condição Militar
- Velar pela observância dos Estatutos dos Militares das Forças Armadas

Objectivos e organização:

- Redução do número de efectivos para 3440
- **Uma componente terrestre**- para responder a novas exigências de segurança interna, libertando efectivos aptos a integrar, em caso de necessidade, uma guarda

nacional a ser criada

- **Uma componente Naval** – Reforçada com o intuito de melhor proteger a extensa costa marítima.
- Uma componente aérea – Orientada para a defesa do espaço aéreo nacional e para a vigilância da zona económica exclusiva

Proceder à redução gradual dos efectivos militares – Redimensionamento e Modernização

Componente terrestre – 50% dos efectivos-1720 Homens ; **Componente naval**- 35% dos efectivos – 1204 Homens ;**Componente aérea**- 15% dos efectivos- 516 Homens

Estes efectivos devem corresponder 30% ao quadro permanente e os restantes devem ser provenientes do serviço militar obrigatório

Reestruturar as forças de segurança em função da missão redefinida

-Redefinição da missão de segurança em:

- Preservação da sociedade, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza
- Garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais:

Acções para o cumprimento deste objectivo:

- **Uma revisão do quadro legal**, que tome em conta a necessidade de dotar as forças de segurança de um quadro de referência claro que delimite as competências, as tarefas e a carreira;

-**A implementação de uma nova estrutura integrada**, mais simples e mais funcional que articule as seguintes instituições: Polícia de Ordem Publica; Guarda Nacional Guineense; Serviço de Informações do Estado; Polícia Judiciária.

- **A reestruturação dos efectivos** : Polícia de ordem pública 38%- corresponde a 1300 homem ; guarda nacional guineense: 49%-1700 homens serviço de informação : 9% -300 homens ; Polícia judiciária: 4% -150 Homens

Serviços de bombeiros Humanitários devem ser viabilizados com:

- Uma nova legislação; Um regime de voluntariado; Um efectivo de protecção civil; Uma adequada formação; Um apropriado equipamento; Um corpo de comando, uma cobertura social

Estratégia nº 2

Modernizar o sector da defesa e de segurança em função da missão republicana atribuída pelo governo

Adequar o quadro legal à nova situação perspectivada pela reforma

Leis já existentes com perspectiva de serem remodeladas:

- Lei do serviço militar obrigatório
- Lei orgânica de Bases da organização das forças armadas
- Lei da condição militar
- Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas
- Estatuto dos Militares e das Forças Armadas

Critérios para a reforma:

- A necessidade para a simplificação da estrutura
- A harmonização e racionalização
- O preenchimento de todas as lacunas

Documentos e legislação a ser criada e aprovada:

<ul style="list-style-type: none"> -o código de justiça militar -O regulamento de disciplina militar - A Lei da programação militar -Lei orgânica da guarda nacional Guineense - Lei Orgânica da Policia de Ordem pública - Lei orgânica dos Serviços de Informação do Estado -Lei da Segurança Nacional
Criar condições Materiais Indispensáveis ao cumprimento da Missão
<p>Transformações necessárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - infraestruturas bastante degradadas (quarteis e esquadras) -Nos equipamentos militares e paramilitares - Dotar as forças armadas de equipamento moderno - acelerar a lei da programação militar
Melhorar as condições de vida nos quarteis e nas esquadras
<ul style="list-style-type: none"> -Garantir alimentação sã , em conformidade com as exigências da condição militar e paramilitar - Garantia de abastecimento de água potável e energia eléctrica - Garantia de fornecimento de kits individuais completos - Garantia de cuidados sanitários apropriados - Garantia das instalações de lazer <p>Uma das pré condições para a garantia da execução está na redução dos efectivos</p>
Elevar o nível da formação dos efectivos militares e paramilitares
<ul style="list-style-type: none"> - Criação de Escolas Militares e academias de polícia - Reforço das capacidades dos oficiais militares e paramilitares <p>Elevar o nível de recrutamento para os 9 anos de escolaridade</p>
Estratégia nº3- Clarificar a situação dos combatentes da Liberdade da Pátria e restabelecer a sua dignidade
Estabelecer uma base de dados fiável sobre os combatentes da liberdade da pátria
<ul style="list-style-type: none"> - Realização de um recenseamento de raiz para verificar o número real de Combatentes da Liberdade da Pátria
Adequar o quadro legal à nova situação perspectivada pela reforma
<p>O quadro legal actual comporta as seguintes Leis que devem ser revistas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lei que define o Combatente da liberdade da Pátria - Decreto-lei que fixa o regime de aposentação do Combatente da Liberdade da Pátria - Decreto Presidencial que instaura a medalha de combatente da Liberdade da Pátria

<ul style="list-style-type: none"> - Decreto que cria o Fundo do Combatente da Liberdade da Pátria <p>Objectivos da Revisão</p> <ul style="list-style-type: none"> - Supressão das indefinições sobre quem é combatente da Liberdade da Pátria - Adequação das regalias ao contexto económico e social actual - Clarificação dos direitos dos familiares de Combatentes da Liberdade da Pátria - Clarificação da diferença entre o Combatente da Liberdade da Pátria e o aposentado das forças armadas
<p>Efectivar uma nova grelha de pensões que acabe com a precariedade material dos combatentes da liberdade da pátria que dignifique os serviços prestados à pátria</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar o nível de pensões a fim de reduzir a pobreza - Reduzir as disparidades - Promover a justiça - Garantir a assistência médica e medicamentosa
<p>Implementar um programa realista e abrangente de reinserção dos Combatentes da Liberdade da Pátria e desmobilizados das Forças armadas</p>
<p>Promover a reinserção social com base nas seguintes premissas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Maio envolvimento e responsabilização dos beneficiários - Definição de critérios realistas para o perfil dos beneficiários - Afectação de fundos consequentes - Escolha de actividades realistas - Atribuição de indemnizações de desmobilização atraentes para facilitar a reinserção económica
<p>Estratégia nº 4 Reforçar a participação do sector de defesa e segurança na consolidação da segurança sub - regional</p>
<p>Viabilizar condições de coexistência pacífica com os países vizinhos e participar activamente na manutenção de paz e da estabilidade na sub-região</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Viabilizar acordos de não-agressão e de cooperação com os países vizinhos, a nível bilateral e no quadro dos organismos de integração sub-regional - Promover intercâmbios a nível das forças armadas e de segurança - Criar condições propícias para a participação das forças de defesa e segurança em operações de manutenção de paz
<p>Estratégia nº 5 Reforçar o sector da justiça e torna-lo mais eficiente</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Impedir a utilização do território para a criminalidade internacional - Combater o crime organizado - Reforçar as capacidades no sector da justiça - Tornar a justiça mais célere - Diminuir os custos da justiça - Reforçar a separação dos poderes - Melhorar as condições de exercício da justiça

- Promover a qualificação do pessoal
- Assegurar a informação, formação e sensibilização dos detentores do poder e da população
- Elaborar e actualizar o estatuto dos notários e dos conservadores
- Criar mecanismos (Lei-Orgânica e administrativa) dos tribunais
- Implementar a figura do Provedor de justiça
- Proceder à reforma notarial
- Assegurar a autonomia financeira dos notários
- Criar palácios da justiça em todo o país
- Implementar a revisão dos códigos desactualizados
- rever as taxas a nível dos diferentes serviços do ministério da justiça
- Promover e financiar a criação das Camaras constitucionais e administrativa ao nível do supremo tribunal de justiça
- Construir prisões com urgência e particularmente uma prisão de alta segurança
- Formar assistentes sociais e afecta-los às prisões
- Criar incentivos para promover o regresso de magistrados às suas categorias profissionais
- Promover a formação continua de magistrados
- Apetrechar em meios humanos e materiais todos os serviços administrativos do poder judicial

Estratégia nº6 Mobilizar recursos a nível nacional e internacional para o investimento na reforma do sector de segurança

- Eleger a reforma do sector da defesa e segurança como prioridade na mobilização e afectação de recursos durante 4 anos
- Afectar 5% do orçamento geral do Estado à reforma do sector da defesa e da segurança durante 4 anos
- Viabilizar um programa trianual de investimento na reestruturação e mobilização do sector de defesa e segurança
- Criar um grupo de trabalho internacional sobre a reforma do sector de segurança na Guiné Bissau encarregue de acompanhar , em concertação com as autoridades nacionais, todo o processo de reforma

Estratégia nº 7 Associar a sociedade civil e a população em geral à implementação da reforma do sector da defesa e segurança

- Levar a cabo um programa nacional de sensibilização sobre a reforma
- Criar uma sinergia entre o processo de reconciliação nas forças de defesa e de segurança e as iniciativas de reconciliação nacional
- criar condições de participação do sector privado e das organizações da sociedade civil no programa de reinserção de ex-combatentes

Fonte: adaptação do autor de Governo da Guiné Bissau (2006).

Anexo 6. Mandato UNIOGBIS

Missão	Mandato	Resoluções	Duração
UNIOGBIS	<ul style="list-style-type: none"> - Assistir a Comissão para a Consolidação da Paz no seu trabalho de abordagem das necessidades essenciais para a consolidação da paz na Guiné-Bissau; -- Reforçar as capacidades das instituições nacionais por forma a manter a ordem constitucional, segurança pública e o completo respeito do Estado de Direito; - Apoiar as autoridades nacionais a estabelecer políticas e sistemas de aplicação da lei e da justiça criminal efetivos e eficientes; - Apoiar um diálogo político e o processo de reconciliação nacional; - Disponibilizar apoio estratégico e técnico, e assistência ao Governo da Guiné-Bissau no desenvolvimento e coordenação da implementação das reformas do setor da segurança; -Ajudar as autoridades nacionais a combater o tráfico de drogas e o crime organizado, bem como o tráfico de seres humanos, principalmente o tráfico de crianças; - Apoiar os esforços nacionais no sentido de conter a proliferação de armas ligeiras e de pequeno calibre; -Promover, proteger e monitorar o respeito pelos direitos humanos e apoiar a institucionalização do Estado de Direito; - Integrar a perspectiva do género no processo de consolidação da paz, em consonância com as resoluções 1325 (2000) e 1820 (2008) do Conselho de Segurança; - Reforçar a cooperação com a União Africana, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa e demais parceiros nos seus esforços para contribuir para a estabilização da Guiné-Bissau; Ajudar na mobilização de assistência internacional 	UNSC res. 1876	Início do mandato-2009-12 Meses
		UNSC RES. 1949-2010	2010- prolonga a missão anterior por mais 12 meses
		UNSC RES. 2030	2011 – prolonga a missão anterior por mais 14 meses

Enquadramento estratégico para a Construção da Paz na Guiné Bissau

31 de Julho 2008

Enquadramento Legal	Princípios da cooperação	Objectivos	Dimensões regionais e sub regionais
<p>-pedido efectuado pelo governo da Guiné Bissau para a 11 de julho de 2007 para a implementação de uma agenda de Peace Building</p> <p>- A comissão do comité de organização do CS estabelece em Dezembro de 2007 uma configuração específica para a missão na Guiné Bissau liderado pela representante do Brasil Luiza Viotti</p> <p>- convite da comissão ao Governo da Guiné Bissau e aos seus parceiros para a elaboração da missão conjunta sob os auspícios da Resolução do CS 1645 de 2005 e do</p> <p>- visita preparatória em 2008 para a configuração do enquadramento da missão das Nações Unidas- correspondeu à cabimentação de 6 Milhões de Euros para a iniciativa</p>	<p>- Apropriação Nacional</p> <p>- Parceria e prestação de contas mútua</p> <p>- Inclusão dos diferentes parceiros</p> <p>-Envolvimento sustentável</p> <p>- Coordenação</p>	<p>1. Suporte institucional ao processo eleitoral através da comissão nacional de eleições</p> <p>2. Medidas para melhorar a performance económica e a reabilitação das infra-estruturas em especial o setor energético</p> <p>3. Reforma do setor de defesa e segurança</p> <p>4. Fortalecimento do setor da justiça e a consolidação do Estado de direito e o combate ao tráfico de droga</p> <p>5. Reforma da administração pública</p> <p>6. Assuntos sociais críticos para a construção da paz</p>	<p>– Devem ter em conta as iniciativas da CEDEAO e da união Africana, em especial as iniciativas que visem o controle das fronteiras e o alargamento da situação de instabilidade aos países vizinhos em especial no que diz respeito ao tráfico de armas, de droga e de pessoas, assim como o possível recrutamento de jovens descontentes que possam entrar nestes negócios</p>

Quadro de análise das prioridades, desafios e riscos para a construção da paz

Suporte institucional ao processo eleitoral através da comissão nacional de eleições	Medidas para melhorar a performance económica e a reabilitação das infra-estruturas em especial o setor energético	Reforma do setor de defesa e segurança	Fortalecimento do setor da justiça e a consolidação do Estado de direito e o combate ao tráfico de droga	Reforma da administração pública	Assuntos sociais críticos para a construção da paz
<p>- Sustenta a necessidade de assegurar as condições logísticas para preparar tecnicamente as eleições e salienta as medidas necessárias para a participação da juventude, as mulheres e a população mais marginalizada</p> <p>- Necessidade de ultrapassar o deficit financeiro do processo</p>	<p>-Salienta a necessidade de reactivação da economia como condição prévia para a estabilidade</p> <p>- reforça a necessidade de elaboração de uma estratégia económica compreensiva para no curto prazo se fomentar a exportação do caju</p> <p>- Diversificação das exportações (arroz, pesca) e desenvolvimento do turismo</p> <p>- Salienta que o desenvolvimento económico pode contribuir para a luta contra o tráfico de droga e para assegurar o desarmamento, desmobilização e reintegração dos soldados e a reforma do setor de defesa e de segurança</p> <p>- Reforça a ideia de que a diversificação económica está dependente da reabilitação das infra-estruturas em particular do setor da</p>	<p>- Considerada vital para a estabilidade politica, a segurança e a recuperação económica, estes esforços devem ser interligado com o fortalecimento do estado de direito em particular a reforma do setor da justiça e a luta contra o tráfico de droga</p> <p>- As forças armadas guineenses são caracterizadas por: número excessivo de elementos; pirâmide invertida com mais oficiais que sargentos ou praças; sistema de recrutamento inadequado; falta de estruturas de treino; condições de vida precárias; um enquadramento legal deficiente; falta de mecanismos de supervisão civis; duplicação de mandatos das diferentes estruturas militares.</p> <p>- a necessidade de adequação do processo de desarmamento, desmobilização e reintegração deve ser elaborado com base em anteriores insucessos</p> <p>-ter como base o documento elaborado pelo governo que teve o apoio da comunidade</p>	<p>-reforçar as capacidades institucionais da justiça para melhorar o estado de direito; deve elaborada legislação com o objectivo de permitir o acesso à justiça: deve ser criados os tribunal administrativo e constitucional no enquadramento da reforma do estrutura administrativa</p> <p>- As reformas da justiça devem ter em conta o acesso desigual de homens e mulheres à justiça em especial nos casos de violência com base no género, devem ser elaboradas medidas adicionais que fortaleçam esta dimensão no setor da justiça</p> <p>- Devem ser melhorados os recursos humanos e os recursos materiais</p>	<p>-é parte da Estratégia nacional de combate à pobreza e visa melhorar as capacidades do governo no aumento de salários; a reforma tem os seguintes objectivos: reforçar a capacidade do governo e melhorar a transparência; melhorar as finanças públicas; criar condições para a implementação de políticas públicas</p> <p>- O país necessita de dinheiro para manter as suas funções básicas e de mecanismos de suporte ao orçamento de Estado; necessita de um alívio da dívida ao exterior e de suporte técnico para a implementação do orçamento</p> <p>- Precisa de uma gestão eficiente dos funcionários públicos e de uma</p>	<p>-os problemas sociais são fundamentais para a estabilidade do país, nesse sentido os problemas da educação e da saúde constituem fontes de possível instabilidade</p> <p>- Com base no documento de estratégia de redução da pobreza o governo assumiu como prioridade: educação,</p>

	<p>energia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de reforma no sistema bancário e acesso ao micro-crédito e a utilização positiva das remessas dos emigrantes como fonte de financiamento do desenvolvimento -necessidade de um impacto de género nas políticas de fomento económico -revisão da lei do orçamento - Continuidade de financiamento por parte das estruturas de <i>bretton woods</i> em particular das iniciativas para países altamente endividados 	<p>internacional</p> <ul style="list-style-type: none"> -necessidade de mobilização de recursos 183,3 Milhões de USD. O sucesso depende do suporte financeiro, do compromisso dos parceiros nacionais e internacionais, do reforço das capacidades nacionais por forma a promover a <i>ownership</i> nacional; e da vontade política do governo - Deve ter uma abordagem holística por forma a ter em conta as necessidades socioeconómicas, o aumento da participação das mulheres pode ser eficaz para o balanço na estrutura das forças armadas - Alguns factores podem condicionar a implementação do plano são eles: instabilidade política, falta de recursos materiais e financeiros, incapacidade material e financeira para o desarmamento, desmobilização e reintegração, a incapacidade de pagamento das reformas, a pobreza e a degradação das condições de vida dos militares, a proliferação de armas ligeiras e o crime organizado - a curto e a médio prazo este enquadramento dará prioridade à reforma da legislação do setor de defesa e de segurança, e também à gestão dos recursos humanos em especial ao equilíbrio de género, étnico e regional na estrutura das forças armadas assim como à transparência do processo de recrutamento . A alteração das leis visa também definir com clareza os campos de 	<ul style="list-style-type: none"> - no médio e no longo prazo as prioridades devem ser a reforma do código de processo penal, o código das custas judiciais e a consequente harmonização destes códigos com a legislação internacional e os instrumentos de direitos humanos. Deve ser assegurada a transposição da legislação de tratados aos quais a Guiné Bissau é parte. - Deve ser recuperado o sistema prisional - O reforço da Legislação deve fazer parte de uma estratégia alargada contra o tráfico de droga, a criminalidade internacional, a imigração ilegal, o tráfico de seres humanos, o terrorismo e o tráfico de armas; reforça a ideia do poderoso impacto económico e social do tráfico de droga - O combate ao tráfico de droga é reforçado pela ratificação da convenção das nações unidas contra a criminalidade transnacional, pela ratificação contra a corrupção e elaborou um plano de emergência contra o 	<p>despolitização da administração pública</p> <ul style="list-style-type: none"> - Medidas para melhorar e capacitar os recursos humanos: <p>Criação de um sistema de reformas e de pensões para os trabalhadores; a criação de um sistema de gestão informatizada para o processamento de salários; elaboração e implementação do sistema de gestão de carreiras na administração pública; elaboração de um plano nacional de reforço das capacidades na administração pública</p> <ul style="list-style-type: none"> - o governo deve promover mecanismos e legislação de protecção das mulheres e reforçar a sua participação nos cargos de decisão - No curto prazo devem-se apoiar iniciativas que promovam a informatização do estado e a reabilitação de centros de formação - No médio e no longo prazo o governo necessita de 	<p>saúde, combate ao desemprego jovem e formação; apoio aos grupos vulneráveis em especial através de programas de micro-credito e outras fontes financeiras</p>
--	---	---	--	---	--

		atuação das diferentes estruturas das forças armadas e de segurança, o documento chama ainda a tenção para a necessidade das forças armadas e de segurança combaterem o tráfico de droga	tráfico de droga	assistência em iniciativas com vista à redefinição das funções do Estado, melhorar a transparência e melhorar a gestão dos recursos humanos e das capacidades da administração pública	
--	--	--	------------------	--	--

Compromissos do Governo da Guiné Bissau

Suporte institucional ao processo eleitoral através da comissão nacional de eleições	Medidas para melhorar a performance económica e a reabilitação das infra-estruturas em especial o setor energético	Reforma do setor de defesa e segurança	Fortalecimento do setor da justiça e a consolidação do Estado de direito e o combate ao tráfico de droga	Reforma da administração pública	Assuntos sociais críticos para a construção da paz
<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar as instituições do Estado que irão organizar o processo eleitoral -desenvolver de forma sólida as instituições para organizarem os diferentes processos eleitorais - Reforçar ao participação das 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover iniciativas para a diversificação da economia - Promover o reforço das infra estruturas em especial o acesso à electricidade - Promover medidas que reforcem a capacidade económica tendo por base a estratégia de redução da pobreza e com enfoque no aumento das receitas de impostos, no aumento das 	<ul style="list-style-type: none"> -Manter a vontade politica para prosseguir com a reforma das forças armadas - Assegurar a formação dos militares e reconstruir a academia de polícia e do exército - Fazer um seguimento das acções de desmilitarização, desmobilização e reintegração dos militares em especial dos veteranos da luta de libertação - Proceder a uma recolha das armas de 	<ul style="list-style-type: none"> -melhorar o funcionamento da justiça através de melhorias nos tribunais e nas prisões - Reorganizar e tornar claro os mandatos das diferentes estruturas das forças armadas e de segurança - Assegurar a implementação do plano nacional anti narcóticos 2007-2010 	<ul style="list-style-type: none"> -Informatizar todo o Estado . Elaborar um sensos em toda a administração publica e identificar o numero apropriado de funcionários públicos para fazer face as necessidades de população tendo em conta as capacidades financeiras do Estado - Estabelecer um sistema de 	<ul style="list-style-type: none"> -elaborar medidas que possam melhorar o acesso dos grupos vulneráveis aos serviços de saúde e a educação em especial à reconstrução das infraestruturas - fortalecer o instituto nacional

mulheres e dos grupos vulneráveis quer como candidatos quer como eleitores	exportações, na criação de emprego, e no estímulo à iniciativa privada	pequeno porte e assegurar a desminagem		reformas e pensões para os funcionários públicos - desenvolver um plano de fortalecimento e capacitação dos recursos humanos e das estruturas da administração pública; criar uma escola nacional de administração pública e uma escola nacional para magistrados	da mulher e da criança - desenvolver políticas de inserção e de criação de emprego para os jovens
--	--	--	--	--	--

Comissão de Construção da Paz

Suporte institucional ao processo eleitoral através da comissão nacional de eleições	Medidas para melhorar a performance económica e a reabilitação das infra-estruturas em especial o setor energético	Reforma do setor de defesa e segurança	Fortalecimento do setor da justiça e a consolidação do Estado de direito e o combate ao tráfico de droga	Reforma da administração pública	Assuntos sociais críticos para a construção da paz
-Apoiar a Guiné Bissau no seu reforço à boa governação; promover a recolha de fundos para a realização das eleições; coordenar o apoio técnico e financeiro por forma a promover o recenseamento eleitoral, as campanhas	Identificar as debilidades estruturais que impeçam a estabilidade, em especial as infra-estruturas que dizem respeito ao setor da energia; -fortalecer de forma transversal as iniciativas do setor privado por forma a criar dividendos para a promoção da paz	- Apoiar o roteiro para a reforma do setor de segurança - encorajar os parceiros internacionais para que elaborem uma abordagem holística sobre a reforma deste setor com uma ligação clara *a reforma da justiça, a governação democrática, à recuperação económica e ao combate ao tráfico de droga	- apoiar o governo através da mobilização de recursos para construir a capacidade judiciária de forma descentralizada no país; - apoiar o governo e a sociedade civil no desenvolvimento de capacidades na luta contra a impunidade, corrupção em favor da consolidação da governação democrática	-Encorajar o governo a estabelecer a reforma da administração pública com base na estratégia de redução da pobreza - mobilizar recursos para a formulação de estratégias integradas para a reforma da administração pública	-Apoiar o fortalecimento de serviços básicos considerados primordiais no alcance da estabilidade - Apoiar os esforços do governo para criar

de educação cívica e a formação do staff eleitoral	<ul style="list-style-type: none"> - tomar medidas de prevenção de conflito através da reconstrução das estruturas chave que podem por em causa a paz e a segurança; - encorajar o governo a prosseguir com as iniciativas de reactivação da economia com base na estratégia de redução da pobreza em particular com o aumento das exportações e a criação das oportunidades económicas 	<ul style="list-style-type: none"> - apoiar os o governo e restantes parceiros no processo de desarmamento, desmobilização e reintegração para fazer face ao sobredimensionamento da estrutura das forças armadas - apoiar o governo na execução do seu plano de reforma para reduzir as forças armadas e de segurança e para melhorar e modernizar as condições de vida dos militares 	<ul style="list-style-type: none"> - mobilizar recursos para a implementação da estratégica nacional contra o trafico de droga - advogar pelo envolvimento das estruturas regionais CEDEAO para a elaboração de estratégias conjuntas na luta contra a droga e advogar o envolvimento da UNODC - Reforçar a produção legislativa para combater o crime organizado e o trafico de droga 		oportunidades de emprego para os jovens e desenvolver as capacidades o instituto nacional de juventude
--	---	--	---	--	--

Sistema das Nações Unidas

Enquadramento do Sistema das Nações Unidas
<ul style="list-style-type: none"> a) Apoiar a implementação do enquadramento estratégico b) ter em conta o enquadramento estratégico na revisão dos diferentes programas e acções para assegurar a inter-conectividade das actividades incluindo o enquadramento de assistência ao desenvolvimento das nações unidas e os documentos de trabalho relacionados c) Promover a cooperação entre os parceiros das nações unidas em consonância com os mecanismos de coordenação com os enquadramentos dos parceiros internacionais com o objectivo de aumentar a complementaridade e evitar a duplicação d) Desenvolver e implementar uma abordagem sensível à consolidação da paz no desenho e implementação dos programas e) Combinar os esforços do sistema das nações unidas na guiné Bissau com outros programas e iniciativas no âmbito regional

Instituições financeiras internacionais, doadores bilaterais e multilaterais e organizações regionais e sub-regionais

Enquadramento:

- Objetivos de desenvolvimento do milénio
- o grupo de trabalho ad hoc do conselho económico e social
- A declaração de paris sobre eficácia da ajuda

- Apoiar os esforços do Governo da Guiné Bissau e o envolvimento da comissão de construção da paz e de outros parceiros para a implementação do enquadramento;
- Ter em consideração as estratégias e prioridades deste enquadramento na preparação, implementação e seguimento dos seus programas e actividades de cooperação, incluindo uma flexibilidade adicional para as iniciativas multilaterais com vista a uma mais célere libertação de recursos tendo em conta a situação frágil e de pós conflito da guiné Bissau;
- Continuar a apoiar o governo da Guiné Bissau através de suporte técnico, material e financeiro para a implementação dos programas nacionais de redução da pobreza, segurança e defesa, reforma do setor de segurança e o plano operacional anti-narcóticos ;
- Promover a complementaridade através de uma coordenação mais efectiva evitando a duplicação de esforços;
- Promover esforços conjuntos com a comissão de construção da paz para a mobilização de recursos para a Guiné Bissau e para o desenvolvimento de estratégias conjuntas;
- Combinar os esforços e promover a cooperação entre todos os parceiros internacionais em especial o grupo de contacto internacional para a Guiné bissau com o objetivo de promover a cooperação sub-regional e o desenvolvimento;
- Desenvolver e implementar um conceito para o desenho e implementação de programas com enfoque na consolidação da paz;
- Apoiar e aconselhar tecnicamente o governo nos seus esforço no processo de perdão de divida

Sociedade civil, incluindo autoridades tradicionais e religiosas

- São encorajados a adotar e integrar as prioridades de construção de paz deste enquadramento nas suas actividades e programas
- Promover a participação democrática ao nível local e advogar o envolvimento da população nacional
- promover o envolvimento num dialogo construtivo, incluindo os atores políticos e implementar programas de informação e capanhas educativas para

promover a participação, a construção da paz e os valores culturais vitais para a reconciliação nacional

- Contribuir para a promoção do emprego numa perspetiva de trabalho decente nas zonas rurais enquadradas no plano nacional para a redução da pobreza
- Apoiar os esforços do governo e dos parceiros internacionais na governação do setor de defesa e segurança através do envolvimento da população ao nível local incluindo a reintegração dos desmobilizados

Mulheres

- Encorajar as organizações de mulheres para integrarem a perspetiva de género nos esforços de consolidação da paz e promover processos de consulta com vista a:
- Promover um diálogo com todos os atores nacionais para integrarem a perspetiva de género nas diferentes políticas e programas de governação e participação
- Promover esforços a nível local e nacional para facilitar a integração social das mulheres na administração pública
- Promover políticas de inserção das mulheres nos sectores produtivos da economia nacional incluindo o setor privado
- Encorajar o envolvimento ativo e a participação das mulheres nos sectores formais e informais da economia nacional incluindo a agricultura e o empreendedorismo
- Promover campanhas de informação sobre a participação das mulheres a nível local e nacional na reforma do setor de defesa e de segurança incluindo a reintegração de pessoal desmobilizado
- Encorajar o envolvimento ativo de grupos de mulheres em iniciativas que promovam a reconciliação nacional e a integração social
- Reforçar os de prevenção de violência baseada no género e de defesa das vítimas, incluindo a criação de um tribunal de justiça para as mulheres
- Apoiar iniciativas para a participação local e nacional das mulheres na administração da justiça incluindo a justiça tradicional
- Promover o acesso de todos os grupos sociais em especial as mulheres à educação, saúde, emprego e à integração social

O setor privado

- Reconhecer o importante papel do setor privado na revitalização da economia, nesse sentido é encorajado a :
- Reforçar o diálogo com o governo com o objetivo de melhorar os indicadores macro-económicos ;
- Estabelecer a ponte entre a reforma da administração pública e o crescimento do setor privado apoiando a reforma administrativa levada a cabo pelo governo, através do investimento de capitais e de recursos humanos na geração de oportunidades de emprego
- Combinar os esforços dos programas de recuperação para aumentar a contribuição das iniciativas públicas e privadas com o objetivo de aumentar

a produtividade económica e as medidas de combate à pobreza

- Promover o acesso de todos os grupos sociais em especial as mulheres à educação, saúde, emprego e á integração social

Fonte: Documento adaptado pelo autor com base em ONU (2008)

Anexo 7. Enquadramento Missão EU SSR Guiné Bissau

Enquadramento União Europeia - documentos e tratados	A missão UE	Mandato	Metodologia	Relações bilaterais	Enquadrament o Guineense	Dotação financeira da missão e outras fontes de financiamento da União Europeia
<p>- Uma Europa segura para um mundo melhor; Estratégia Europeia em matéria de segurança (2003) ----Conceito Europeu para a Política Europeia de Segurança e defesa para o suporte a reforma do sector de segurança (2005)</p> <p>-Comunicação da Comissão ao conselho Europeu e ao parlamento sobre a reforma do Sector de Segurança (2006)</p> <p>- Conclusão do Conselho sobre o fortalecimento das capacidades africanas para a prevenção, gestão e resolução de conflitos</p>	<p>-Fase preparatória com início em 26 Fevereiro de 2008, com uma fase de execução com início previsto em 1 de Maio de 2008 e com duração de 12 meses</p> <p>Estrutura</p> <p>a) -Chefe de missão</p> <p>- Chefe adjunto de Missão</p> <p>-apoiados por uma célula de apoio, um conselheiro politico</p> <p>b) -Conselheiros incumbidos de colaborar com : exército, força aérea e marinha e estado maior general das forças armadas</p> <p>c) -Conselheiros incumbidos de colaborar com : a policia judiciária, o Gabinete Nacional da Interpol, serviços do ministério público, a policia de</p>	<p>Objectivos gerais</p> <p>-Aconselhamento e assistência sobre a RSS a fim de contribuir para criar as condições de execução da estratégia nacional de rss, em estreita cooperação com outros intervenientes da EU, internacionais e bilaterais, e tendo em vista facilitar o ulterior empenhamento dos doadores</p> <p>- Objectivos específicos</p> <p>- Tornar operacional a estratégia nacional de rss, através do apoio à elaboração de planos de execução detalhados para a redução dos efectivos/a das forças armadas e das forças de segurança</p> <p>- apoiar o desenvolvimento e a articulação das necessidades em termos de reforço das capacidades, nomeadamente formação e equipamento, facilitando assim a</p>	<p>- Dar assistência técnica através de uma equipa de 3 especialistas para apoiar o Governo da Guiné Bissau na implementação da sua Estratégia Nacional para a Reforma do Sector da Segurança</p> <p>- Preparar o terreno para a futura utilização do Fundo Europeu de desenvolvimento e outros potenciais doadores num futuro próximo</p> <p>- Dar apoio ao Governo para no processo de desmobilização e reintegração de antigos combatentes. Esta acção tinha como objectivo no apoio ao desenho de uma nova legislação para o processo da reforma e para a elaboração de um censos nas forças armadas</p>	<p>- 10 Janeiro de 2008 Governo da Guiné Bissau convida a União Europeia a enviar uma missão de apoio à RSS</p> <p>- acordo assinado a 11 de julho de 2008</p>	<p>-Apresentação da estratégia nacional de segurança em 2006 que tem como objectivo a reforma das forças armadas</p> <p>- Definição do quadro institucional para o Plano de acção para a reestruturação e modernização dos sectores de segurança e defesa</p> <p>Composta pelo comité interministerial; comité de pilotagem ; comité técnico de coordenação</p>	<p>- A missão é dotada de um orçamento de 5650000 €</p> <p>- a missão é aumentada por um período de 6 meses sendo válida até 31 de Maio de 2010 com uma nova dotação orçamental de mais 1 530000€</p> <p>- Oitavo Fundo Europeu para o Desenvolvimento financiou (desarmamento, desmobilização e integração) e a reforma do sector público e para o sector da justiça</p> <p>- IFS – fundo instrumental para a estabilidade</p>

<p>- Handbook on security system reform OCDE (2007)</p> <p>- Estratégia conjunta Europa-Africa 2007</p> <p>- 19 de Novembro de 2007 o conselho considera enquadrar uma acção no domínio da Política Europeia de segurança e defesa para a reforma do sector da segurança e defesa em coerência em complementaridade com o Fundo Europeu de Desenvolvimento e outras acções da comunidade</p> <p>- 10 Dezembro de 2007 é definido o conceito geral para uma eventual acção PESD de apoio à RSS</p> <p>-aprovação do conceito EU RSS Guiné Bissau</p>	<p>segurança publica e incluindo sobre a criação de uma Guarda nacional</p> <p>d) -um conselheiro junto do secretariado do comité de coordenação técnica</p>	<p>mobilização e o empenhamento dos ultteriores doadores</p> <p>-dar formação no domínio da investigação criminal</p> <p>-organizar a formação para a polícia judiciaria</p> <p>-aconselhar o gabinete da Interpol na Guiné Bissau</p> <p>-Avaliar o potencial e os riscos associados à continuação do empenhamento da PESD a médio prazo a favor da execução da RSS</p>	<p>- o objectivo geral é ajudar a estabilizar a situação económica e politica e promover o desenvolvimento socioeconómico do país</p> <p>-</p>			
---	--	--	--	--	--	--

Fonte: adaptação do autor com base em Conselho da União Europeia (2008)